

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAMYRES GONÇALVES PALMA ZIMMER

**A EDUCAÇÃO DE MENINOS NO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS A PARTIR DE  
DOIS MANUAIS DE EDUCAÇÃO: SÉCULOS XVII e XVIII**

CURITIBA

2018

TAMYRES GONÇALVES PALMA ZIMMER

A EDUCAÇÃO DE MENINOS NO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS A PARTIR DE  
DOIS MANUAIS DE EDUCAÇÃO: SÉCULOS XVII e XVIII

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História, ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin  
Coorientadora: Profa. Dra. Martha Daisson Hameister

CURITIBA

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca de Ciências Humanas  
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Zimmer, Tamyres Gonçalves Palma.

A educação de meninos no Antigo Regime português a partir de  
dois manuais de educação: séculos XVII e XVIII / Tamyres  
Gonçalves Palma Zimmer. – Curitiba, 2018.  
104 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná .  
Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
História.

Orientador: Prof. Dr.Sergio Odilon Nadalin  
Coorientadora: Profª Drª Martha Daisson Hameister

1. Educação de crianças – História – Séc. XVII e XVIII. 2.  
Educação de jovens – História – Séc. XVII e XVIII. I. Título. II.  
Universidade Federal do Paraná.

CDD 370



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **TAMYRES GONÇALVES PALMA ZIMMER**, intitulada: **A EDUCAÇÃO PORTUGUESA NO ANTIGO REGIME A PARTIR DE DOIS MANUAIS DE EDUCAÇÃO DOS SÉCULOS XVII E XVIII**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 02 de Maio de 2018.



SERGIO ODILÓN NADALIN (UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)



TIAGO LUÍS GIL (UNB)



RACHEL DOS SANTOS MARQUES (IFFAR)



*Ao Jonatha, com quem eu poderia enfrentar o fim de todas as coisas*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado ânimo, coragem e perseverança para levar este trabalho até o final. Não foi fácil, mas Ele ajudou em todos os momentos.

A maior ajuda dada por Deus nesse período vem a ser meu segundo motivo de agradecimento, e o segundo a quem agradeço: Jonatha, meu amor, sem você nada disso seria possível. Eu não teria me arriscado a sonhar tão alto se você não tivesse você me incentivando a ir, e fosse também o lugar para onde eu posso voltar e repousar. Obrigada por seus cuidados constantes para comigo e nossa casa, obrigada por dividir tarefas de maneira a me deixar com menos obrigações e mais tempo. Você é o melhor companheiro e marido que eu poderia ter. Cada sonho ao teu lado é mais fácil de alcançar. Te amo!

Obrigada aos familiares que me incentivaram e torceram por mim todo este tempo, muitas vezes nem entendendo o que estava a estudar ou do que falava em nossos encontros. A torcida e incentivo de vocês fez o processo ser menos penoso. É com muita alegria que cumpro mais esta etapa, pois vejo o orgulho estampado em cada um de seus rostos.

Agradeço aos amigos que aguentaram também a ladainha dos meus “autores portugueses” pelos últimos três anos, afinal, caí de cabeça nesse objeto de estudo ainda em 2015. As rodas de conversa, as jantadas reunidos, os papos-cabeça e nonsense foram essenciais para a manutenção de minha – já precária – sanidade. Vocês são incríveis. Em especial, agradeço ao Cristiano e toda a família Machado pelo caminhar juntos que temos, pois vocês são muito especiais. Mario, você é um outro irmão que a vida me deu depois de adulta, inclusive na parte da encheção e brigas eventuais. Bianca e Luciana, a internet pode trazer coisas incríveis para nossa vida, e vocês são dois dos presentes que ganhei. Obrigada pela amizade e parceria sempre. Guilherme e Wal, afilhados e amigos para a vida toda, a torcida e carinho de vocês também foi fundamental. Nossos almoços e jantadas sempre me davam ânimo para perseverar e não só no mestrado.

Agradeço muito aos amigos que a Crentassos Produções Subversivas me deu, pois também aguentaram reclamações e chororôs infundáveis neste tempo. Todas as @s que não desistiram de mim e me incentivaram, comemoraram minhas vitórias junto comigo e afins. Vocês são guerreirinhos!

Em relação ao meio acadêmico, agradeço à minha orientadora desde a graduação, Martha Daisson Hameister por ter insistido para que eu retornasse à casa para realizar meu mestrado. O processo todo foi sofrido, mas valeu a pena. Serviu para me mostrar de que sou capaz de muito, muito além do que a graduação me fez imaginar. Sair deste curso com o

aproveitamento que tive, os elogios e incentivos é algo que me marcará para sempre, mesmo se minha jornada acadêmica se encerrar por aqui. Sua confiança em mim e em meu trabalho foi sempre um dos melhores combustíveis que tive para continuar a enfrentar esses medos, Martha.

Agradeço ao também orientador Sergio Odilon Nadalin, por ter me aceito como orientanda capenga e mesmo assim ter sido sempre solícito e pronto a me ajudar em tudo o que fosse necessário. Perdem todos aqueles que deixam de trabalhar com o senhor, professor.

À professora Joseli e ao professor Rafael, agradeço por terem me guiado na busca por um rumo claro e certo para este trabalho. Suas dicas, conselhos, paciência e generosidade me fizeram ver um lado humano doce e sereno nessa vida sofrida que é a acadêmica. Professor Lima, foi um prazer retomar uma disciplina sua na pós-graduação. Tive certeza de que minha percepção oriunda da graduação estava correta: o senhor sabe demais, por isso as aulas pareciam tão difíceis lá. Aqui, foi uma alegria dissecarmos um livro juntos, mesmo que com muitas parênteses abertos em cada aula, e nem todos fechados. Professor Antonio César, agradeço também pela paciência em me indicar leituras, em corrigir falhas em meu trabalho e por sua generosidade em me ajudar numa área em que eu era completamente ignorante. Espero que com este trabalho, possa orgulhar todos vocês. Aos professores Rachel Marques e Tiago Gil agradeço pelas dicas valiosas dadas na banca de qualificação e por terem aceitado avaliar novamente meu trabalho na fase final. Espero ter atingido as expectativas de vocês.

Generosidade é uma virtude que agradeço muito por existir, e acredito que sem ela não há como ir em frente. Agradeço também, portanto, aos colegas de turma, mestrandos e doutorandos que se dispuseram a ler meu trabalho e me ajudar a melhorá-lo sempre. Em especial, Caroline e Fabiane, obrigada pela amizade, confiança e torcida. Às vezes, até xingar a vida acadêmica com vocês fazia tudo ficar mais leve. Que a vida de vocês seja incrível e que cada um alcance aquilo que tanto deseja.

## RESUMO

Este trabalho analisa as obras *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685) de Alexandre de Gusmão e *Apontamentos para a educação de hum menino nobre* (1734) de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, publicadas entre o final do século XVII e meados do século XVIII, por dois autores portugueses. A partir da inserção de ambas as obras e seus respectivos autores em seus contextos, seguiu-se para a análise da retórica usada nestes textos, tendo por base *Tratado de argumentação*: a nova retórica de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. Partindo desta base teórico-metodológica, buscou-se delimitar o público-alvo de cada autor e suas intenções por trás de cada um de seus discursos. Com base no estabelecimento de temas em comum no dois textos, a análise pôde ser realizada de maneira comparativa. Ao completar a análise das obras, pode-se estabelecer alguns conceitos comuns na discussão educacional portuguesa entre os séculos XVII e XVIII, bem como ressaltar as diferenças de pensamento entre os autores, oriundas de seus lugares sociais distintos, assim como do meio século que separa ambas as publicações.

Palavras-chave: Antigo Regime. História da educação. História da infância. História dos jovens.



## ABSTRACT

This paper analyzes the books *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (Alexandre de Gusmão – 1685) and *Apontamentos para a educação de hum menino nobre* (Martinho de Mendonça de Pina e de Proença – 1734), published by two Portuguese authors, between the 17th and 18th centuries. From the insertion of both books and their respective authors in their own context, I chose to analyze the rhetoric used in these texts, *The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation* by Chaim Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca as my base. Using this theoretical-methodological I intended to delimit both authors' audience and their intentions behind each of their works. By establishing similar subjects from both texts, the analysis was done in a comparative way. Having finished the analysis of both books, I was able to establish some common concepts in the Portuguese educational debates in the 17th and 18th centuries, as well as to emphasize the differences in their ideas, which is the result of the local they were raised and the year the books were published.

Keywords: Ancient Regime. Educational History. Infancy History. Youth History.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ENSINA A CRIANÇA NO CAMINHO EM QUE DEVE ANDAR: AS ABORDAGENS DE PADRE ALEXANDRE DE GUSMÃO A RESPEITO DA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS .....</b>	<b>34</b>
<b>2.1</b>	<b>Religião como base para uma boa educação .....</b>	<b>35</b>
<b>2.1.1</b>	<i>Ser guiado por Deus, pelo Espírito Santo e pela Bíblia para o bem educar .....</i>	<b>37</b>
<b>2.1.2</b>	<i>Castigos físicos à luz da Bíblia .....</i>	<b>43</b>
<b>2.2</b>	<b>Sobre aqueles que devem educar os meninos.....</b>	<b>47</b>
<b>2.3</b>	<b>A educação e sua utilidade.....</b>	<b>52</b>
<b>3</b>	<b>AS ABORDAGENS DE MARTINHO DE MENDONÇA DE PINA E PROENÇA A RESPEITO DA EDUCAÇÃO DOS MENINOS .....</b>	<b>56</b>
<b>3.1</b>	<b>A religião e a educação .....</b>	<b>58</b>
<b>3.2</b>	<b>Como e quando castigar.....</b>	<b>60</b>
<b>3.3</b>	<b>O modelo do bom mestre e a sua utilidade na educação dos meninos.....</b>	<b>66</b>
<b>3.4</b>	<b>A importância de educar e de como o fazer .....</b>	<b>70</b>
<b>3.4.1</b>	<i>As críticas a outros modelos educacionais .....</i>	<b>75</b>
<b>4</b>	<b>AS PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS EM 50 ANOS: COMPARAÇÃO DAS OBRAS.....</b>	<b>78</b>
<b>4.1</b>	<b>A influência da religião na educação proposta .....</b>	<b>79</b>
<b>4.2</b>	<b>Os castigos físicos na educação de meninos.....</b>	<b>83</b>
<b>4.3</b>	<b>A importância e características de um bom mestre .....</b>	<b>87</b>
<b>4.4</b>	<b>A importância da boa educação .....</b>	<b>89</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>94</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Para se discutir educação, é importante compreender o contexto e a sociedade na qual essa ocorre, pois a educação - seja no formato que for - surge e é estimulada para atender as necessidades dessa população. Partindo das fontes<sup>1</sup> usadas neste trabalho, vê-se as noções de educação propostas por cada um dos autores; o Padre Alexandre de Gusmão constrói em seu texto uma perspectiva bem ampla da educação - diria que praticamente universal -, pois traz em sua obra noções de ordem moral e religiosa, preceitos aceitos de forma geral dentro da sociedade portuguesa e católica. Por outro lado, Martinho de Mendonça de Pina e Proença traz em sua obra uma noção de educação voltada diretamente para os meninos nobres, pois o propósito inicial deste texto era o de servir como manual para o tutor de seu filho durante o período que este serviu o Rei de Portugal na Colônia Portuguesa na América. O autor traz em seu texto noções acerca da vida moral e religiosa, mas foca boa parte de sua obra em questões práticas, condizentes com as esperadas para um menino nobre, como sua formação militar, conhecimento de línguas clássicas e modernas e o trato social na vida da corte.

Publicadas entre o fim do século XVII e o meados do século XVIII, as fontes aqui trabalhadas enquadram-se no período conhecido como Antigo Regime Português. É importante destacar aqui que usarei duas linhas historiográficas que analisam o Antigo Regime, sendo uma delas mais estruturalista, oriunda de autores como Pierre Goubert<sup>2</sup> e Vitorino Magalhães Godinho<sup>3</sup>, e a segunda mais contemporânea, que foca mais nas relações que formam a sociedade do período do que nas estruturas dessa mesma. Neste grupo de autores, temos por exemplo Giovanni Levi<sup>4</sup> e José María Imízcoz Beunza<sup>5</sup>.

O uso do conceito de Antigo Regime se justifica pela proximidade de análises e discussões a respeito de temas como a organização social a partir de diversos estratos sociais,

---

<sup>1</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia**. Edição, apresentação e notas Renato Pinto Venâncio e Jânia Martins Ramos. - São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Coleção clássicos). & PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734. Disponível em: <http://purl.pt/129>. Acesso em 22/09/2017.

<sup>2</sup> GOUBERT, Pierre. **El Antiguo Régimen**: Vol. v.1 - La sociedad. Siglo Veinteuno, 1984.

<sup>3</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da antiga sociedade portuguesa**. 3ª ed, Lisboa: Arcádia, 1977.

<sup>4</sup> LEVI, Giovanni. "Reciprocidade Mediterrânea". In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pp. 51-86. & LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>5</sup> IMÍZCOZ, José Maria & CHAPARRO, Álvaro (Eds.). **Educación, redes y producción de élites en el siglo XVIII**. Madrid: Silex ediciones, 2013.

e também sobre a importância da família para além dos âmbitos domésticos, pois ela era peça fundamental da organização social desta sociedade, sendo portanto, aquela que definiria que tipo de educação buscaria para seus filhos.

A nomeação desse período surgiu a partir de Alexis de Tocqueville, que intitula o regime anterior à Revolução Francesa de *Antigo Regime*<sup>6</sup>. Pierre Goubert parte da definição criada por Tocqueville para olhar para esta sociedade francesa e defini-la de tal maneira que sua definição também encaixa-se a Portugal da Idade Moderna. Segundo Goubert,

El Antiguo Régimen es una sociedad de una pieza, con sus poderes, sus tradiciones, sus usos, sus costumbres, y en consecuencia, sus mentalidades tanto como sus instituciones. Sus estructuras profundas, estrechamente ligadas, son sociales, jurídicas y mentales.<sup>7</sup>

Pode-se notar neste trecho de Goubert que o autor ressalta que a sociedade de Antigo Regime é baseada em suas mentalidades tanto quanto nas instituições que a compõem, e isso abarca diferentes estruturas sociais, incluindo as famílias e suas interações.

Todas estas estruturas descritas por Goubert, presentes na sociedade de Antigo Regime Francesa, podem facilmente ser notadas na sociedade portuguesa da época. Uma sociedade organizada com base num poder central - que conta com poderes locais para se fazer valer, inclusive a família -, bem como de suas instituições jurídicas, que interpretam a lei a partir do local social do agente a ser julgado ou atendido, maneira de reafirmar a diferenciação entre os atores sociais que compunham aquela sociedade.

Vitorino Magalhães Godinho defende em seu livro *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*<sup>8</sup> que a sociedade portuguesa era organizada em estados ou ordens, e estas seriam a Nobreza, o Clero e o Terceiro Estado, o que representava a “divisão jurídica, por um lado, e, por outro, uma divisão de valores e de comportamentos”<sup>9</sup>. Essa noção da divisão ser jurídica e de valores é reforçada pelos documentos de época, pois nota-se nesses documentos que a partir dela é que as pessoas recebiam títulos, tinham acesso a determinadas profissões e distinguiam-se pelas formas de tratamento e vestimentas. Nas *Ordenações Filipinas*<sup>10</sup> vê-se que pessoas de estratos sociais diferentes são punidos de maneiras diferentes por um mesmo crime. Para pessoas que ateiam fogo a edificações e benfeitorias, as punições são as seguintes:

<sup>6</sup> TOCQUEVILLE, Alexis. **Antigo Regime e a Revolução**. J.-P. Mayer (Org.); tradução Rosemary Costhek Abílio. – 2 ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2016. Edição do Kindle, Livro 1 - Cap. 2.

<sup>7</sup> GOUBERT, Pierre. **El Antiguo Régimen**... *op. cit.* p. 21.

<sup>8</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. 3ª ed. Lisboa: Arcádia, 1977.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>10</sup> **Ordenações Filipinas**. (1603). Edição de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870, livro V. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733> . Acesso em 22/09/2017.

E se se achar culpado no pôr do fogo, de que se seguir dano, algum scravo, seja açoutado publicamente, e ficará na vontade de seu Senhor pagar o dano, que o fogo fez, ou dar o scravo para se vender, e do preço se pagar o dito dano. E se o culpado for homem livre, sendo peão, seja prezo, e da Cadêa pague o dano, e mais seja degradado com baraço e pregão pela Villa per dous annos, para África. E sendo Scudeiro, será degradado per dous annos para África com pregão na audiencia, e pagará o dano a seus donos. E se for Cavalleiro ou Fidalgo, per seus bens farão as Justiças pagar o dano ás partes, e mais nol-o farão saber, para lhe darmos o castigo, que nos bem parecer, segundo o dano fôr.<sup>11</sup>

A partir desta visão de uma sociedade organizada em estados, é possível relacionar essa perspectiva com a de um corpo, onde a sociedade portuguesa era encarada como que organizada em peças - ou membros -, sendo que cada peça tinha a sua função. Segundo Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, esta noção de que a sociedade devia funcionar análoga a um corpo é uma herança do pensamento medieval, onde a existência de uma ordem universal ditava a atribuição de cada ser. Compreendida como um corpo, portanto, as partes dessa sociedade deveriam exercer a função para qual foram feitas, pois apenas assim cumpririam plenamente seu papel, cooperando com o todo.<sup>12</sup>

Ainda a partir dessa noção da sociedade como um corpo, havia a classificação entre membros superiores - o rei, o clero e a nobreza - e membros inferiores - o Terceiro Estado como um todo. Xavier e Hespanha definiam o rei não apenas como centro dessa sociedade portuguesa, mas também como o controlador e executor da justiça entre eles.

a função da cabeça (*caput*) não é, pois a de destruir a autonomia de cada corpo social [...], mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio [...] garantindo a cada qual o seu estatuto (“foro”, “direito”, “privilégio”); numa palavra, realizando a justiça.<sup>13</sup>

Além de representar a execução da justiça, o Rei simbolizava a cabeça desse corpo que era a sociedade portuguesa. Esse encargo acarretava a importância simbólica de seu poder, bem como as obrigações a serem cumpridas. Por muitos séculos, o rei foi tido como representante de Deus na Terra, e isso, apesar de parecer contraditório, já determinava o primeiro fator limitador do poder do rei, pois como representante, seus poderes eram

<sup>11</sup> Ibidem, p. 1234.

<sup>12</sup> KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: Um estudo sobre teologia política medieval. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal**. (vol. 4). Lisboa: Estampa, 1998, pp. 113-140.

<sup>13</sup> XAVIER & HESPANHA. “A representação da sociedade e do poder”... *op. cit.* p. 115.

limitados pela autoridade que Deus lhe dera. O segundo fator regulador do poder do rei era a própria lei vigente na sociedade por ele governada. Como representante de Deus e espelho para o povo, o rei deveria cumprir as leis, mesmo que estivesse acima delas.

Ernst Kantorowicz afirma que João de Salisbury aponta uma solução usando Cristo como exemplo, pois embora tenha sido caracterizado como *Rei dos reis*, nasceu sob a Lei e a cumpriu por sua própria vontade<sup>14</sup>. Por isso, a figura do rei está moralmente ligada à lei, mesmo que legalmente não o esteja. O terceiro fator que limitava o poder do Rei era oriundo nas outras duas estruturas fundamentais para a sociedade de Antigo Regime: a Igreja e a Família<sup>15</sup>. Frequentemente o Rei via-se limitado a tomar certas decisões, tanto pelo poder e influência da Igreja Católica, quanto pela autoridade natural do chefe da família.

Postadas lado a lado com o Rei, vê-se as figuras do Clero e da Nobreza. Ambos os grupos interferiam nos assuntos do Reino, bem como buscavam frequentemente serem favorecidos pelas graças do Rei. A respeito do Clero, o autor Vitorino Magalhães Godinho afirma ser este o “primeiro braço do Reino”<sup>16</sup> e que se distingue significativamente dos outros dois estados, pois ele tem uma organização única, ligada a um líder externo, além de possuir foro privativo, suas próprias leis, regras de comportamento próprias e controlar as demais camadas da população nos assuntos que lhe dizem respeito<sup>17</sup>. Aliado a esta interpretação da importância e diferenciação do clero, Hespanha aponta que a Igreja Católica é um “pólo político autônomo”<sup>18</sup> de grande importância dentro desta sociedade, pois

de todos os poderes coexistentes na sociedade moderna, a Igreja é o único que se exerce com bastante eficácia desde os âmbitos mais periféricos, como as famílias e as comunidades, até ao âmbito internacional, onde só coexiste com o império. Entre uns e outro, a Igreja está presente no âmbito corporativo, através de confrarias específicas de cada profissão, no âmbito da pequena comunidade, por intermédio também das confrarias e da organização paroquial, nos níveis territoriais intermédios, por meio da disciplina episcopal, e nos reinos, por mecanismos tão diversificados como a relevância do direito canônico ou as formas de estreita cooperação entre os ‘dois gládios’.<sup>19</sup>

Para controlar a vida de seus súditos, a Igreja Católica fazia uso de diferentes mecanismos, acionados conforme necessidade. Joaquim Ramos de Carvalho expõe

<sup>14</sup> KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei...* *op. cit.* p. 81.

<sup>15</sup> HESPANHA, António Manuel. “Introdução”. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal...** *op. cit.*, p. 13.

<sup>16</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga...** *op. cit.* p. 85.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> HESPANHA, António Manuel. “A Igreja”. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal...** *op. cit.*, p. 257

<sup>19</sup> Ibidem, p. 257.

brevemente cada etapa do controle exercido pela Igreja<sup>20</sup>. Segundo o autor, nas sociedades católicas, este poder já era exercido a partir do nascimento de um novo sujeito, pois a sua existência documentada se dava a partir do registro de batismo desta criança. Esta criança passaria a ser considerada membro integrante de sua comunidade, como também era - a partir do documento de batismo - relacionada aos adultos que compunham parte de sua rede familiar.

Somados aos batismos, as celebrações (e portanto, registros) dos casamentos e óbitos das comunidades colocavam toda a vida parental de uma população sob a alçada da Igreja, que regularia novos casamentos a partir da ausência de ligações parentais entre as partes envolvidas. Partindo dos róis de confessados<sup>21</sup>, o controle social sobre a residência das pessoas também era realizado pela Igreja, o que demonstra a importância destes registros feitos a nível paroquial para a administração e controle do reino.

Buscando explicar parte desse poder regulador da vida das pessoas, Giovanni Levi expressa esse papel da Igreja Católica da seguinte forma:

muitas vezes, os que têm se ocupado da antropologia política das sociedades católicas do *Ancien Régime* têm se surpreendido perante o caráter aparentemente libertário das regras sociais: os homens são completamente livres em suas eleições, seus sistemas políticos não são criações de Deus, mas fruto de seu livre-arbítrio. Porém esta liberdade está sob tutela: como meninos que experimentam sua relação com a realidade sob o olhar atentos dos pais, os homens se aventuram, por sua conta e risco, na empresa prescrita de formar uma sociedade política e econômica; porém à Igreja, encarnação do poder diretivo e coativo de Deus, corresponde a tarefa de controle e de atração para dirigir os homens, de acordo com a lei, [...] é a liberdade do pecador sob tutela.<sup>22</sup>

Sob essa tutela da Igreja Católica, têm-se as famílias sendo guiadas e controladas, mesmo que de maneira sutil. Como Joaquim Ramos de Carvalho explicita em seu capítulo anteriormente citado, boa parte das investigações a respeito de desvios de conduta moral e ética eram realizados pela Igreja Católica no período, que tinha, assim, poder de gerir a vida das pessoas sob sua alçada. Isso poderá ser notado, por exemplo, na construção do texto do Padre Gusmão, pois, a partir de sua posição clerical, ele construirá um discurso que visa direcionar a educação dos membros da sociedade à sua volta.

---

<sup>20</sup> CARVALHO, Joaquim Ramos de. “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna” In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História da vida privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 32-57.

<sup>21</sup> Documentos que registravam a presença das pessoas no domingo de Páscoa na Igreja, onde era registrado o domicílio de cada pessoa anualmente.

<sup>22</sup> LEVI, Giovanni. “Reciprocidade Mediterrânea”... *op. cit.* pp. 60-61.



Para além das figuras do rei e do Clero, a nobreza se fazia ser entre os “membros superiores” da sociedade portuguesa. Como nota-se pela definição dada pelo Padre Raphael Bluteau, havia distinções entre os tipos de nobreza portuguesa.

Divide se a nobreza em hereditaria, & politica, ou civil. A nobreza hereditaria he hua antiga successão de sangue de huma familia, que teve pessoas illustres, & famosas em armas, ou letras, ou outro exercicio honesta, dos antepassados se derivou a gloria aos descendentes. A nobreza politica, ou civil, he aquella, que alguem logra, não pela successão do sangue, mas por respeito do posto, ou cargo nobre, que exercita.<sup>23</sup>

Espalhados entre a “nobreza de Corte” e a “fidalguia da província”, a nobreza era formada por grupos diversos e não-uniformes de pessoas, como Bluteau demonstra acima. Essa diferenciação mais expressiva entre dois tipos de nobreza em Portugal do Antigo Regime foi resultado do processo pós-restauração. Nuno Gonçalo Monteiro aponta haver uma mudança<sup>24</sup> significativa tanto na forma quanto na constituição da nobreza portuguesa pós Revolução de 1640. As mudanças se deram principalmente por questões políticas, tendo as famílias que apoiaram a restauração da autonomia portuguesa e a família de Bragança sendo alçadas a melhores cargos pós-restauração. Além disso, houve uma mudança na estruturação da corte portuguesa, pois vemos um fortalecimento do papel da corte e uma maior concentração destas *primeiras famílias* em Lisboa.

A partir dessa diferenciação, é possível associar a ascensão da importância da nobreza da Corte nas decisões do Reino, bem como a importância da fidalguia de província para o controle das populações interioranas, a partir das ações dessas famílias em suas regiões de origem.

Os súditos não-membros do clero ou da nobreza encaixavam-se, portanto, na última categoria, a de Terceiro Estado. Vitorino Magalhães Godinho apresenta este grupo como sujeitos passíveis de viver por quatro modos de vida: “viver com senhor ou com amo, [...] ter ofício ou mester em que trabalhe e ganhe sua vida, [...] andar negociando negócio seu ou alheio [...] e ser amo, isto é, proprietário ou arrendatário ou enfatiota de uma exploração, e

<sup>23</sup> BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e latino** (Volume 05: Letras K-N), Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716, p. 732. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/nobreza> Acesso em: 22/09/2017.

<sup>24</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. “A consolidação da Dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In: Tengarrinha, José (Org.). **História de Portugal**. 2ª ed., rev. e ampl. - Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001, pp. 205-226.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “O *ethos* da aristocracia portuguesa sob a Dinastia de Bragança. Algumas notas sobre casa e serviço ao rei”. In: MONTEIRO, N. G. **Elites e poder**: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo. 2ª ed. rev. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2007, pp. 83-103.



trabalhá-la com seus criados e familiares”<sup>25</sup>. A partir destas ocupações, Godinho aponta então quatro grupos de trabalhadores: os agricultores, os mercadores e negociantes, os profissionais industriais e, por fim, os que servem a outros em alguma das ocupações citadas acima<sup>26</sup>.

A partir desta divisão, Godinho aponta a diferenciação que havia em Portugal de Antigo Regime para cada um destes ofícios e como era possível buscar a ascensão a partir deles. O bom desempenho dentro de um cargo, ser letrado ou trabalhar para alguém com influência o suficiente para destacar o seu bom criado eram os caminhos mais comuns para ascender na sociedade deste período. Entretanto, apesar de haver a possibilidade de ascensão social, esta era muito pequena e ainda limitada a determinados grupos de trabalhadores. Aqueles que exerciam funções mais mecânicas (ou manuais) eram excluídos dos cargos de distinção de suas vilas e paróquias.

No braço popular, [...] há que distinguir a um lado os cidadãos, os homens bons, que dominam as câmaras e que, pela sua aproximação dos privilegiados, podem considerar-se integrados nos ‘honrados’ dos lugares, pelo menos fazem parte da ‘gente limpa’, e a outro lado a ‘gente de ofícios mecânicos [e vis] e dessa sorte, e outra de baixa mão’, os que não vivem ‘limpamente’, dos quais só os de alguns sectores (os organizados em mesteres) participam, pelos seus representantes, na vida pública local.<sup>27</sup>

Outro elemento importante para se compreender o contexto social em que as obras aqui trabalhadas estão inseridas é a família. Essa discussão é relevante para que se possa assimilar quem são os membros dessas famílias e como e para quem buscam educação, além é claro, de qual educação pode-se falar aqui.

Em seu dicionário<sup>28</sup>, Raphael Bluteau define família como “as pessoas de que se compoem huma casa, pays, filhos, & domesticos”<sup>29</sup>. Vale notar que o autor atribui uma definição mais específica para “família nobre”, sendo esta classificada como “ordem de defeendencia, que trazendo seu principio de huma pessoa, se vay continuando, & estendendo de filhos a netos, de maneira, q faz huma parentela, ou linhagem, a qual da antiguidade, & nobreza das cousas feytas he chamada nobre”<sup>30</sup>.

<sup>25</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da Antiga... op. cit.* p. 101.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>28</sup> Publicado entre os anos de 1712 e 1728.

<sup>29</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino - 1712-1728*. Vol. 4. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, 1713), p. 28. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/familia> Acesso em 22/09/2017.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 28.

António Manuel Hespanha afirma no capítulo “A família”<sup>31</sup>, que o conceito português que definia a mesma durante o Antigo Regime era o de “uma sociedade naturalmente auto-organizada, [...] concebida ainda como um todo orgânico”<sup>32</sup>. Além de ser compreendida como um organismo natural, a família - de acordo com esta definição - seria baseada nas relações de amor entre pais, filhos, irmãos, tios, etc. Estes sentimentos, inclusive, são o que formam um eixo da “economia moral da família do Antigo Regime e do seu estatuto institucional”<sup>33</sup>, segundo o autor.

Por sua vez, o autor Teófilo Aguayo dá definições para o que ele aponta como os tipos mais comuns de família para a Idade Moderna: a família nuclear e a família extensa:

*la familia nuclear* (padres e hijos) y *la familia extensa o consanguínea*, que se extiende mas allá de dos generaciones y esta basada en los vínculos de sangre de una gran cantidad de personas (padres, hijos, abuelos, tíos...). Una familia jerarquizada inserta en la sociedad formando a veces “redes familiares”, que pueden ser amplias en extensión geográfica y niveles sociales. Estamos hablando de la familia en la sociedad estamental, que buscaba perpetuarse o incrementar su estatus social mediante lo que se ha dado en llamar “poder y parentesco”.<sup>34</sup>

As noções de família extensa relacionam-se inclusive com as definições de *casa* como meio de simbolizar uma família, pois todos os indivíduos submetidos à mesma casa representam a família, e portanto precisam zelar por ela. Reforçando essa ideia, temos a definição de família apresentada por François Lebrun e André Burguière, na qual é a “realidade que abarca diversas formas de solidariedade: uma que une os que se reconhecem ter o mesmo sangue ou um antepassado comum, outra os que vivem sob o mesmo tecto e partilham os mesmos interesses de produtores e de consumidores”<sup>35</sup>. O pertencimento a um lugar - e não apenas a um grupo sanguíneo - mostra como as configurações de família extensa são importantes para o período.

A partir da definição de família dada por Bluteau, é importante destacar a ligação com o conceito de *casa*. No capítulo “As grandes casas”<sup>36</sup>, de Mafalda Soares da Cunha e Nuno

<sup>31</sup> HESPANHA, António Manuel. “A família”. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal**. (vol. 4). Lisboa: Estampa, 1998, pp. 245-256.

<sup>32</sup> Ibidem, 245.

<sup>33</sup> Ibidem, 246.

<sup>34</sup> AGUAYO, Teófilo. “Las escuelas de primeras letras y de gramática en Álava: familias y estrategias educativas en la Edad Moderna. In: IMÍZCOZ, José Maria & CHAPARRO, Álvaro (Eds.). **Educación, redes y producción de élites en el siglo XVIII**. Madrid: Silex ediciones, 2013, p. 41

<sup>35</sup> BURGUIÈRE, André & LEBRUN, François. “As mil e uma famílias da Europa”. In: **História da família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa**. Vol. 3. Lisboa: Terramar, 1998, p. 30.

<sup>36</sup> CUNHA, Mafalda Soares da & MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “As grandes casas”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Coord.) **História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 202-243.

Gonçalo Monteiro, os autores discutem tanto a compreensão do espaço físico das importantes casas na sociedade portuguesa, como também a organização destas casas, que são o símbolo externo da organização familiar presente ali. No capítulo, os autores abordam as casas de famílias nobres, pois, a partir de seus interesses é que cada família valorizaria de uma forma ou outra a educação de seus meninos. Especificamente sobre as famílias nobres, os autores afirmam que “confundiam-se, pois, os dois sentidos do termo (casa e família), sempre associados à sua intrínseca grandeza. [...] Acresce que as grandes casas correspondiam também a grandes famílias”<sup>37</sup>.

A autora Martha Daisson Hameister<sup>38</sup> propõe em seu texto uma discussão acerca da constituição das famílias a partir das definições encontradas em 3 diferentes dicionários<sup>39</sup> para compreender os conceitos que permeiam a noção de família. A partir do conceito de geração (ou geraçam, nos dicionários), a autora trabalha a questão de que as famílias unem-se também pela geração de seus membros, não apenas de maneira biológica, mas também social.

Disso depreende-se que sendo casa a geração, ou seja a reprodução física dos que estão contidos no âmbito doméstico e todo o conjunto de pessoas que são ao mesmo tempo parte dessa casa e são a própria casa, tais pessoas devem guardar semelhança. De gerar deriva, ainda nesse dicionário, gerarquia ou jerarquia. Para esses não se encontram acepções, mas encontra-se para hierarquia: “o mesmo que gerarquia” e para ierarquia uma referência às ordens de importância dos anjos na esfera do divino, ou seja, a gerarquia ou jerarquia em uma família passa pela ordenação da mesma, considerando diferentes posições, do mais elevado ao mais inferior dentro desse mesmo âmbito, tendo como modelo a organização do céu católico. Aponta, então, para aquilo que informa o como a sociedade se representa: do ordo celeste decorrem a ordem da casa, da família e da própria sociedade.<sup>40</sup>

Relacionando a explicação encontrada por Hameister com parte da bibliografia a respeito de família no Antigo Regime Português, encontrei uma base para aquilo que seria

<sup>37</sup> Ibidem, p. 202.

<sup>38</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. “A Tensão das Tramas Familiares: a presença de pessoas de diferentes estratos sociais e diferentes condições jurídicas na composição de uma família no século XVIII”. In: **6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2013, Florianópolis. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional - Programação. 2013. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/marthadhameister.pdf> Acesso em: 21/07/2017.

<sup>39</sup> OROZCO, Sebastián de Covarrubias. **Tesoro de la Lengua Castellana, o Española**, compuesto por el Licenciado Don Sebastian de Covarrubias Orozco, capellan de Su Magestad, Maestrescuela, y Canonigo de la Santa Iglesia de Cuenca, y Consultor del Santo Oficio de la Inquisicion. y añadido por el Padre Benito Remigio Noydens, Religioso de la Sagrada Religion los PP Clerigos Regulares Menores. Madri: Melchor Sanchez, 1674. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/del-origen-y-principio-de-la-lengua-castellana-o-romance-que-oy-se-vsa-en-espana-compuesto-por-el--0/html/>; BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino - 1712-1728**. Vol. 4. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, 1713); REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de Autoridades**. Madrid: Real Academia Espanola, 1726. Disponível em [www.rae.es](http://www.rae.es). Acesso em 22/09/2017.

<sup>40</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. “A Tensão das Tramas Familiares... *op. cit.* p. 7.

considerado família: estrutura essa fundamentada nos princípios normativos<sup>41</sup> da Igreja Católica, relacionável com a organização celestial e a ordenação dada por Deus para o universo. A partir desta fundação comum, as estruturas familiares assumiriam diferentes formas, muitas vezes baseadas no estrato social em que o grupo estudado se encontrava, bem como relacionadas às estratégias de manutenção e reprodução familiar empregadas em cada caso.

Pensando especificamente a respeito da educação dos filhos de cada família, é possível notar diversas formas de educar. Partindo das fontes trabalhadas neste texto, por exemplo, é possível notar a noção de educação mais comunitária a partir dos escritos do Padre, bem relacionável à postura educacional da Companhia de Jesus de um lado, e do outro lado, a noção de educação particular presente no texto de Pina e Proença, que faz duras críticas ao ensino das escolas. Apesar dessas diferenças, pretendo analisar neste trabalho estas duas linhas de pensar a educação.

É neste contexto de escolher a educação para suas crianças que vejo as famílias do Antigo Regime inseridas. Se fazia necessário que cada família demonstrasse qual seria o caminho a ser trilhado por aquela criança - principal e quase que exclusivamente os meninos - na construção de seus saberes. A opção escolhida variava conforme os interesses da família, bem como de sua disponibilidade financeira para custear uma educação formal. As alternativas de educação mais comuns eram a instrução doméstica, voltada para o desenvolvimento de algum ofício mecânico, a instrução doméstica realizada por um mestre contratado especificamente para exercer esta função ou a instrução em escolas públicas, que dependia de condições socioeconômicas das famílias para arcar com estas despesas ou das bolsas de estudo disponibilizadas pelas Ordens Religiosas que mantinham cada uma das escolas de determinada região.

No livro *Educación, redes y producción de élites en el siglo XVIII*<sup>42</sup>, os organizadores selecionaram diversos capítulos para demonstrar a importância da educação nos meios nobres, como forma de produzir melhores posições para determinados atores sociais. Apesar disto, em alguns capítulos podemos vislumbrar táticas empregadas por outros estratos destas sociedades

---

<sup>41</sup> A Igreja Católica sempre teve em seus concílios a definição das normas que seus fiéis deveriam seguir. A partir da Reforma Católica, a Igreja tornou a observância destes princípios algo ainda mais desejado, pois agora a verdadeira fé via-se ameaçada pelos protestantes. Para o Brasil colônia, por exemplo, temos as decisões dos concílios, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, além dos eventuais escritos de autores cristãos, como é o caso da vasta bibliografia do Padre Alexandre de Gusmão. Estas obras individuais também podem ser consideradas como indicadas pela Igreja Católica porque eram todas analisadas pelo Santo Ofício, que aceitava ou recusava a publicação de cada uma delas.

<sup>42</sup> IMÍZCOZ, José Maria & CHAPARRO, Álvaro (Eds.). **Educación, redes y producción de élites en el siglo XVIII**. Madrid: Silex ediciones, 2013.

no que diz respeito à educação de seus filhos, a partir das comparações feitas pelos autores. Em vários dos capítulos do livro, nota-se os autores ressaltando que a educação só passa a ser valorizada nestas sociedades do Antigo Regime a partir do momento que a demanda social cresce, com novas possibilidades de ocupações após a colonização da América.

Javier Laspalas faz uma análise da historiografia sobre educação primária de crianças em seu capítulo “Las escuelas de primeras letras en la sociedad española del siglo XVIII: balance y perspectivas de investigación”<sup>43</sup>. A partir de um amplo levantamento de dados, Laspalas chega à conclusão de que as escolas de primeiras letras eram instituições de iniciativa basicamente local, e que, embora tenham constituído uma ampla rede de escolas pela Espanha, estas não figuravam como uma presença marcante naquela sociedade. Essas escolas, portanto, atendiam à necessidade sentida pela população da região que a exigiu ou mesmo a construiu. Para o autor, a diversidade de ofícios apresentados nas regiões era um fator determinante para a valorização das escolas ou não. Segundo ele

en aquéllos donde la gran mayoría de los vecinos eran jornaleros o pequeños agricultores, que no percibían en absoluto la utilidad de la instrucción, no solía haber escuela. En cambio, cuando una parte significativa de los habitantes eran propietarios, rentistas y funcionarios, eran éstos los que reclamaban para sus hijos.<sup>44</sup>

Apesar de demonstrar a partir dos dados levantados que as camadas mais inferiores da população não eram os que mais exigiam a fundação de escolas, estes grupos não se isentavam de dar educação formal a seus filhos quando possível. O autor chega a esta conclusão a partir da percentagem de meninos que ocuparam as escolas de primeiras letras pela Espanha no século XVIII. Laspalas afirma, então, que o alto índice de meninos matriculados demonstram que os pais compreendiam a importância de uma educação formal, pois esses números extrapolavam a quantidade de meninos nobres provenientes daquela região<sup>45</sup>. Quando os pais deixavam de garantir esta educação a seus filhos, os motivos principais eram: o preço da instrução, o fato de não poderem abrir mão do ganho de seus filhos como trabalhadores, ou o fato de não enxergarem a educação oferecida naquela escola como útil à vida de seu filho e família.

---

<sup>43</sup> LASPALAS, Javier. “Las escuelas de primeras letras en la sociedad española del siglo XVIII: balance y perspectivas de investigación”. In: IMÍZCOZ, José Maria & CHAPARRO, Álvaro (Eds.). **Educación, redes y producción de élites en el siglo XVIII**. Madrid: Silex ediciones, 2013, pp. 17-38.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 32.

Em relação às elites, o autor mostra que estas não estavam interessadas apenas em escolas de primeiras letras, mas também em colégios que serviriam para garantir sua reprodução social dentro daquela sociedade estratificada.<sup>46</sup> O acesso à uma formação mais qualificada poderia ser o caminho mais rápido para alçar posições superiores dentro desta sociedade, a partir da profissão escolhida pela pessoa. Como o autor aponta em seu capítulo, a partir do século XVIII abriram-se muitas possibilidades de ocupação para as famílias nobres, como na administração, exército, comércio e navegação, o que fez estas famílias se voltarem para a instrução de seus descendentes.<sup>47</sup> Em relação a Portugal, Rômulo de Carvalho interpreta o maior interesse no ensino formal como esta oportunidade, pois

A expansão da actividade pedagógica da Companhia de Jesus fora excessivamente rápida para poder dominar a situação que criara e que talvez nem os próprios jesuítas previssem. Revela-se na sociedade do tempo, uma grande ânsia de acorrer à escola, de adquirir saber e, naturalmente, de prosperar na vida. [...] Era uma oportunidade que se apresentava ao público, um acesso à instrução amplamente aberto, e desse modo os pais mandariam os filhos às escolas, independentemente, pensamos nós, da entidade que as tivesse criado.<sup>48</sup>

José María Imízcoz Beunza, por sua vez, demonstra em seu capítulo<sup>49</sup> dois aspectos da questão da educação na região rural do Valle de Baztán, no País Basco. Em primeiro lugar, afirma que para o contexto daquela região, os camponeses não faziam parte do grupo social que buscava educação formal para seus filhos. Para os séculos XVI e XVII, poucos mestres eram vistos na região, e estes eram dedicados ao ensino daqueles que poderiam adentrar às carreiras eclesiásticas, administrativas e de homens letrados, profissões essas vetadas aos camponeses<sup>50</sup>. Para os camponeses, portanto, a alfabetização era algo que não fazia sentido, por isso não a procuravam<sup>51</sup>.

Por outro lado, o autor demonstra que a ascensão social de membros das famílias foi algo muito buscado por novos ricos. A partir de uma análise quantitativa de escolas de primeiras letras, Imízcoz selecionou metade delas, de onde tirou os seguintes dados sobre os

---

<sup>46</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>48</sup> CARVALHO, Rômulo. “O estabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal”. In: **História do ensino em Portugal**: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian. 2001, p. 328.

<sup>49</sup> IMÍZCOZ BEUNZA, José María. “Las bases sociales de la educación en la España alfabetizada. Demanda familiar, fundaciones de escuelas y despegue económico de la periferia norteña, 1650-1800”. In: IMÍZCOZ, José María & CHAPARRO, Álvaro (Eds.). **Educación, redes y producción de élites en el siglo XVIII**. Madrid: Silex ediciones, 2013, pp. 63-87.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 64.



fundadores destas escolas: 85% dos fundadores de escolas fizeram fortuna na América; 44% eram comerciantes, 32% militares e 24% eram eclesiásticos<sup>52</sup>. Apesar de retratar um mapeamento para a Espanha, o contexto social dos países ibéricos era muito semelhante no período pós colonização da América, com o enriquecimento “fácil” na colônia sendo um grande atrativo para estes homens.

A ligação entre o incentivo à educação formal e fundação das escolas com os homens que enriqueceram na América é muito forte no trabalho de Imízcoz. O autor discorre sobre a influência que os parentes de renome e fortuna tinham na educação dos jovens de outras partes da família. O elo poderoso da família era muitas vezes responsável pelo custo da educação dos jovens. Quando não os financiavam diretamente, estes parentes acompanhavam de perto o processo educacional dos jovens, indicando as matérias que estes deviam estudar para seguir esta ou aquela profissão. Após o período escolar, este parente recebia em sua casa o jovem, buscava a melhor colocação possível para o rapaz em algum ramo da atividade que ele tivesse influência, além de o inserir em seus meios sociais, de modo a estabelecer as primeiras relações próprias de seu descendente e a construir a uma nova rede de influências.

Para o caso basco analisado por Imízcoz, além do financiamento direto da educação de jovens das famílias, o autor notou que houve frequentemente o investimento a longo prazo por parte destas famílias, a partir da fundação de colégios onde os descendentes dos fundadores teriam preferência no ingresso e na obtenção de bolsas de estudos. Segundo o autor, a promoção da educação dos descendentes da família tinham a ver com a “lógica de reproducción familiar propia del antiguo régimen.”<sup>53</sup>

Apesar desse incentivo à educação formal, o ensino doméstico continuou ocupando um espaço importante nas famílias do Antigo Regime. A educação baseada na relação de aprendizado próxima ao de “mestre-aprendiz” se estendeu por muito tempo após o surgimento destas escolas e colégios. Jacques Gélis<sup>54</sup> defende que durante a Idade Moderna, a infância era caracterizada como a época de aprendizagem, aprendizagem esta que vinha da convivência da criança com o adulto que seria seu modelo. No caso dos meninos, a vida cotidiana fora de casa, no campo e nas brincadeiras. O processo de aprender se dava na vivência diária destas crianças. A partir desta formação da criança se esperava inclusive que esta passasse a ter uma percepção do papel social que era esperado que ela desempenhasse. No caso das meninas, esta

---

<sup>52</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>54</sup> GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada: Da Renascença ao Séculos das Luzes**. Tradutor: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 305-320.

educação era feita no ambiente privado, onde a menina aprenderia atividades dignas de uma mulher, e estaria guardada dos perigos que a vida externa lhe apresentava, como o envolvimento mal visto com determinados membros desta localidade. A partir dessa discussão de Gélis, acredito inclusive que os pontos levantados acima por Laspalas tivessem muito peso nas decisões familiares. Se era possível dar a instrução necessária para aquela criança no âmbito doméstico (e sem custo), não seria necessário enviá-la para a escola.

Este tipo de decisão, inclusive, tem a ver com a própria noção de família, individualidade e continuidade dentro do Antigo Regime. António Manuel Hespanha nos apresenta a noção de que os pais se viam continuados em seus filhos, o que explica em partes a interferência constante para o bom sucesso de seus filhos em suas vidas e carreiras.<sup>55</sup> Ressaltando o fato de que esta pessoa era antes um membro do corpo familiar do que um indivíduo, os pais se sentiam no direito - e quase que na obrigação - de intervir nas escolhas de seus filhos que considerassem equivocadas, pois no contexto desta sociedade, os sucessos e os malogros de cada um repercutiam em sua família como um todo. Sobre este mesmo peso que a família tinha sobre a vida de cada pessoa, Aguayo afirma que naquelas sociedades estratificados, a busca por melhores posições sociais e status eram realizadas também no campo do poder e parentesco exercido por cada núcleo familiar.<sup>56</sup>

Na obra do Padre Alexandre de Gusmão a ser aqui trabalhada, nota-se que a relação entre a educação das crianças e a prosperidade - não apenas financeira, mas moral também - das famílias é algo indissociável. O Padre ressalta esta importância através de muitos exemplos didáticos sobre as consequências da boa ou má educação das crianças. Alinhado às conclusões observadas por mim na bibliografia aqui trabalhada, o Padre também valoriza as consequências gerais para toda a família a partir dos atos de uma parte daquele grupo. Este assunto será trabalhado no capítulo específico sobre a obra de Gusmão.

Apesar de haver famílias que buscavam uma educação - como as possibilidades brevemente descritas acima - para seus filhos como maneira de ascender socialmente, a instrução formal dos meninos<sup>57</sup> não era algo encarado de maneira unânime dentro dessa sociedade. Durante a expansão da educação promovida principalmente pelas Ordens

---

<sup>55</sup> HESPANHA, António Manuel. "Arquitetura dos poderes: A família... *op. cit.* p. 245.

<sup>56</sup> AGUAYO, Teófilo. "Las escuelas de primeras letras y de gramática en Álava... *op. cit.* p. 41.

<sup>57</sup> Pouquíssimo se discute aqui sobre educação de meninas pois nem na documentação usada, bem como na bibliografia consultada há uma preocupação em discorrer sobre esse assunto. A educação formal estava praticamente fora do alcance das meninas, que viam a sua própria instrução reduzida à saber ler, escrever e contar apenas no mínimo necessário para efetuarem um bom controle de seu lar futuro, quando recebiam esse incentivo. O mais comum era que fossem instruídas apenas nas habilidades necessárias para a vida cotidiana de dona de casa, que incluiria saber costurar, cozinhar e cuidar de crianças.



Religiosas, houve resistência de alguns grupos sociais. As famílias que dependiam da parcela de produção de seus filhos encaravam a educação de mais fácil acesso como uma maneira de distraí-los de suas obrigações para com a família<sup>58</sup>.

Apesar das possíveis resistências para a disseminação de escolas e universidades, as Ordens Religiosas Católicas continuaram investindo na educação. Em parte, esse novo ímpeto das Ordens estava associado à Reforma Católica e a necessidade de expandir a fé cristã pelos novos territórios conquistados, bem como de reafirmar a fé católica pela Europa frente ao surgimento da Igreja Protestante. Essa Igreja, por sua vez, investiu no esforço para que a população pudesse ler a Bíblia por si só, fato que também disseminou escolas de letras pela Europa protestante.

Após a Reforma Protestante, a Igreja Católica viu seus ideais, dogmas e poder serem abalados pelos questionamentos de Lutero e demais reformadores. Para combater a crescente onda de enfraquecimento da instituição, a Igreja Católica considerava ser preciso lutar contra os reformadores em todos os campos possíveis de embate, e não apenas mudar alguns dogmas e doutrinas, que pouco efeito tinham na vida cotidiana da população. A partir desta perspectiva, a Companhia de Jesus nasceu como uma ordem a trazer novo fôlego para a Igreja Romana, partindo para a luta na defesa da cristandade latina. Rômulo de Carvalho afirma que a igreja precisava de “uma autêntica milícia, um laborioso exército de homens de religião, que vivessem só para ela, no permanente estado de prevenção combativa”<sup>59</sup> e a resposta foi a própria ordem fundada por Inácio de Loyola.

Ainda sobre o surgimento e rápida expansão da Companhia de Jesus, Célio Juvenal Costa afirma que

a Companhia de Jesus ganhou a simpatia real e teve uma rápida expansão - aliás, em todo o mundo - devido ao fato de ser uma ordem religiosa que expressava radicalmente o ambiente da reforma católica do século XVI; reforma que se originou, mais do que motivada pelas críticas protestantes, por um olhar crítico para dentro dela própria e pela conclusão de que era preciso refazer certos comportamentos para não deixar de ter influência na sociedade. A Companhia de Jesus nasceu no ambiente de reforma e soube catalisar muito bem as novas necessidades religiosas e sociais do período.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> CARVALHO, Rômulo. “A actividade pedagógica portuguesa na primeira metade do século XVIII.” In: **História do ensino em Portugal**. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, pp. 384-421.

<sup>59</sup> CARVALHO, Rômulo. “A actividade pedagógica em Portugal no século XVII.” In: **História do ensino em Portugal**. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, p. 283.

<sup>60</sup> COSTA, Célio Juvenal. “Companhia de Jesus na América Portuguesa: organização, catequese e educação.” In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.) **Ilustração, cultura escrita e práticas culturais educativas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, (Série Referência), p. 156.

Somado a este entendimento por parte da Igreja Católica de que ela precisava se adaptar à nova realidade para continuar relevante dentro da sociedade, é que encontra-se a importância da missão jesuítica - como destacada por Luiz Antonio Sabeh - não apenas como propagadora da fé católica nas novas colônias, mas também o seu caráter construtor e modelador de novas sociedades<sup>61</sup>.

A partir do estabelecimento das primeiras escolas jesuíticas e do apelo que estas escolas começaram a gerar nas cidades onde eram fundadas, os jesuítas passaram a mensurar a importância daquilo que estavam fazendo, e então consideraram dar permissão para que estudantes não jesuítas frequentassem suas escolas. Na visão de Carvalho, esta abertura era encarada como “um processo excelente de aliciar jovens para a sua Companhia.”<sup>62</sup>

De modo geral, a educação no âmbito das instituições na sociedade portuguesa é amplamente conectada com o projeto educacional da Companhia de Jesus desde sua instalação no país em 1542<sup>63</sup>, até o momento da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759, o que levou esta Ordem católica e seu método de ensino terem forte influência sobre a concepção e forma de ensino em Portugal do Antigo Regime.

Em suas ações na América - tanto Espanhola quanto Portuguesa - a Companhia de Jesus teve papel fundamental na expansão dos projetos de conquista de cada Reino, a partir das conquistas territoriais e da pacificação dos ameríndios, como afirma Sabeh<sup>64</sup>. Partindo dessas expansões, a Companhia passou a encarar como sua responsabilidade também a educação formal dos colonos tanto quanto a educação dos ameríndios<sup>65</sup>. Sabeh afirma que os impulsos de educação formal visto nas ordens “não estava desassociada da função religiosa que exerciam”<sup>66</sup>, pois estaria em uníssono com as propostas a partir da Reforma Católica. Os fins salvíficos da educação formal são o que unem os propósitos de evangelização e educação

---

<sup>61</sup> SABEH, Luiz Antonio. “Introdução”. In: SABEH, Luiz Antonio. **Semeando um novo mundo**: a Companhia de Jesus e a administração Habsburgo no Brasil. (Tese de Doutorado). Curitiba, UFPR, 2014, pp. 2-21.

<sup>62</sup> CARVALHO, Rômulo. “A actividade pedagógica em Portugal no século XVII... *op. cit.* p. 292.

<sup>63</sup> Em 1542 foi inaugurado o Colégio de Jesus, que serviria de moradia para os futuros missionários jesuítas que estudavam em Coimbra. Alguns anos mais tarde, o próprio Colégio passou a oferecer formação para seus alunos, membros da Ordem da Companhia de Jesus. Já em 1553 a primeira escola pública jesuíta foi inaugurada em Lisboa, Portugal, escola esta que aceitava estudantes não jesuítas. (CARVALHO, Rômulo. **História do ensino em Portugal**: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001).

<sup>64</sup> SABEH, Luiz Antonio. **Semeando um novo mundo**... *op. cit.*

<sup>65</sup> Vale destacar que, ao passo que os nativos eram educados e alfabetizados na colônia portuguesa na América para que a catequese pudesse ser realizada nos moldes criados pelas ordens religiosas, boa parte das populações portuguesa era analfabeta, e não tinha acesso à educação formal de maneira tão simples quanto os nativos tinham na América.

<sup>66</sup> SABEH, Luiz Antonio. “A peça-chave da mudança: a reorganização administrativa da Província Jesuíta do Brasil”. In: SABEH, Luiz Antonio. **Semeando um novo mundo**... *op. cit.* pp. 131-180.

na colônia. Nas palavras de Sabeh, vemos que “Loyola, portanto, sugeriu que os colégios jesuíticos fossem núcleos de oferta de uma educação salvífica que visava instrumentalizar o homem professo a conhecer a si mesmo e a servir a Deus”<sup>67</sup>.

Enquanto a criação de casas e colégios jesuíticos foi uma espécie de *modus operandi* da Companhia de Jesus, o Padre Alexandre de Gusmão não se refere especificamente ao ensino propagado nas escolas jesuíticas, pois sua obra trata a educação de meninos de maneira ampla, reforçando a ideia de que a educação da criança passa a ter um papel fundamental neste período, a partir da noção de cera branda ou tábula rasa onde poderia ser escrito aquilo que fosse mais conveniente para quem a educava. Em seu formato proposto, não apenas o clero é capaz de educar e instruir corretamente as crianças (nos preceitos que formam um bom cristão), mas mesmo os pais, quando bem intencionados e guiados pelos preceitos da Igreja Católica o podem fazer.

Apesar de a Companhia de Jesus não ter sido a única Ordem Religiosa dedicada às missões na América, África e Ásia, nem tampouco a única a se dedicar à educação de crianças, não discorrerei sobre os esforços das demais Ordens na disseminação da educação, pois estas não são objeto de estudo deste trabalho.

\*\*\*

Os documentos selecionados como fontes para este trabalho de pesquisa são duas obras dedicadas à educação de crianças, mais especificamente da educação de meninos. Os capítulos foram divididos de maneira que analisarei a obra do Padre Alexandre de Gusmão no primeiro capítulo e a obra de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença no capítulo subsequente, compreendo ser coerente fazer a introdução às obras de maneira única e contínua, a seguir.

A partir da análise dessas obras, buscarei compreender alguns dos modelos possíveis de educação dentro da sociedade portuguesa (tanto em Portugal quanto na América) e como estes modelos se relacionam com os autores - e seus contextos e formação - das respectivas obras. Ao analisar individualmente cada uma, para na sequência compará-las, pretendo também estabelecer certos critérios individuais de leitura, para depois buscarmos as mudanças e permanências passíveis de serem mapeadas a partir dos textos.

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 135.

Em sua *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*<sup>68</sup>, publicada originalmente em 1685, Padre Alexandre de Gusmão dedica-se a incentivar e guiar os pais naquilo que ele compreende como a educação apropriada para todos os indivíduos da sociedade na qual estava inserido. Apesar de ter apenas um capítulo dedicado especificamente à educação de meninas, as noções e instruções apresentadas pelo Padre eram também relevantes dentro da criação destas. Para Raphael Bluteau, puerícia é “a idade do homem entre a infancia, & a adolescencia, começa no terceyro, ou quarto anno, & acaba aos nove, ou dez annos”.<sup>69</sup>

A obra *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*<sup>70</sup>, de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença - publicada em 1734 – apresenta, por sua vez, uma narrativa voltada especificamente para a educação de meninos nobres. Atendendo à proposta determinada já no título, o autor explicita a maneira como ele espera que um menino nobre – especificamente seu filho<sup>71</sup>, a priori - seja educado. Portanto, não dedica trecho algum de seu texto para refletir ou discutir sobre a educação de meninas.

Situados no contexto de Inquisição, o primeiro ponto destacável de ambas as fontes aqui analisadas é que foram publicadas com cartas de louvor pelos censores do Tribunal do Santo Officio, que vistoriavam os trabalhos para aprovar ou não suas publicações. No caso da obra do Padre Alexandre de Gusmão, José de Almeida dá seu parecer nas seguintes palavras:

Vi o livro de que trata esta petição e não tem coisa que faça reparo a Vossa Majestade lhe dar a licença, quem pede para se poder imprimir; e o assunto é de tanta utilidade à república quanta mostra o cuidado que todas as bem governadas em todas as idades puseram sempre na boa educação da juventude. Razão pela qual grandes santos na fundação de suas Religiões, ainda das Monacais mais retiradas, quizeram [que esta] fosse parte da obrigação de seus religiosos e um de seus institutos.<sup>72</sup>

Por sua vez, a obra de Martinho e Mendonça de Pina e de Proença também foi muito elogiada pelo censor que a leu. O Padre Francisco Antonio de Santa Maria afirma que ao saber que analisaria a obra de Pina e de Proença, sentiu-se intimidado diante do vasto

---

<sup>68</sup> Publicação original: GUSMÃO, Pe. Alexandre de. **A arte de crear bem os filhos na idade da puericia: Dedicada ao Minino de Belem, JESV Nazareno**. Lisboa: Officina de Migual Deslandes, 1685. Disponível em: <http://purl.pt/6369> Acesso em: 22/09/2017 Publicação utilizada nesta pesquisa: GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia**. Edição, apresentação e notas Renato Pinto Venâncio e Jânia Martins Ramos. - São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Coleção clássicos).

<sup>69</sup> BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e latino** (Volume 06: Letras O-P), Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1720.

<sup>70</sup> PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. **Apontamentos para a educação de hum menino nobre**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734. Disponível em: <http://purl.pt/129> Acesso em: 22/09/2017.

<sup>71</sup> Nas buscas realizadas, encontrei apenas indicação de um filho de Pina e Proença.

<sup>72</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* p. 8.

conhecimento do autor<sup>73</sup>. Sobre o conteúdo da obra em si, o censor afirma que “acho tão puros na Fé, e uteis aos bons costumes, que merecem estamparem-se com letras de ouro em laminas de diamantes, para imortalizar o seu applauso, e perpetuar eterna a sua estimação”<sup>74</sup>.

Como é notável pelos pareceres apresentados pelos censores do Santo Ofício, ambas as obras encaixavam-se na doutrina Católica Apostólica Romana para a educação de meninos. Este fato é extremamente relevante, pois a partir dele, pode-se afirmar que dificilmente se encontrará na comparação de ambas as obras pontos extremamente divergentes, pois havia por trás de cada uma delas uma doutrina maior a guiar aquilo que era aceitável ou não.

Na “Apresentação”<sup>75</sup> da versão brasileira da obra *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, os autores associam aos movimentos da Reforma Protestante e Reforma Católica a intensa valorização da criança, e por consequência, o aumento na produção de materiais para a educação das mesmas. Segundo Venâncio e Ramos, ambas as Reformas “fizeram da criança uma espécie de tábua de salvação da humanidade; alterando-a, seria possível alterar tudo mais”<sup>76</sup>. Reforçando esta ideia, no capítulo “Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista”<sup>77</sup>, Rafael Chambouleyrom discorre sobre a grande valorização que a Companhia de Jesus deu ao ensino das crianças. Segundo o autor, “os padres entenderam que era sobre as crianças, essa ‘cera branda’, que deviam imprimir-se os caracteres da fé e virtude cristãs.”<sup>78</sup>

Tendo a religião e os preceitos católicos por base de sua educação, os autores usaram da Bíblia e dos dogmas religiosos para justificar boa parte da sua visão sobre educação nesses textos aqui trabalhados.

Como dito brevemente acima, os dois primeiros capítulos servirão para eu analisar individualmente as obras de Gusmão e Proença. Partindo da leitura de ambas, destaquei uma série de temas que serão destacados na análise dos textos. Para o desenvolvimento desta pesquisa, as fontes aqui apresentadas foram lidas duas vezes cada. Num primeiro momento, para eu me familiarizar com o conteúdo de ambas e numa segunda leitura para catalogar os assuntos mais recorrentes citados pelos autores.

Para fins de organização e metodologia, dei destaque para os seguintes temas:

---

<sup>73</sup> PROENÇA, M. M. P. **Apontamentos para a educação de hum menino nobre...** *op. cit.* p. 38.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 38

<sup>75</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto & RAMOS, Jânia Martins. “Edição, apresentação e notas” GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia**. Edição, apresentação e notas Renato Pinto Venâncio e Jânia Martins Ramos. - São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Coleção clássicos). pp. IX-XXX..

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. X.

<sup>77</sup> CHAMBOULEYROM, Rafael. “Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista”. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 55-83.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 79.

- *Educação*: quando os autores se referem diretamente sobre a mesma, como deve ser feita, o que priorizar;

- *Utilidade da educação*: dentro de um contexto onde a educação não era obrigatória às crianças, era necessário encontrar alguma utilidade na mesma, para que a família reconhecesse motivos para realizar este investimento, ao invés de focar a criança no aprendizado cotidiano frequente no período; há diferenças entre os autores de quais utilidades encontram na educação;

- *Liberdade*: dada pelos pais aos filhos, que podia trazer boas ou más conseqüências à formação das crianças;

- *Educação nobre*: quando é explícito nos textos que aquela instrução passada pelos autores refere-se a algo aplicável apenas aos nobres;

- *Nobres versus Pobres*: quando os autores deixam claro no texto a diferenciação que enxergam ser necessária na educação de cada um destes grupos sociais

- *Ascensão social*: quando a educação pode ser o caminho para alcançá-la;

- *Hierarquia social*: quando a educação deve ser usada de maneira a reforçar ou ajudar a mantê-la.

- *Trabalho*: a que ofícios se dedicar, como as escolher e se manter dentro do que está ao alcance de cada um. Proença dá vários exemplos ao longo do texto para justificar aquilo que concebe como ideal para a educação de um nobre, para ao chegar à vida adulta, seguir uma carreira apropriada a sua condição;

- *Temperamento*: observar as boas inclinações pessoais da criança e incentivá-las;

Há outros temas encontrados com frequência, com um cunho mais religioso, de maneira geral.

- *Espírito Santo*: quando esta pessoa da Trindade aparece ativamente dando conselhos aos pais e mestres de como educar as crianças;

- *Bíblia*: em todas as referências feitas e exemplos dados;

- *Santidade*: importância de mantê-la e como o fazer;

- *Castigos físicos*: todas as alusões a seu uso, além de direcionamentos de quando, como e porquê usá-los;

- *Pais*: importância de pais e mães no processo de educação e bem viver dos filhos;

- *Colheita*: dos frutos consequentes da boa ou má educação dos filhos. Os autores mostram como não apenas a própria receptora da educação sofrerá as conseqüências disso, mas também seus pais, seja para o bem ou para o mal.

Para a análise teórico-metodológica das fontes, o livro *Tratado de argumentação: a nova retórica*<sup>79</sup> de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca será a base para discutir a construção dos argumentos dos autores em cada um de seus trabalhos. Em seu texto, os autores trabalham com a noção de que as pessoas ou grupos a que se destinam um trabalho argumentativo influenciam na concepção do mesmo, a partir do que eles chamam de auditório. Para os autores

todo discurso se dirige a um auditório, sendo muito frequente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito. [...] Assim, por razões de comodidade técnica e para jamais perder de vista esse papel essencial do auditório, quando utilizamos os termos “discurso”, “orador” e “auditório”, entenderemos com isso a argumentação, aquele que a apresenta e aqueles a quem ela se dirige, sem nos determos no fato de que se trata de uma apresentação pela palavra ou pela escrita.<sup>80</sup>

A partir da prerrogativa de que todo e qualquer discurso - seja ele falado ou escrito - ser direcionado a um auditório, é importante compreender o que são estes auditórios e quais são as suas funções em relação à construção do discurso do orador. Para tanto, os autores primeiramente delimitam o auditório em três tipos:

o primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório *universal*; o segundo formado, no diálogo, unicamente pelo *interlocutor* a quem se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo *próprio sujeito*, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos.<sup>81</sup>

Esta definição inicial dos autores não explicita o que cada auditório implica na produção argumentativa do interlocutor. Em relação ao auditório universal, os autores demonstram que não há como se dirigir a toda a humanidade de uma vez, portanto ele seria utópico<sup>82</sup>. Apesar disto, eles definem quais seriam as características daquilo que eles mantêm como auditório universal. A despeito de parecer contraditório, para os autores o auditório universal se constitui a partir da visão do interlocutor a respeito de seu discurso, definindo-o como uma verdade que deve ser aceita de maneira universal, e quando não o é, a solução é desqualificar as capacidades do indivíduo divergente.<sup>83</sup>

---

<sup>79</sup> PERELMAN, Chaim, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a nova retórica**; tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; [revisão da tradução Eduardo Brandão]. - 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2005. - (Justiça e direito).

<sup>80</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>81</sup> Ibidem, pp. 33-34.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>83</sup> Ibidem, pp. 35-36.



Além disso, os autores afirmam que um interlocutor pode determinar que certo auditório limitado em número de pessoas é universal, partindo da premissa de que apenas aquele grupo de leitores ou ouvintes é capaz de compreender as ideias por ele transmitidas. Usando um grupo de cientistas como exemplo, os autores reforçam seu ponto de vista:

O cientista dirige-se a certos homens particularmente competentes, que admitem os dados de um sistema bem definido, constituído pela ciência em que são especialistas. Contudo, esse auditório tão limitado é geralmente considerado pelo cientista não como um auditório particular, mas como sendo realmente o auditório universal: ele supõe que todos os homens, com o mesmo treinamento, a mesma competência e a mesma informação, adotariam as mesmas conclusões. Dá-se o mesmo quando se trata de moral. Esperamos que nossos juízos sejam confirmados pelas reações dos outros. Os “outros”, aos quais apelamos assim, não são, porém, quaisquer “outros”. Apelamos somente àqueles que “refletiram” devidamente sobre a conduta que aprovamos ou desaprovamos.<sup>84</sup>

O auditório formado por um único ouvinte e o formado apenas pelo próprio interlocutor não são determinantes na construção do raciocínio deste trabalho, pois não é o caso de nenhuma das obras. A obra de Pina e Proença, caso tivesse se mantido no âmbito doméstico para a educação de seu filho, seria uma obra restrita à interação interlocutor-ouvinte, mas como a versão que tive acesso na produção deste trabalho é uma publicação impressa, o auditório deixou de ser limitado à duas pessoas imediatamente. A obra do Padre Alexandre de Gusmão, por sua vez, aparenta já ter sido escrita com o intuito de ser publicada, portanto, também não encaixa-se na característica de uma obra de alcance tão pequeno, com um único leitor.

Sobre a questão moral do grupo apontada por Perelman e Olbrechts-Tyteca, tem-se um ponto crucial para a discussão e análise de ambas as fontes aqui trabalhadas. Os dois autores pleitearam a publicação de suas obras sabendo que passariam pela análise dos censores do Tribunal do Santo Ofício, o que já indica a certeza de que ambos sabiam - ou pelos menos contavam com isso - que suas obras estavam de acordo com a moral e os dogmas católicos.

Além disso, como auditórios para as respectivas obras, podemos elencar grupos distintos. A obra do Padre Alexandre de Gusmão possivelmente já foi escrita com intenção de ser publicada, portanto o primeiro auditório seria o de seus pares, os padres jesuítas e os padres censores do Santo Ofício. Em seguida, viriam os possíveis leitores, o grupo limitado e privilegiado que sabia ler, tanto na colônia portuguesa na América quanto entre os portugueses.

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 38.



Já a obra de Pina e Proença, num primeiro momento, poderia ser descrita como destinada à leitura apenas do mestre que fosse o responsável pela educação de seu filho. Entretanto, a obra tornou-se pública a partir de uma publicação, o que leva a crer que, ou Pina e Proença reconheceu o potencial e valor de seu texto e buscou divulgação para o mesmo, ou que a leitura desta obra estendeu-se para além do mestre de seu filho, sendo possível que o manuscrito tenha circulado entre a elite portuguesa, esta então reconhecendo o valor da obra e solicitando ao Proença que este encomendasse sua publicação. Em qualquer dos casos, o auditório deste texto deixou de ser restrito a um núcleo familiar e foi disseminado em algum grau na sociedade portuguesa do século XVIII.

Apesar destas hipóteses, não tenho como afirmar qual foi o caminho percorrido pela obra de Proença antes de sua publicação, mas posso concluir que a mesma encontrava eco em demais membros daquela sociedade, como um dos primeiros manuais a englobar uma formação integral de um menino nobre.

Ao discutir a historiografia e os referenciais teóricos e metodológicos na presente Introdução, abri espaço para trabalhar diretamente as obras tidas como fontes nesse trabalho nos capítulos subsequentes.

Respeitando a ordem cronológica de publicação na análise das fontes, no primeiro capítulo abordo a obra *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, do Padre Gusmão. A partir dos temas destacados anteriormente nesta Introdução, estabeleci os tópicos a serem trabalhados no capítulo. É inevitável discutir a fé católica ao analisar a obra de Gusmão, por isso, a discussão de todos os tópicos passa pela formação religiosa do Padre, mesmo que indiretamente. Não há como ler essa obra sem perceber claramente seu tom confessional, e partir disso, construo minha interpretação da mesma.

O texto de Pina e Proença (*Apontamentos para a educação de hum menino nobre*), além de ter sido publicado 49 anos depois do texto de Gusmão tem em sua autoria outra grande divergência do primeiro: o autor era um homem nobre escrevendo especialmente sobre a educação esperada para seu filho. Apesar de ter sido publicado, seu texto tem um cunho muito pessoal e direto, o que será analisado no segundo capítulo deste trabalho. O seu local de fala influencia, obviamente, o que Proença escreve, e em muitos assuntos, sua forma e conteúdo afastam-se muito daquilo que Gusmão escreveu meio século antes. A vida prática é mais valorizada que a vida espiritual da criança, embora sem deixar de tratar assuntos ligados à fé.

O terceiro capítulo tem como proposta a comparação entre as duas obras. Partindo dos temas convergentes trabalhados nos capítulos anteriores, analiso em que aspectos as obras se

aproximam em suas narrativas e em que momentos elas divergem intensamente. Uma das discussões feita, a sobre os castigos físicos, mostra como os autores pensavam de maneira semelhante em diversos aspectos, embora tenha ressaltado apenas aqueles em que divergiam nos capítulos um e dois. Neste capítulo também é abordada a questão da mobilidade social flexível ou hierarquia social rígida, com a educação como caminho para alcançar esses dois objetivos, a partir da visão de cada um dos autores respectivamente.

## 2 ENSINA A CRIANÇA NO CAMINHO EM QUE DEVE ANDAR: AS ABORDAGENS DE PADRE ALEXANDRE DE GUSMÃO A RESPEITO DA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

Conforme apresentado na Introdução deste trabalho, no presente capítulo proponho-me a analisar o texto do Padre Alexandre de Gusmão, encarando a construção do discurso e visão de sociedade que ele projeta por trás das suas palavras usadas.

Alexandre de Gusmão<sup>85</sup> nasceu em 1629 em Lisboa, Portugal. Aos 10 anos, veio com sua família para o Brasil, onde aprendeu as primeiras letras. No ano de 1646 ingressou para a Companhia de Jesus, onde fez longa carreira. Sua carreira dentro da Companhia de Jesus foi praticamente toda voltada à educação, como afirma Zulmira C. Santos. Segundo ela, o Padre

foi professor de humanidades e <<Prefeito de estudos>> no Colégio do Rio de Janeiro, <<Ministro>> do Colégio da Baía, Reitor do Colégio de Santos [...]. O facto de ter ocupado, durante oito anos, o cargo de <<mestre de noviços>> parece tê-lo despertado para a preocupação, tão de acordo com o espírito da Companhia, de educar jovens.<sup>86</sup>

Entre os anos de 1662 e 1670 desempenhou diferentes funções dentro da estrutura educacional da Companhia de Jesus. Foi Mestre de Humanidades no Colégio do Rio de Janeiro em 1662 e Mestre de Noviços entre 1663 e 1670. No Colégio de Santos desempenhou o papel de Vice-Reitor e de Reitor, cargo este que também desempenhou no Espírito Santo. Fundou em abril de 1687 o Seminário Belém, na Vila de Nossa Senhora do Rosário “para amparo, e boa educação da puerícia”<sup>87</sup>.

O Padre veio a falecer em 15 de março de 1724, no Seminário de Belém da Cachoeira. Contava então o Padre “com 94 anos de idade, 77 destes atribuídos à Companhia de Jesus”<sup>88</sup>.

<sup>85</sup> Apesar de apresentar aqui uma brevíssima biografia a respeito do Padre Alexandre de Gusmão, é possível encontrar uma biografia detalhada sobre sua vida e trajetória dentro da Companhia de Jesus na Tese de Doutorado intitulada **Alexandre de Gusmão: Da Literatura Jesuíta de Intervenção Social**, de César Augusto Martins Miranda de Freitas. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63190/2/TESEDOUTCSARFREITAS000161421.pdf> Acesso em 02/01/2018.

<sup>86</sup> SANTOS, Zulmira C. **A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos sécs. XVI e XVII: espiritualidade e cultura**. Actas do Colóquio internacional - Maio/2004 (Vol. 1), p. 581. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=ZDi0DaUKZ\\_cC&printsec=frontcover&dq=A+Companhia+de+Jesus+na+Pen%C3%ADnsula+Ib%C3%A9rica+nos+s%C3%A9cs.+XVI+e+XVII:+espiritualidade+e+cultura.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjw0vaauJ7OAhWFUZAKHQYDOoQ6AEIHjAA#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=ZDi0DaUKZ_cC&printsec=frontcover&dq=A+Companhia+de+Jesus+na+Pen%C3%ADnsula+Ib%C3%A9rica+nos+s%C3%A9cs.+XVI+e+XVII:+espiritualidade+e+cultura.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjw0vaauJ7OAhWFUZAKHQYDOoQ6AEIHjAA#v=onepage&q&f=false) Acesso em 02/01/2018.

<sup>87</sup> MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana... op. cit.** p. 96.

<sup>88</sup> SOUZA, Lais Viena de. Introdução. In: **Educados nas letras e guardados nos bons costumes**. Os pueris da prêdica do Padre Alexandre de Gusmão S. J. (séculos XVII e XVIII) (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA/FFCH/PPGH, 2008, p. XXI. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10868> Acesso em: 20/09/2017.

A obra *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*<sup>89</sup> traz em seu cerne a discussão a respeito de como educar corretamente os filhos no que diz respeito à vida espiritual e, por consequência, à vida terrena. Apesar de os jesuítas terem como missão básica na América Portuguesa a conversão dos indígenas, que se dava pela catequização dos mesmos, haviam padres que envolviam-se no cuidado da vida terrena e espiritual também dos colonos - como Gusmão parece ter se envolvido a partir do teor de sua obra. Conforme César Augusto Martins Miranda de Freitas afirma em sua tese

numa sociedade marcada pela degradação moral e religiosa dos moradores e por atuações escandalosas de parte dos religiosos, entregues a vícios e paixões, e por isso necessitados de uma ampla reforma na sua formação e de instruções essenciais para uma prática devota de ofícios divinos, compreende-se a preocupação e o empenho de Gusmão em organizar por escrito, em tipologias textuais diversas, um programa de disciplinamento que cumprisse as determinações reformistas de Trento, fornecendo modelos de civilidade, codificando regras de comportamento moral e dirigindo a vida espiritual dos fiéis cristãos.<sup>90</sup>

Como é possível notar na citação acima, havia uma preocupação com os padrões de vida estabelecidos na colônia, e Alexandre de Gusmão não se isentou de combater esses padrões, mesmo que a partir da proposta de uma educação melhor para a geração que viria. Aliada à noção de que as crianças eram a tábula rasa onde se poderia depositar novos conhecimentos e comportamentos, e a partir do crescimento e inserção na vida cotidiana dessas, era de fundamental importância para a alteração nos padrões da colônia que ao menos as crianças tivessem altos padrões morais e religiosos estabelecidos. Isso geraria uma mudança a médio e longo prazo, mas mesmo assim geraria alguma mudança.

## 2.1 Religião como base para uma boa educação

Partindo da doutrina estabelecida pela Igreja Católica Apostólica Romana, Padre Alexandre de Gusmão usa a Bíblia como argumento de autoridade, seja para falar a respeito da importância da boa educação dos filhos (em diversas áreas, como educação moral e

<sup>89</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia**. Edição, apresentação e notas Renato Pinto Venâncio e Jânia Martins Ramos. - São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Coleção clássicos). Publicada originalmente em 1685.

<sup>90</sup> FREITAS, César Augusto Martins Miranda de. **Alexandre de Gusmão: Da Literatura Jesuíta de Intervenção Social**. (Tese de Doutorado). Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, pp. 50-51. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63190/2/TESEDOUTCSARFREITAS000161421.pdf> Acesso em: 02/01/2018.

religiosa, além da formação como súdito), da salvação das almas desses filhos, quanto para legitimar o uso da violência física dentro do processo educacional das crianças.

Em seu texto, Perelman e Olbrechts-Tyteca exemplificam o que eles consideram ser as diferenças entre a argumentação posta para persuadir ou convencer o auditório. Em suas palavras “para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação. [...] Em contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir.”<sup>91</sup> Ao analisar a obra de Gusmão, entretanto, considero que ele parta em busca tanto de persuasão quanto de convencimento de seu auditório. Ao usar a Bíblia e suas narrativas como fundamento básico de sua argumentação, o Padre tanto busca convencer seus leitores – católicos, vale lembrar – a partir de uma explicação lógica baseada na fé, quanto persuadi-los a agir de maneira correta para alcançar as benesses prometidas.

Como consequência dessa busca por convencimento e persuasão, o uso de versículos e histórias bíblicas é muito recorrente dentro da obra do Padre Gusmão. Os livros de Tobias, Primeiro e Segundo Macabeus, Provérbios, Sabedoria de Salomão e Eclesiástico são frequentemente citados quando o autor busca inspiração ou algum exemplo na Bíblia para justificar sua posição a respeito de determinado assunto, além de diversos outros textos bíblicos menos recorrentes. Ao longo deste capítulo, falarei mais aprofundadamente sobre o uso da Bíblia como meio para formatar a educação dos jovens. Especificamente sobre o livro de Provérbios, o Padre afirma:

E ainda Deus, Nosso Senhor, que por todos os caminhos busca nosso bem, ditou um livro inteiro, que chamam dos Provérbios, a Salomão, em que se ensinam os primeiros princípios da boa criação dos meninos e mancebos, além de outros documentos, que São Paulo e Siracides ensinaram; e todas as vezes que, por meio de seus anjos, Deus, Nosso Senhor, anunciou o que haviam de ser alguns grandes santos e amigos seus, o que em primeiro lugar anunciavam era o que havia[m] de, ou deviam ser em meninos; particularizando muitas vezes o que haviam de comer e obrar na infância e puerícia, como fez a Sansão, Samuel e ao grande Batista.<sup>92</sup>

O livro de Provérbios<sup>93</sup> é notadamente conhecido como um livro “da sabedoria para a vida tal qual era ensinada aos jovens por uma pessoa mais idosa”<sup>94</sup>, sabedoria essa que o

---

<sup>91</sup> PERELMAN, Chaim, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação...** *op. cit.* p. 30.

<sup>92</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* p. 16.

<sup>93</sup> O livro de Provérbios tem uma vasta gama de versículos onde o autor exorta o seu leitor a compreender e valorizar o aprendizado e a boa educação que seus pais podem lhe dar. É recorrente no texto a exaltação dos bons frutos que toda a família recebe ao ter crianças bem criadas, como também os exemplos dos sofrimentos vividos pelas famílias quando da má criação das crianças. O Padre Alexandre de Gusmão parece ter se inspirado

Padre espera que seja valorizada por seus contemporâneos e transmitida de maneira correta às novas gerações. No texto de apoio da Bíblia de Jerusalém, por sua vez, o autor reforça a ideia da importância dos textos contidos no livro de Provérbios ao demonstrar que eles foram citados 14 vezes no Novo Testamento, além das 21 alusões a estes textos.<sup>95</sup> Os demais livros usados pelo Padre trarão reforços aos exemplos dados pelo mesmo caso a caso.

### ***2.1.1 Ser guiado por Deus, pelo Espírito Santo e pela Bíblia para o bem educar***

Como visto acima, a Bíblia foi usada como um dos alicerces para fundamentar a argumentação do Padre Gusmão, mas não é o único alicerce. A sabedoria transmitida pela vida e testemunho de diversos santos, as ações guiadas pelo próprio Deus - seja através de exemplos trazidos pelos santos homens e mulheres, quanto pelos exemplos e exortações deixados na Bíblia - bem como as ações do Espírito Santo são também base para tudo aquilo que Gusmão escreve.

Para o Padre Alexandre de Gusmão, a boa educação dos filhos a partir dos exemplos presentes na Bíblia passava pela correção de seus vícios desde muito novos à ação ativa dos pais no criar seus filhos, bem como todos os conselhos, júbilos e lamentos de pais no relatos bíblicos. A história do Rei Davi é muito explorada por Gusmão para demonstrar que, apesar de ser um homem que teve uma ótima relação com Deus e bom líder, o Rei pecou muito na relação e criação de seus filhos, pois foi omissivo e deixou de corrigir os erros de seus filhos quando o era necessário. Entre os filhos do Rei Davi tivemos estupro, incesto, fratricídio e tentativa de assassinato do próprio pai.

No capítulo que tem por título “Que não se devem criar os meninos à vontade”<sup>96</sup>, o Padre narra os fatos acima citados sobre a história do Rei Davi. Segundo a interpretação do Padre, houve na criação dos filhos do rei uma sucessão de erros, sendo a liberdade em fazerem o que bem entendiam e a pouca admoestação do pai para com os filhos o ponto culminante desta sequência. Como seus filhos foram criados de maneira livre, nos momentos

---

na construção do texto de Provérbios para usar deste artifício didático para exemplificar determinadas passagens de seu texto.

<sup>94</sup> BÍBLIA. Português. **Bíblia de estudo de Genebra**. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo e Barueri: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999, p. 725.

<sup>95</sup> BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: PAULUS, 1ª ed. 2002, 11ª reimpressão, 2016, p. 1021.

<sup>96</sup> GUSMÃO, Alexandre de. “Que não se devem criar os meninos à vontade”. In: **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* pp. 205-210.

que as advertências eram necessárias, Davi se ausentava do conflito com os filhos, mesmo que isso gerasse graves consequências.

mas porque Davi (como diz a Escritura) se não atreveu a entristecer, nem desgostar o filho, o viu depois morto às mãos de seu irmão. De sorte que Davi, que antes degolava gigantes e despedaçava leões, não se atreveu depois a repreender e desgostar um filho atrevido e desonesto, caso que os santos padres, com razão, estranham em Davi; e, pois, que fim podia esperar o pai de filhos criados com tanta liberdade.<sup>97</sup>

O Padre Gusmão vale-se do enaltecimento da figura do Rei Davi como herói e guerreiro para contrapor a sua figura de pai omissivo e fracassado. Fica claro que não há necessariamente uma relação entre o sucesso nas empreitadas como líder e pai a partir desse trecho. Mesmo o melhor dos líderes precisa se esforçar, estar atento à criação de seus filhos se espera e deseja que eles lhe saíam figuras de honra e orgulho. Como é possível ver no relato do livro de Segundo Samuel, as crises domésticas da família do Rei Davi tiveram impacto em seu reino, gerando crises políticas que ameaçaram o futuro do reino. A partir da interpretação dada por Gusmão, se Davi tivesse sido tão atento na criação dos filhos quanto fora como líder militar e rei, essas crises (e todos esses crimes) teriam sido evitados.

A respeito das limitações que devem ser impostas às crianças, logo no início do supracitado capítulo, o Padre defende que “um dos conselhos mais saudáveis que o Espírito Santo nos dá pelo Eclesiástico, para a boa criação dos filhos, é que os domemos e lhe cortemos a vontade enquanto são meninos”<sup>98</sup>. Todas as vezes que o Padre Alexandre explica a importância dos castigos físicos na educação das crianças, por exemplo, ele demonstra que esses podem ser evitados - ou ao menos diminuídos - caso os pais se empenhem em corrigir a postura de seus filhos desde pequenos. Essa correção seria necessária, a meu ver a partir da interpretação da obra, em consequência do pecado original que corrompeu toda a humanidade, e aflora nas crianças quando estas são entregues a seus próprios prazeres, vontades e vícios por seus pais e tutores.

Outro ponto muito trabalhado por Gusmão a partir dos livros da Bíblia é mostrar alguns conselhos provenientes desta para a educação dos filhos, os exemplos de criações que deram errado, mas também para expor as situações onde os pais colhem os bons frutos da educação de seus filhos e louvam a Deus pelas bênçãos recebidas através de seus descendentes. O autor reforça constantemente em seu texto que a educação dos filhos tem reflexo na vida familiar e nos benefícios terrenos e espirituais dos pais.

---

<sup>97</sup> Ibidem, p. 206.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 205.



Esta é doutrina expressa de Santo Ambrósio, o qual diz: a dissolução dos filhos se há de atribuir à negligência dos pais; porque, como diz o Eclesiástico, cada um se conhece no procedimento dos filhos. Se o filho é de bons procedimentos, sinal é que o pai procede bem. E São Crisóstomo diz: Rogo-vos, pais, que ponhais todo o cuidado na boa criação dos meninos, porque os pecados que cometerem a vós se hão de imputar. [...] Por isso Jacó, ouvindo as desordens que seus filhos haviam feito em Siquém, temeu, com razão, não viessem sobre ele os siquemitas, porque sabia, como prudente, que todas as desordens dos filhos vinham a cair sobre as cabeças dos pais. Por esta mesma causa Davi pedia a Deus que perdoasse não só os seus pecados próprios, mas também os dos seus filhos e vassalos; porque, como bem advertiu Eutímio, dificulosamente está sem culpa o pai, e o senhor, cujos filhos e cujos vassalos têm cometido muitas culpas.<sup>99</sup>

É possível notar a importância dos atos dos filhos na vida dos pais. Gusmão usa de dois personagens bíblicos como exemplo para reforçar sua teoria. Tanto Jacó quanto Davi eram homens que viviam suas vidas próximos a vontade de Deus - de acordo com os relatos bíblicos -, mas que mesmo assim não conseguiam transmitir plenamente suas crenças e valores a seus filhos. Com base ainda nos relatos bíblicos, a partir da organização patriarcal da vida dessas pessoas, o chefe de família devia arcar com as consequências dos atos dos filhos sob sua tutela, o que levou tanto Jacó quanto Davi a temerem as consequências dos atos de seus filhos. Olhando para a sociedade colonial portuguesa e para a sociedade em Portugal, havia ainda uma preocupação semelhante, o que conecta o texto do Padre com a vida cotidiana das pessoas.

Próximo ao mau exemplo dado pelo Rei Davi, tem-se no relato bíblico também a narrativa do Profeta e Sacerdote Eli, que não soube transmitir para seus filhos (também sacerdotes) todo o conhecimento de Deus e seus desígnios. Gusmão usa essa história para demonstrar que além das penas temporais - como a mácula da honra da família em virtude do mau comportamento dos filhos -, muitos pais sofriam com as penas eternas em virtude dos pecados de seus descendentes.

Porém, o castigo maior destes pais, na outra vida, não é o das penas temporais do purgatório, senão das eternas do inferno. Já dissemos acima, com São Paulo, como muitos pais se salvam pela boa criação dos filhos. Oh, quantos se condenam pela ruim criação que lhe deram! [...] O exemplo que disto temos mais tremendo nas divinas letras é o sumo sacerdote Heli: foram seus filhos Ofni e Fenéias, tão mal disciplinados que, sendo sacerdotes, não sabiam que coisa era Deus, nem o ofício sacerdotal; por esta causa eram de tão maus procedimentos que escandalizavam o povo de Deus. Castigou-os Deus a eles com mortes desastradas e ao pai com morte repentina; e o que mais é a pai e filhos com morte eterna; e, posto que alguns dos santos padres

---

<sup>99</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* pp. 44-45.

têm, para si, que o castigo de Heli foi só temporal e não eterno, ao menos é coisa duvidosa e o afirmam muitos santos. E se assim é, coisa é de grande horror considerar que castigasse Deus, Nosso Senhor, a um sumo sacerdote tão zeloso de sua honra, como Heli, pela negligência que teve de ensinar bem seus filhos, de os corrigir quando pecavam.<sup>100</sup>

Assim como Davi era exemplar em seu ofício como rei e comandante dos exércitos, Eli era um sacerdote competente e dedicado aos assuntos pertinentes ao seu cargo, mas não soube valer dessa sua competência no que diz respeito a criar e educar seus filhos. Sobre a morte repentina de Eli, ela é vista como castigo pois torna-se um impedimento a que o homem arrependa-se ao enfrentar a possibilidade de morrer, como aqueles que enfrentaram longas doenças e, nesse tempo, puderam tentar corrigir erros de suas vidas.

Um dos artifícios usado pelo Padre Guzmão para convencer os pais sobre o bem educar seus filhos era dando exemplos de pais e filhos condenados ao inferno como consequência da educação que os filhos receberam. Seus exemplos chegam a ser assustadores, de pais e filhos amaldiçoando-os uns aos outros, pois um culpa a existência do outro como motivo de sua danação: os pais condenam os filhos, pois sem eles não teriam tantos pecados em sua conta. Os filhos, por sua vez, condenam os pais que os criaram livres e sem castigos, levando-os ao caminho dos vícios e da perdição, e ao inferno como resultado final.

Houve um santo varão que, desejando ver as penas e a glória da outra vida, foi levado por divina dispensação por um anjo ao inferno e, além de outros condenados que ali viu padecer intoleráveis tormentos, viu a um pai e um filho que, com execrandas blasfêmias, se amaldiçoavam um ao outro. O pai dizia: filho, maldita seja a hora em que te gerei, maldito seja tudo aquilo que por ti obrei, que, por te não ensinar, vim a este lugar de tormentos. O filho, pelo contrário, dizia: maldito sejas tu pai e maldita a hora em que me geraste, porque me não ensinaste os preceitos divinos nem a penitência nem a ouvir a palavra de Deus e as mais obras boas, mas, ao contrário, me criaste em galas, vendas, usuras e outros vícios; nem me castigavas, quando eu errava; por isso vim a ser condenado e estou contigo nestas eternas penas do inferno.<sup>101</sup>

A condenação ao inferno é castigo máximo que um cristão pode receber, e ter em sua relação pai-filho o motivo para a mesma agrava ainda mais a situação, pois vê-se de um lado aquele que devia ter guiado em bons preceitos o filho, ensinando-o a respeitar e amar a Deus e a seus princípios; do outro lado, vê-se o filho, que devia ser a honra, alegria, descanso e júbilo de seu pai sendo o motivo de sua vergonha e castigos eternos. A partir dessa imagem tão explícita, acredito que Guzmão queria demonstrar que não há relação livre das influências do

<sup>100</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* pp. 56-57.

<sup>101</sup> *Ibidem*, pp. 35-36.

pecado, e portanto, propensa a cair em erro se não houver um esforço cotidiano para se fazer o certo.

No capítulo intitulado “Quão severamente castiga Deus na outra vida os pais negligentes na boa criação dos filhos”, Gusmão demonstra os inúmeros castigos que os pais podem esperar na vida futura por não terem criado adequadamente seus filhos. Nos primeiros exemplos dados pelo Padre, há a demonstração dos castigos já na vida presente dos progenitores, durante a qual os filhos os viram as costas durante a vida, como o caso exemplificado por Gusmão sobre a lei ateniense que desobrigava os filhos a cuidarem dos pais que lhes faltaram durante sua educação<sup>102</sup>. Além do socorro terreno, os filhos malcriados poderiam negar socorro espiritual a seus pais, não realizando os rituais funerários adequadamente, nem tampouco encomendando orações pela alma de seus pais que eventualmente estivessem no inferno ou no purgatório. Como para o autor, este é um castigo imposto pelo próprio Deus, há a liberação de culpa dos filhos. Para Gusmão,

este é um terribilíssimo castigo que Deus permite pela indulgência com que os criaram porque, se eles fossem criados desde meninos em piedade e devoção, seriam mais piedosos com as almas de seus pais, como fazem os filhos que tiveram boa educação.<sup>103</sup>

É interessante notar que Gusmão não se limita a usar de exemplos oriundos diretamente da Bíblia, mas mesmo com esses, o Padre consegue subverter o texto para que ele reforce suas teorias, como no caso ateniense descrito acima. Uma das interpretações que faço ao constante uso de exemplos práticos pelo Padre é por seu texto ter sido escrito a partir de sua vivência na América Portuguesa, onde boa parte da população não era alfabetizada. Logo, os exemplos práticos favoreceriam a propagação de suas ideias centrais nas conversas entre famílias. Contar uma história, com indivíduos, seus sofrimentos e consequências de seus atos é muito mais fácil do que lembrar de preceitos puramente teológicos.

Apesar dos castigos para os pais que criam os filhos com excesso de liberdade serem os mais severos, o Padre ressalta já no capítulo seguinte<sup>104</sup> que Deus recompensa com a mesma intensidade os pais que se dedicaram ao máximo à boa criação dos filhos. Logo no início do capítulo, o autor afirma que “não é Deus, Nosso Senhor, menos liberal no prêmio do que é severo no castigo. Já que vimos quão rigorosamente castiga os pais negligentes na boa

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>104</sup> GUSMÃO, Alexandre de. “Quanto se agrada Deus dos pais que sabem criar bem seus filhos.” In: **Arte de criar bem os filhos na idade...** *op. cit.* pp. 61-66.

educação dos filhos, é bem que vejamos quão liberal é em os premiar”<sup>105</sup>. Continuando a trabalhar com os exemplos didáticos, o Padre Alexandre de Gusmão narra a história de outro pai, que tendo criado bem os filhos, viu-se salvo através desta ação. Segundo o autor,

Apareceu o arcanjo Miguel a um servo de Deus, na hora da morte, e lhe disse que os filhos inocentes, que tinha no céu, lhe eram de maior proveito e intercessão naquela hora para sua salvação do que lhe era o seu anjo da guarda; a qual coisa, acrescentou São Miguel, há de obrigar muito aos pais a criar bem seus filhos no tempo da puerícia para que, salvando-se os filhos pela boa criação, sejam causa de se salvarem os pais, que os souberam bem criar. É, em termos o que São Paulo disse a Timóteo, que as mães se salvavam pela geração dos filhos; o qual, diz São João Crisóstomo, é bem que considerem os pais de famílias para se animarem a criar seus filhos com santa doutrina.<sup>106</sup>

O trecho demonstra como o Padre Gusmão não trabalha apenas na criação do medo como doutrinador, mas também com as recompensas possíveis como estímulo para uma vida adequada, seja a sua própria, seja a esperada e moldada através dos filhos. A questão de que as mulheres são salvas na geração de seus filhos relaciona-se também com o relato bíblico, pois enquanto Eva trouxe a queda e o pecado à humanidade através do consumo do fruto proibido no Éden, Maria traz ao mundo Jesus Cristo, o redentor dos pecados da humanidade, portanto através da geração de filhos as mulheres aproximariam-se de Maria, tendo em seus filhos uma maneira de fazer as coisas certas na próxima geração.

Ao falar especificamente sobre a educação de meninas, o Padre dedica o último capítulo<sup>107</sup> de sua obra ao assunto. Ali, demonstra a importância de manter as meninas protegidas de olhares e do mundo externo, para que cresçam castas e honradas<sup>108</sup>. Sobre a educação das meninas, o Padre aponta apenas que é “conveniente que as filhas aprendam as artes liberais desde meninas, assim como é certo dos filhos meninos.<sup>109</sup>” E para reforçar que é correto que meninas recebam instrução, o Padre traz alguns exemplos elucidativos.

Para vossa doutrina basta saber que Santa Catarina, desde menina, se deu ao estudo da retórica e filosofia, em que saiu eminente. Santa Eustóquia, filha de Santa Paula, de tal sorte se deu ao estudo das letras hebraica, grega e latina que foi chamada milagre do seu tempo, e, por essa causa, mui estimada do doutor da Igreja, São Jerônimo; e quase o mesmo se escreve de Marcela Romana. E por não amontoar exemplos; de Constância, mulher do

<sup>105</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>106</sup> Ibidem, pp. 63-64.

<sup>107</sup> GUSMÃO, Alexandre de. “Do especial cuidado que se deve ter na criação das meninas”. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* pp. 291-296.

<sup>108</sup> Ibidem, pp. 291-295.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 296.

excelente Príncipe Alexandre Esforçia, se conta que de tal sorte se entregou desde a meninice ao estudo das letras que na erudição excedia a qualquer varão douto de seu tempo. [...] Do qual consta que não só é conveniente mas mui louvável ensinar as boas artes às filhas desde meninas; ao menos o ler e escrever devem aprender todas, e, as que se criam para religiosas devem aprender alguns princípios da língua latina; porque é isto não só conforme ao uso das nações mais políticas e repúblicas bem ordenadas, mas também é conforme ao que São Jerônimo ensinou nas Epístolas, que escreveu a Leta, Santa Paula e a outras grandes mães de família.<sup>110</sup>

Quando trata da educação das meninas, apesar de apontar a importância de que elas adquiram alguns conhecimentos, a noção da castidade e vida privada – e privativa – é mais destacada pelo Padre. Relacionando-se à ideia de salvação na geração dos filhos, é possível notar que o papel de parideira é o mais destacado para essas mulheres, pois assim alcançariam a salvação. E mantendo-se guardada dentro dos domínios domésticos e sob a visão dos homens da casa, mesmo quando casada (e portanto, não mais casta no sentido de virgem), essa mulher preservaria da mácula a honra familiar desde que não houvesse dúvidas sobre a paternidade da criança por ela gerada.

### ***2.1.2 Castigos físicos à luz da Bíblia***

O uso de castigos físicos como prática didática é um assunto recorrente dentro do texto do Padre Alexandre de Gusmão. O autor explora<sup>111</sup> o uso de castigos físicos como prática educacional baseado na ideia de que os sofrimentos na presente vida são muito melhores do que aqueles que hão de ser enfrentados em caso de uma condenação da pessoa ao inferno. Portanto, para o autor, o uso de castigos físicos é moralmente aceito, pois este podia ser o último recurso ao pai de família para corrigir os erros de seus filhos, e consequentemente, evitar a condenação do seu filho e sua família ao inferno. Partindo deste pressuposto, o Padre condena os pais que se preocupam mais com a felicidade mundana e temporal de seus filhos do que com a salvação de suas almas.

Toda esta glória pode muito bem esperar o pai de seus filhos, se os souber criar como é razão; porque aquilo, que lhe não pode conseguir de honras e riquezas com o suor, lhes pode granjear de santidade com a boa criação. Mais que a vida e mais que as riquezas, estimaram, nesta vida, muitos pais a

<sup>110</sup> Ibidem, p. 296.

<sup>111</sup> Padre Alexandre de Gusmão usa diversos versículos bíblicos para justificar sua defesa aos castigos físicos na educação dos filhos. O livro de *Provérbios* é uma de suas fontes favoritas para tal uso. Alguns dos versículos usados foram os seguintes: Pv. 6: 20-23; Pv. 19: 18; Pv. 22: 6; Pv. 22: 15; Pv. 23: 12-15; Pv. 23: 24-26; Pv. 29: 15; 17.

felicidade temporal dos filhos; e, assim, para que eles a conseguissem, se puseram a evidentes perigos de as perder. [...] E não somente o bem eterno dos filhos vem a granjear os pais com esta boa criação, mas também a própria salvação. São Paulo, escrevendo a seu discípulo Timóteo, informando-o como havia de admoestar os casados a criar bem seus filhos, diz que pela geração dos filhos se salvaria a mãe.<sup>112</sup>

A partir do trecho acima, pode-se concluir que o Padre sabe que, através de seu texto, alcança um público diversificado, que possui interesses e pontos de partida diferentes. Ao afirmar que “aquilo, que lhe não pode conseguir de honras e riquezas com o suor, lhes pode granjear de santidade com a boa criação”, Gusmão coloca diversos estratos sociais em pé de igualdade na busca por santidade. Mesmo que advenha de o pai não conseguir - através de seu trabalho - dar luxos ou um posição proeminente para seus filhos, através de sua fé firme e honesta, ele pode conseguir moldar seu filho a ter uma vida de santidade, o que resultaria em possíveis bênçãos vindas de Deus como recompensa pela vida santa.

Um dos textos de I Timóteo evocados por Gusmão já foi analisado acima, que afirma que a mãe encontra a sua salvação na geração de seus filhos. Outro versículo utilizado para acentuar a importância dos pais na boa educação dos filhos afirma que “ele [o pai] saiba governar bem a própria casa, mantendo os filhos na submissão, com toda dignidade. Pois se alguém não sabe governar bem a própria casa, como cuidará da Igreja de Deus”<sup>113</sup>. Este trecho extraído do livro de Timóteo vem a reforçar o juízo feito sobre homens como Jacó, Eli e Davi, que eram líderes em seu tempo, mas não administravam corretamente sua casa e filhos.

Para Gusmão, a própria demonstração de que os pais realmente amam seus filhos pode ser associada ao uso dos castigos físicos na educação dos mesmos.

Do que fica dito, nos capítulos anteriores, se entenderá facilmente quanto importa castigar os meninos, quando erram, para sua boa educação, porque, assim como não há doutrina sem disciplina, não há criação boa sem castigo; e, conforme nos ensina o Espírito Santo, o mesmo é ensinar que castigar, e assim diz nos Provérbios de Salomão: o que não castiga ao filho, aborrece-o, e o que o ama, ensina-o como se fosse o mesmo castigar ao filho que ensiná-lo; assim como o mesmo é castigar o filho que amá-lo; porque, como no castigo procura seu ensino, no castigo procura seu bem. Pelo Eclesiástico diz: o pai, que ama a seu filho, não cessa de o açoitar, para que se alegre no dia último. O pai que ensina seu filho terá nele grande glória e, em sua família, grande louvor. E logo mais adiante, no mesmo capítulo, diz: açoitai

<sup>112</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* pp. 34-35.

<sup>113</sup> BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: PAULUS, 1ª ed. 2002, 11ª reimpressão, 2016, I Timóteo 3: 4-5, p. 2071.

muito bem o filho, enquanto é infante, para que se não faça rebelde depois de grande e vos seja quebrantado de coração.<sup>114</sup>

A preocupação com a vida eterna da criança e de sua família é tema recorrente na obra do Padre, conectando-a com o projeto de correção moral e religiosa da colônia - e porque não também da Metrópole - apontado por Miranda de Freitas, como já citado acima. A reiteração da importância dos castigos terrenos para se gerar uma vida espiritual boa são claramente um reforço da posição de Padre de Gusmão. De pouco adianta, partindo de uma visão religiosa, ter uma sociedade bem estruturada, organizada e próspera no plano terreno, se os vícios tomam conta do cotidiano das pessoas e suas almas estão condenadas ao inferno por não terem se dedicado aos assuntos de Deus com tanto empenho quanto se dedicaram às conquistas materiais. A associação do amor paterno ao uso dos castigos reforça essa ideia, dando mais peso para a fala do Padre numa sociedade baseada na fixação e crescimento de novas famílias como agentes de colonização.

Um dos exemplos mais drásticos trazido pelo Padre é o seguinte:

Vindo pois estas mães diante do Supremo Juiz, que é Deus, requeria a mãe particular a vida de seus dois filhos, dizendo que eram seus pelos haver gerado em seu ventre e criado a seus peitos; a outra mãe, que é a terra, alegava que eram seus e se lhe deviam dar para os receber em si, donde primeiro haviam saído por serem formados da terra e se haverem sustentado com seus frutos. Ouvidas as partes, deu o Juiz final sentença, que a primeira mãe levasse dos dois filhos o que foi criado com o açoite, e que, a segunda, que é a terra, levasse o segundo, criado com mimo; porque só o primeiro era digno da vida, por suas virtudes, e o segundo, indigno da vida, por seus vícios. Cumpriu-se logo a sentença, porque a primeira mãe, abrindo os braços, levou neles o primeiro filho vivo; e a segunda, abrindo a boca, recolheu o segundo morto em suas entranhas, que é a sepultura. Pois, eis aqui (diz este doutor) porque Salomão te encomenda que não deixes de açoitar a teus filhos, quando erram, porque, em os castigar, livras sua alma não só da morte eterna, mas ainda da temporal.<sup>115</sup>

Valendo-se novamente do amor parental como mecanismo que justifique a violência dos castigos físicos, Gusmão traz no trecho acima uma representação pungente das consequências de quando os pais não buscam corrigir seus filhos. Ter o próprio Deus entregando o filho mau criado à morte, pois “só o primeiro era digno da vida, por suas virtudes, e o segundo, indigno da vida, por seus vícios”, acarreta ainda mais culpa e peso à vida da própria mãe, que criou de maneira adequada apenas um de seus filhos. Gusmão também ressalta que os pais não devem privilegiar alguns filhos em detrimento dos outros,

<sup>114</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* p. 241.

<sup>115</sup> *Ibidem*, pp. 243-244.



pois na busca por satisfazer os caprichos de um dos filhos, os pais podem deixar que este cresça e se desenvolva em seus vícios, servindo este de mau exemplo para seus irmãos no futuro.

Mantendo-se atento ao princípio de que os castigos físicos são antes uma salvação para os filhos do que uma punição vazia, o Padre volta a usar a repetição como método de convencimento de seu leitor sobre a finalidade dos castigos.

Quanto à primeira vida temporal, assegura-se com a boa criação, porque, de orde ordinário vivem mais os que foram bem criados, como o mesmo Espírito Santo afirma, dizendo: não afastes do menino a disciplina, porque, se o açoitares com a vara, não morrerá. [...] Quanto à vida da graça e glória, o mesmo Espírito Santo claramente diz: tu o castigarás com a vara e livrarás sua alma do inferno; porque como o menino bem disciplinado necessariamente há de ser de bons costumes, com os quais a vida da graça se conserva, conservando a vida da graça assegura a vida da glória, que só pela graça de Deus se assegura.<sup>116</sup>

A salvação eterna em detrimento dos prazeres e conforto da vida terrena é frequentemente usada por Gusmão como justificativa para o uso da força física na criação dos filhos. Apesar de não defender que os castigos físicos devam ser usados de maneira indiscriminada, o Padre acredita que eles são úteis na educação das crianças, se usados de maneira a corrigir os vícios repetidos antes que estes virem totalmente hábitos na vida das crianças. O uso dos castigos é, inclusive, associado frequentemente à trabalhos de repetição e técnica, como pode-se observar no trecho a seguir:

O imaginário, de um tronco tosco, faz uma imagem mui linda, e o oleiro, de um pouco de lodo, um vaso perfeito. Quanto trabalha o estatuário para sair à luz com a estátua? Tanto cavacou, e tanto cortou, até que o pau tosco ficou imagem de santo. Quanto trabalha o oleiro para sair com o vaso que pretende? Tanto pisa o barro aos pés, tantas voltas lhe dá e, de tal sorte, o amolga que o lodo mole fica um vaso perfeito. Assim há de ser o pai e o mestre, com o menino de má condição, ora com a língua, como faz o urso, ensinando-o; ora com os pés, como faz o oleiro, sopeando-o, o há de reduzir à forma que deseja.<sup>117</sup>

Trabalhos manuais como o do imaginário<sup>118</sup>, do oleiro ou do estatuário requerem persistência e constância no processo de aprendizado, além de prática e técnica para que suas obras saiam a contento daquilo que se espera delas. O mesmo pode-se dizer do pai que busca

<sup>116</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* p. 26.

<sup>117</sup> *Ibidem*, pp. 116-117.

<sup>118</sup> “O official, que faz imagens de vulto” BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e latino** (Volume 04: Letras F-J), Coimbra : Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713, p. 55. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/imaginario> Acesso em 02/01/2018.

corrigir seu filho fazendo uso dos castigos físicos. Se o castigador se apresenta inconstante na aplicação dos castigos, a criança não consegue associar suas falhas com os castigos sofridos, pois por vezes é castigado e em outras tantas vezes não. Esse processo mostra, então, que é necessário que se mantenha a mesma linha de castigos enquanto a criança não tiver adquirido a forma que se espera, da mesma maneira que os artesãos fazem naquilo em que estão trabalhando.

É possível notar na discussão acerca da religião influenciado a educação proposta pelo Padre Gusmão o seu tom mais generalista, pois a formação de bons católicos não interessava apenas a um estrato social específico daquela sociedade, mas à toda sociedade portuguesa e colonial, ambas católicas. Os interesses por trás desta boa educação residiam, basicamente, em: 1) formar bons católicos; 2) acarretar ganhos espirituais e materiais às famílias destas crianças; 3) garantir a formação de uma nova geração de súditos, mais apegada aos valores constituintes daquela sociedade, o que parece muito importante ao Padre. Essa formação passava, inclusive, pelo uso da força física quando necessária, na forma dos castigos físicos incentivados pelo Padre, na educação das crianças.

## 2.2 Sobre aqueles que devem educar os meninos

As figuras que cercavam as crianças enquanto estas cresciam e eram os seus modelos de aprendizado tinham papel fundamental naquilo que estas viriam a ser quando adultos para Gusmão. Para atingir esse fim, o ensino pelo exemplo devia ser o esperado e exigido, pois as crianças aprendem antes pelo exemplo do que pela cobrança, então espera-se que os adultos que as cercam tenham um comportamento irrepreensível para lhes servir de exemplo. Padre Gusmão apresenta em seu texto, inclusive, diversos grandes homens da história da humanidade que, em virtude de tudo que aprenderam com seus mestres, foram pessoas idôneas.

a generosidade de Alexandre Magno se atribui à instituição de Aristóteles, seu mestre; o bom governo de Trajano, à boa criação de Plutarco. O primeiro procedimento de Nero, que, no princípio, não desdisse do procedimento de bom príncipe, se atribui à boa educação de seu mestre, Sêneca. [...] Pelo que se conclui, que, da boa educação que tiveram os filhos na idade pueril, podem muito bem conjecturar os pais quais possam vir a ser na idade juvenil. Pelo qual, disse São Bernardo, que o melhor prognóstico do tempo é o procedimento da puerícia.<sup>119</sup>

<sup>119</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* p. 28.

O autor se vale do exemplo de alguns desses homens citados em outros momentos, buscando mostrar que os mestres têm influência enorme na vida de seus discípulos. Alexandre Magno é o mais citado com esse intuito, pois Gusmão afirma que ele sempre foi muito mais próximo de Aristóteles (seu mestre) que de seu pai, buscando antes os seus conselhos que de seu pai. Isso reforça a importância do adulto que venha a acompanhar e guiar o processo de aprendizado da criança, pois se bom mestre, esse adulto exercerá para sempre influência naquele que outrora foi seu discípulo.

Gusmão considera a presença dos pais durante o período de crescimento e aprendizado da criança fundamental, mas afirma compreender ser cada vez mais comum, em seu tempo, que pais recorram à contratação de mestres para educar seus filhos, e que isso não é repreensível, pois é preferível isto a deixar as crianças crescendo na ignorância. Para justificar a contratação de mestres, o Padre Alexandre de Gusmão afirma:

Porém, assim como é lícito com causa justa entregarem os pais os filhos a outras amas para os criarem com o leite do peito, assim é lícito, e, por muitas razões, entregá-los a outros mestres, para que os criem com o leite da doutrina. Este é o estilo de todas as nações e que totalmente se deve seguir, o que importa é a boa escolha do mestre que os haja de ensinar; porque, assim como na boa eleição da ama está grande parte da boa criação do filho, enquanto há vida do corpo; assim, na boa escolha de mestre, enquanto há vida do espírito, está grande parte da boa educação dos meninos.<sup>120</sup>

Inclusive, como forma de valorizar o trabalho dos mestres, Gusmão defende que “se encomenda com todo encarecimento se escolham mestres para criar os meninos em virtude e doutrina, e se manda se lhes sejam assinalados para isso salários competentes”<sup>121</sup>. A própria questão salarial entra na discussão sobre o ofício de mestre e sobre como as famílias devem se portar neste aspecto.

Especificamente sobre as obrigações do mestre na sua relação com seus discípulos<sup>122</sup>, Gusmão a coloca como uma grande responsabilidade. Segundo ele, esta obrigação só é comparável à obrigação dos pais na criação de seus filhos<sup>123</sup>. Apesar disto, os pais podem delegar a educação de seus filhos aos mestres, e portanto ver a sua responsabilidade

---

<sup>120</sup> Ibidem, p. 230.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>122</sup> Discípulo, pupilo, aprendiz, aluno entre outras são as palavras usadas pelo Padre para definir crianças em processo de aprendizado de algo (seja espiritualmente falando ou de um ofício), por isso também as uso como sinônimos nesse capítulo.

<sup>123</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* p. 71.

diminuída, enquanto que o mestre, que aceitou voluntariamente este cargo, não pode se eximir da responsabilidade, logo, sua obrigação é ainda maior que a dos pais.<sup>124</sup>

Ao se visualizar a imagem do mestre ideal a partir dos escritos de Gusmão, concluo que o mestre deve ser alguém que se encaixe na vida familiar, que respeite os princípios cristãos, que tenha um bom comportamento que sirva de modelo para seu discípulo, bem como apresente conhecimentos apropriados às áreas que ensinará.

Discorrendo especificamente sobre as qualidades que um mestre precisa ter para ser considerado adequado, o Padre Gusmão ressalta as três características que ele considera primordiais: a inteligência<sup>125</sup>, a paciência do lavrador<sup>126</sup> e o bom exemplo moral<sup>127</sup>. Sobre a inteligência, o Padre a define nas seguintes palavras:

perguntareis que propriedades há de ter o bom mestre, ou aio dos meninos, para serem bem criados. Filo disse que deviam ser como aqueles espíritos que movem os astros, a que chamamos inteligências; porque, assim como o concerto todo e movimento dos astros depende das inteligências que lhe assistem, assim todo o bom concerto, ações e movimentos dos meninos estão pendentos da assistência dos mestres, que os ensinam. Melhor dissera este doutor se acrescentara que devem ser os mestres dos meninos como as inteligências que movem os céus estrelados, em serem inteligentes e espirituais, como são aqueles espíritos; porque, se o mestre não têm espíritos nem inteligência para ensinar, como poderão ser bem disciplinados os discípulos?<sup>128</sup>

A definição apresentada por Gusmão para as inteligências diverge da encontrada no dicionário de Raphael Bluteau, que em uma de suas definições afirma ser a *inteligência* “natureza, ou essencia espiritual, como quando dizem os Theologos, Deos he primeira & soberana intelligencia, os Anjos são puras intteligencias”<sup>129</sup>. Partindo da definição de Bluteau, acredito que Gusmão valha-se da concepção dos anjos como inteligências que regem os astros, porque recebem de Deus o conhecimento para o fazer. A inteligência, mesmo que num sentido figurado como o usado por ele, seria algo de capacitante, transmitido por outro alguém, ainda mais dotado. Fazendo do mestre o equivalente às inteligências que movem os espíritos, temos então aqueles que moverão seus discípulos pelos caminhos corretos, guiando-os para tudo aquilo que é desejado e esperado deles.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 232.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>129</sup> BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e latino** (Volume 04: Letras F-J), Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713, p. 159. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/inteligencia> Acesso em: 04/01/2018.

Sobre o papel de lavrador paciente, o Padre Gusmão retoma o exemplo dado de que as crianças precisam ser bem trabalhadas desde pequenas, pois é nas primeiras correções que se moldam todas as atitudes futuras da pessoa. Por isso, o mestre deve aproveitar a boa terra que lhe foi entregue e lavrá-la com todas as suas capacidades, fazendo da terra fértil, mas antes vazia, o melhor que ela puder oferecer.

A comparação mais ordinária, e usada entre os santos padres, é que há de ser com o sábio e experimentado lavrador do campo novo. O bom lavrador há de saber dispor a terra, alimpando-a com enxada, arando-a com o arado; semear a semente e conservar semeado, arrancando os abrolhos e espinhos que a infeccionam. Assim há de cultivar o prudente mestre os ânimos dos meninos, como terra virgem com o arado da disciplina, arrancando os primeiros abrolhos dos vícios pueris e espinhos das más inclinações, para que não cresçam e sufoquem a semente da verdadeira doutrina. [...] A outra coisa que faz o bom agricultor é semear boa semente no campo novo, para colher fruto bom; porque aquele que semeia cizânia com o trigo quer perder o campo e desperdiçar o trigo. Assim, o bom mestre há de ensinar boa doutrina aos meninos e não misturar, com o trigo da doutrina, a cizânia dos ditames do diabo, ou seja, com a palavra, ou seja com o exemplo.<sup>130</sup>

O lavrador deve ser aquele que é paciente, atento e persistente. No Evangelho de Mateus, Jesus narra a parábola do semeador, e demonstra a importância da figura do semeador e do solo que recebe a semente para que o fruto cresça. Suponho que seja partindo dessa parábola que Gusmão também valorize as características de um bom lavrador. Para ficar mais clara a relação de ambas as passagens, segue a narrativa bíblica:

Eis que o semeador saiu para semear. E, ao semear, uma parte da semente caiu à beira do caminho e as aves vieram e a comeram. Outra parte caiu em lugares pedregosos, onde não havia muita terra. Logo brotou, porque a terra era pouco profunda. Mas, ao surgir o sol, queimou-se e, por não ter raiz, secou. Outra ainda caiu entre os espinhos. Os espinhos cresceram e abafaram. Outra parte, finalmente, caiu em terra boa e produziu fruto, uma cem, outra sessenta e outra trinta. [...] Ouvi, portanto, a parábola do semeador. Aquele que ouve a Palavra do Reino e não a entende; vem o Maligno e arrebatou o que foi semeado no seu coração. Esse é o que foi semeado à beira do caminho. O que foi semeado em lugares pedregosos, é aquele que ouve a Palavra e a recebe imediatamente com alegria, mas não tem raiz em si mesmo, é de momento; quando surge uma tribulação ou uma perseguição por causa da Palavra, logo sucumbe. O que foi semeado entre os espinhos é aquele que ouve a Palavra, mas os cuidados do mundo e a sedução da riqueza sufocam a Palavra e ela se torna infrutífera. O que foi semeado em terra boa é aquele que ouve a Palavra e a entende. Esse dá fruto, produzindo à razão de cem, de sessenta e de trinta.<sup>131</sup>

<sup>130</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* pp. 74-75.

<sup>131</sup> BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: PAULUS, 1ª ed. 2002, 11ª reimpressão, 2016, Mateus 13: 3-8; 18-23, pp. 1727-1728.

Olhando especificamente para o contexto bíblico, a região da Palestina possui poucas terras boas para o cultivo, portanto era necessário que o semeador fosse atento naquilo que fazia, para não desperdiçar nenhuma semente em terreno ruim. Em paralelo com o texto do Padre Gusmão, as crianças são - a priori - todas consideradas bons terrenos, mas que precisam ser trabalhadas com frequência, persistência e atenção, para que possam gerar todos os frutos de que são capazes. Só a partir do cuidado constante do mestre é que elas podem produzir o seu máximo, dedicando-se totalmente ao estudo e à boa doutrina.

O trabalho que o lapidário tem no trato das pedras preciosas também é usado por Gusmão para demonstrar a importância e a ação por trás do esforço daqueles que educam crianças.

As pedras preciosas não nascem logo com o resplendor, que a arte lhes comunica; o diamante e a esmeralda, que são pedras de maior valor, à força do braço se pulem, ao poder da indústria se lavram; o diamante só se pule com o pó de outro diamante e a esmeralda com o pó de outra esmeralda; a arte lhe dá o valor e a indústria, formosura.<sup>132</sup>

O engenhoso e delicado trabalho de lapidar pedras preciosas só pode ser realizado com bom desempenho se há já material da mesma feitura para que as pedras sejam trabalhadas. Esse exemplo trazido por Gusmão tanto é usado para reforçar a ideia de que as crianças devem crescer apenas com aquelas que também demonstram boas inclinações, quanto para mostrar que sem o exemplo daquele que a educa, não há como sair boa coisa de sua criação.

Por último, o Padre discute sobre o exemplo que o mestre deve dar a seus discípulos. A discussão deste ponto é interessante, pois apesar de valorizar muito as características anteriores, o autor ressalta que o exemplo é a mais importante de todas, sendo desejável até mesmo em detrimento das outras duas.

Perguntareis o que se deve buscar, em primeiro lugar, no mestre dos meninos: a ciência ou o exemplo? Respondo que, se pode ser, há de ser uma e outra coisa; porque, como na primeira parte dissemos, há de buscar o pai para os meninos mestre que seja como aquelas inteligências que Deus deu aos céus estrelados, espirituais e inteligentes. Porém, havendo de falta uma de duas, antes seja menos a ciência que o exemplo. Porque, com um mestre de bom exemplo e menos sabedoria, contanto que não seja totalmente idiota, podem aproveitar os meninos melhor do que com um mestre muito douto e pouco exemplar.<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.*, p. 21.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 232.

A contraposição entre inteligência e moral no trecho acima tem um intuito, a meu ver, reforçador da busca pela restauração da moralidade na sociedade colonial, principalmente. De nada adianta aprimorar os conhecimentos técnicos e científicos dessa população, se a vida moral e espiritual continuar comprometida. Como as crianças são a esperança de um futuro melhor, é essencial que se preze antes por sua moral e fé do que por seus conhecimentos gerais de ofício.

A partir dessas três figuras (jardineiros, lapidários e ourives), Gusmão reforçará o discurso presente no imaginário da figura do sementeiro, ou seja, o trabalhador paciente e persistente. Uma de minhas interpretações para o Padre Gusmão trazer em tantos exemplos diversos a mesma mensagem é que o constante uso de exemplos práticos se deve por seu texto ter sido escrito a partir de suas vivências na América Portuguesa, onde boa parte da população não era alfabetizada. Logo, os exemplos práticos favoreceriam a propagação de suas ideias centrais nas conversas entre famílias. Contar uma história, com indivíduos, seus sofrimentos e consequências de seus atos é muito mais fácil do que lembrar de preceitos puramente teológicos.

Em virtude de o mestre ser a figura que teria grande influência sobre a vida do discípulo, Padre Gusmão considera que os mestres deveriam ser pessoas exemplares e bons católicos, para que o exemplo dado por eles influenciasse positivamente os alunos. As virtudes desejadas por Gusmão também podem ser consideradas capacitadora para o trabalho com crianças, como a paciência, a mansidão e a firmeza, o que exigia do mestre uma combinação equilibrada em sua personalidade.

### **2.3 A educação e sua utilidade**

Como afirmei na introdução deste trabalho, a educação formal dos filhos não era algo em que todas as famílias investiam. Era necessário que os frutos deste investimento fossem visíveis, demonstrando assim as vantagens provenientes do mesmo. A transição necessária entre a educação caseira, a partir da prática e da vivência da criança, para as relações estabelecidas entre mestres e discípulos não se deu de maneira uniforme naquela sociedade. A educação atendia a interesses diferentes, dependendo do grupo social a que pertencia sua família, portanto, era justificada de maneiras diferentes também.

O Padre Gusmão traz, ao longo de seu texto, o enaltecimento da utilidade coletiva e social da educação dos meninos. Por ver a educação dessa forma, o Padre não aponta tanto o



como educar, mas sim o *porquê* educar, ressaltando as consequências boas e ruins da educação apropriada dos meninos. Para demonstrar a importância de que os meninos sejam instruídos, Gusmão narra um episódio vivido pelo Profeta Isaías, no qual ao chegar na cidade de Jerusalém, o profeta não encontra nenhuma escola de meninos. Ao se aperceber disso, Isaías alega que a cidade está em tal estado de desordem devido à falta daqueles que instruem os meninos<sup>134</sup>.

Voltando à questão trabalhada anteriormente de que os pais salvam-se na boa criação dos filhos, o Padre ressalta que a salvação de ambos deve ser o primeiro pretexto para que pais criem bem seus filhos, e o primeiro passo para esta boa criação é consagrar as crianças assim que possível, através do batismo, a Deus<sup>135</sup>. O autor compara o batismo ao sacrifício da criança a Deus, pois “o que cria seus filhos em santos costumes consagra-os a Cristo e sacrifica-os a Deus”<sup>136</sup>, iniciando assim a vida da criança no primeiro preceito da tradição católica, que é batizá-la logo após o nascimento<sup>137</sup>.

A respeito da utilidade da educação dos filhos na salvação da alma dos pais, discorri sobre isso em tópico anterior deste mesmo capítulo, portanto concentrarei agora a análise nas justificativas sobre as utilidades pessoais e para a nação - ou república -, pois são também trabalhadas pelo Padre. A respeito das consequências pessoais da boa educação, o Padre afirma que

infinitos são os bens que granjeiam os meninos pela boa criação. O Espírito Santo, falando com o de pouca idade, diz assim, por Salomão: Ouve, filho meu, as minhas palavras e multiplicar-se-ão os anos de tua vida. Por esta vida, entende Jansênio, a vida temporal; Hugo, a vida da graça; Beda, a vida da glória; Salazar, a vida civil e o mesmo entende de todas juntas; e foi o mesmo, quer dizer, conforme este doutor: filho, se tomares meus conselhos e conservares a boa criação dos primeiros anos, não só assegurarás a vida temporal com saúde, mas ainda a vida civil com mil modos de a passar com sossego; não só conservarás a vida da graça, com os bons costumes, que com a boa criação se conserva, mas assegurarás a vida eterna da glória, que com a vida da graça se assegura.<sup>138</sup>

Ao atribuir tais frutos à boa educação dos meninos, o Padre faz praticamente um tratado teológico, demonstrando como que a partir de uma única frase da Bíblia, diversos

---

<sup>134</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.*, p. 41.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>137</sup> “O batismo consistia não somente num rito de purificação e de promessa de fidelidade ao credo católico, mas uma forma de dar solenidade à entrada da criança nas estruturas familiares e sociais.” (PRIORE, Mary Del. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 84-106.)

<sup>138</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.*, pp. 25-26.

autores chegaram à conclusões tão diversas. Compilando o pensamento de todos os autores citados, Padre Gusmão reforça que os efeitos de uma boa educação são sentidos em todas as áreas da vida da criança, não sendo, portanto, limitada às possibilidades de melhor posição social dentro da sociedade em que está inserido.

Sobre a utilidade da educação para a república, o autor volta a usar seu tom didático ao comparar os filhos bem educados a árvores florescendo. O tipo de comparação entre o comportamento humano e os fenômenos da natureza são artifício recorrente na escrita do Padre. Como já afirmei, atribuo estes exemplos e histórias ao fato de que apenas citar grandes pensadores em longos tratados têm menor apelo a uma população majoritariamente analfabeta, como espera-se que tenha sido a população da colônia da América Portuguesa. A partir dos exemplos da natureza, a propagação entre as rodas de conversa era mais fácil, pois as pessoas sentiam os efeitos da natureza em sua vida dia após dia.

O grande padre Santo Agostinho, considerando a grande importância da boa criação dos filhos na idade da puerícia, comparou uma escola povoada de meninos a uma árvore carregada de flores; porque, assim como aquelas flores são o ornato da árvore, as esperanças do colono e do fruto o melhor prenúncio; assim os meninos bem disciplinados são ornato de sua geração, esperança de seus pais e o melhor prenúncio que há de vir a ser lustre de toda a república. Donde se colhe que, assim como aquela árvore carregada de flores é útil para si, para o colono e para a república, assim a boa educação é de utilidade para os mesmos meninos, para os pais e para toda a república de Cristo.<sup>139</sup>

Volto aqui a reforçar a importância dos bons sinais na agricultura para o ano subsequente para determinada população e sua continuidade. Gusmão vale-se novamente da ideia de crianças como frutos para as nações, pois assim como os alimentos prometidos pelas flores são a garantia de mais um ano para um grupo de pessoas, as crianças bem educadas são a garantia de que aquela sociedade (ou comunidade) terá sua continuidade garantida, nos melhores termos de vida cotidiana e de fé.

Por outro lado, as consequências da má educação dos meninos também seria sentida por toda a comunidade ao redor dele.

É, pois, de tanta utilidade à república a boa criação dos filhos na idade pueril que dela depende todo o seu bem, como de sua falta se segue toda sua ruína, como expressamente ensina Platão; e a razão disto está muito clara, e é do mesmo filósofo, porque, como a república não seja outra coisa mais que a congregação e comunidade de seus cidadãos, quanto estes forem melhores tanto melhor será a república. E como para serem bons os cidadãos seja

---

<sup>139</sup> Ibidem, p. 25.

único meio a criação dos meninos, bem se deixa ver de quanta utilidade seja para toda a república. [...] De sorte que, na opinião deste filósofo, o mesmo era serem os meninos mal criados que não serem de préstimo para a república.<sup>140</sup>

Ao observar o trecho citado acima, relaciono esse propósito amplo da educação sugerida por Gusmão aos objetivos da própria Companhia de Jesus, que via na educação - e porque não acomodação - das pessoas em seus respectivos lugares sociais, a base para uma sociedade bem estruturada, sem com isso diminuir a importância coletiva de uma ordem bem estabelecida, sem desmerecer aqueles que ocupavam lugares inferiores. Ressalta-se portanto a relevância coletiva da boa educação, pois ela guiaria todos a seus respectivos lugares sociais, fazendo sua respectiva república cumprir seu papel na organização do mundo católico como um todo.

Quando discorri a respeito da influência da religião na educação neste mesmo capítulo, demonstrei como Gusmão acredita que os pais podem receber bênçãos quando educam bem seus filhos. Mas o Padre expande a utilidade da educação também para os efeitos dentro do contexto geral daquela sociedade, demonstrando através de diversos exemplos os “frutos” que jovens bem educados tinham a oferecer à *república*, sendo portanto eles próprios a promessa de um futuro melhor.

Ao não discutir especificamente *como educar* as crianças nas questões práticas do dia-a-dia, Gusmão deixa seu texto adaptável à realidade de cada família e àquilo que eles desejavam alcançar através da educação de seus filhos.

A partir do escrito de Gusmão, é possível notar a preocupação do Padre com a educação num sentido formador de caráter e religiosidade, mais do que de capacitadora para um ofício. As preocupações de ordem religiosa dão o tom de seu texto, guiando-o naquilo que espera que forme os futuros súditos.

---

<sup>140</sup> Ibidem, p. 38.

### 3 AS ABORDAGENS DE MARTINHO DE MENDONÇA DE PINA E PROENÇA A RESPEITO DA EDUCAÇÃO DOS MENINOS

Martinho de Mendonça de Pina e de Proença nasceu em 1693, oriundo da “pequena nobreza rural da região da Guarda”<sup>141</sup>. De acordo com Cavalcanti, como Pina e Proença veio de

uma família dedicada aos serviços da Coroa e aos estudos, desde cedo, a vida de Martinho de Mendonça esteve voltada para a busca de inserção na vida cortesã, para, deste modo, auferir mercês e privilégios para si e sua família. Esse era um ideal comum para aqueles filhos de famílias cujos antepassados faziam parte do corpo da chamada nobreza política proveniente dos estratos terciários urbanos.<sup>142</sup>

Segundo Jaime Cortesão<sup>143</sup>, Pina e Proença foi um homem dedicado aos estudos, sendo versado em muitas línguas, como latim, grego, francês, italiano, inglês e espanhol. Foi membro da Academia Real da História, guarda-mór da Torre do Tombo e bibliotecário da Biblioteca Real além de ter sido enviado em diversas missões diplomáticas e administrativas por D. João V<sup>144</sup>. O autor ainda caracteriza Pina e Proença como a representação de um homem completo, pois em sua figura se via “fundidos e na mesma época o homem de ciência e pedagogo revolucionário com o funcionário do Paço e da maior confiança do monarca”<sup>145</sup>.

Conforme aponta Irenilda Cavalcanti, Pina e de Proença não ingressou na corte pelo primeiro caminho - que era a presença desde a infância neste meio e pela conclusão de algum curso na academia. Pina Proença conseguiu seu ingresso à corte através da segunda via: o serviço militar. Proença não serviu militarmente a Coroa por um longo período, mas na guerra contra os mouros em que serviu, conheceu o infante D. Manuel, irmão de D. João V. Após a guerra, passara a servir como tutor desse, e partir desta relação, ingressou à corte no ano de 1719, quando D. João V o recebeu<sup>146</sup>.

---

<sup>141</sup> CAVALCANTI, Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira. **O comissário real Martinho de Mendonça: práticas administrativas portuguesas na primeira metade do século XVIII**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2010, p. 156. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1251.pdf> Acesso em 10/01/2018.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>143</sup> CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Parte I - Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1953-1963.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 100.

<sup>145</sup> Ibidem, p. 100.

<sup>146</sup> CAVALCANTI, I. R. B. R. M. **O comissário real Martinho de Mendonça... op. cit.** pp. 160-161.

A obra *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*<sup>147</sup> apresenta uma narrativa voltada especificamente para a educação de meninos nobres. Atendendo à proposta determinada já no título, o autor explicita a maneira como ele espera que um menino nobre – especificamente seu filho, a priori - seja criado. O autor não dedica trecho algum de seu texto para refletir ou discutir sobre a educação de meninas, o que me faz crer que ele não tenha tido filhas mulheres, pois não encontrei indícios do contrário ao longo de minha pesquisa.

Como demonstrado na Introdução deste trabalho, a análise da obra de Pina e Proença se dará também em virtude da análise da construção textual, para a partir do texto, buscar as intenções do autor. Como a obra fora escrita para guiar a educação de seu próprio filho, o texto de Proença tem um formato mais direto e objetivo, no qual suas expectativas acerca da educação de seu filho ficam claras, bem como os caminhos que o mestre deverá seguir para alcançá-la.

No Prólogo de sua obra, Pina e Proença justifica a escrita da mesma nos seguintes termos:

A obrigação de cuidar antecipadamente na educação de meus filhos, me encaminhou à lição dos melhores Escritores, que trataram esta importante materia, e desejei traduzir em vulgar algum, que lesse com atenção quem me havia de ajudar: mas reparando na dificuldade de huma boa tradução, e na differença dos costumes, que fazem inuteis algumas maximas, e considerando na incerteza da vida, escrevi estes apontamentos, para o uso de quem na minha falta cuidasse na educação de meus filhos.<sup>148</sup>

Um dos livros que Proença cogitou traduzir para o português era o *Some Thoughts Concerning Education*<sup>149</sup>, de John Locke. Em seu texto, Proença afirma ter considerado realizar a tradução de tal obra, e em outros momentos, traz passagens que ele apresenta como concernentes à obra de Locke. Apesar disto, é interessante notar que Proença percebeu que uma simples tradução de uma obra a respeito da educação de meninos oriunda de outro contexto não teria valor integral para a educação que ele esperava propor para seu filho. A Inglaterra já era uma monarquia constitucional e anglicana neste período, o que a afasta de duas estruturas-base da sociedade portuguesa do período: a monarquia e o catolicismo.

---

<sup>147</sup> PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. **Apontamentos para a educação de hum menino nobre**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734. Disponível em: <http://purl.pt/129> Acesso em: 10/01/2018.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>149</sup> Livro publicado originalmente em 1693. Tive acesso à uma tradução portuguesa para a leitura neste trabalho. LOCKE, John. **Alguns pensamento sobre a educação**. Tradução: Madalena Requiça – Coimbra: Edições Almedina S. A., 2012, (Argumentos clássicos).

### 3.1 A religião e a educação

Apesar de não ser um homem diretamente ligado ao Clero, Proença faz uso de textos e narrativas bíblicas para legitimar aquilo que escreve, principalmente associando a figura do pai de família à figura de Cristo, compassivo e amoroso no criar e educar. Pina e Proença cita com menos frequência versículos bíblicos, mas nem por isso deixa de usar o livro como base para o que escreve. O uso que faz da Bíblia é focado mais na primeira metade de seu manual, onde o autor concentra-se vastamente em determinar como o tutor deve agir ao educar o menino nobre. Proença incentiva muito menos o uso da força física na educação cotidiana das crianças, e eu atribuo esta questão ao fato de que ele escreve o texto para alguém que irá criar o seu próprio filho, portanto impõe limites ao uso dos castigos físicos como mecanismos de educação, tema que será discutido adiante.

Partindo da ideia de que o ser humano não é plenamente confiável, Proença apela para a orientação de Deus, pois os adultos devem se guiar por Ele, pois são “certos, e justissimos os preceitos Divinos, estes devem ser o unico norte, e motivo das acçoens humanas, independente do louvor, e reputaçã dos homens”<sup>150</sup>. Além disso, Proença usa o modelo de Cristo como aquele que os pais devem seguir no trato diário para com seus filhos. Para Proença,

Christo Senhor nosso propoz no Euangelho o mais perfeito exemplar da moderaçã, e brandura de hum bom pay naquelle, que naõ só recebe festivamente em sua casa o Filho Prodigio ; mas sahe della, e vay buscar para lhe dar satisfaçaõ outro filho, que se retirava como offendido daquelle excesso; e sem se irritar com as queixas, lhe responde naõ com severidade, fundada no pleno dominio, e autoridade de pay; mas com amorosas, e liberaes declarações de amor.<sup>151</sup>

Enquanto Proença usa o exemplo do Filho Pródigo para demonstrar todo o amor e compaixão do pai pelo filho, o Padre Gusmão faz uso da mesma passagem bíblica para repreender os pais que criam os filhos com excesso de liberdade. A posição de pai e não apenas de um teórico a respeito da educação faz com que Proença tenha interpretações diversas a respeito das mesmas narrativas bíblicas usadas pelo Padre. No capítulo a seguir, farei a comparação entre as formas e interpretações dos dois autores, mas achei importante ressaltar essa divergência apresentada aqui.

<sup>150</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, p. 118.

<sup>151</sup> *Ibidem*, pp. 14-15.

Outra questão apresentada nesse trecho acima é de que Pina e Proença indica quais caminhos ele espera que o mestre de seu filho siga: não necessariamente assumindo a figura do pai, substituindo o próprio Proença, que ausentaria-se da criação do filho por tempo indeterminado, mas sim a figura do mestre compassivo e amoroso. Ao longo de seu texto, Proença deixa claro que acredita que os adultos que cercam a criança ao longo de seu processo de crescimento deixam marcas na vida das mesmas, portanto a escolha daqueles que as circundam é fundamental. Estas marcas são visíveis no comportamento da criança, em suas crenças e em sua confiança em relação aos adultos, por isso as relações criança-adulto devem ser bem nutridas, e aquelas que eventualmente guiam as crianças por maus caminhos devem ser cortadas.

Como a vida espiritual de seu filho não é a única - nem aparenta ser a principal - preocupação de Proença, o autor demonstra a importância de sua fé em momentos esparsos. Quando discorre sobre os adultos que contam história assustadoras para as crianças, e causam nelas traumas que não conseguem superar, Proença invoca a presença de Deus para libertar a criança em questão.

se alguém lhe introduzir a depravada idéa de que os queremos livrar, se deve fazer quanto for possível pela apagar, introduzindo outras, e explicando-se a presença de Deos em todos os lugares; e a sua especial Providencia, e a companhia, e protecção do Anjo da guarda, que gozamos tanto de dia, como de noute.<sup>152</sup>

Os medos gerados nas crianças podem ser difíceis de combater, mas ressaltar a ideia de que Deus em pessoa e seus anjos estão postos ao seu lado constantemente é poderosa em tornar a criança novamente corajosa o suficiente para combater e enfrentar seus medos. Deus, na escrita de Proença, entra muito mais como a figura protetora que nos guia do que como o juiz que observa todos os nossos desvios para colocá-los na nossa conta de culpa.

Proença resalta a importância do ensino dos dogmas e princípios básicos da fé em Deus, desde que as crianças são pequenas. A respeito disso, ele afirma que

na mais tenra idade, e antes, que saiba fallar, se deve participar às crianças, huma noção clara, e simples de Deos Nosso Senhor como de hum Senhor Soberano, que fez, e governa tudo, que nos ama, e nos deu todo o bem que possuímos, e ha de dar quanto esperamos; e que assim que o adoremos, que lhe agradeçamos o que temos, e que lhe pessamos o que nos falta. No principio bastará este primeiro debuxo da Divindade, e depois se lhe iraõ declarando os mais attributos, e mysterios; e quando comessa o uso da razaõ, a incomprehensibilidade infinita de Deos, entretenendo, e cultivando esta idéa

---

<sup>152</sup> Ibidem, p. 74.



nas crianças com as costumam a dar graças a Deos, e pedir-lhe os bens sensíveis, em quanto não são capazes de conhecer os sobrenaturaes, procurando, que respeitem o seu nome bemdito, e obedeçam a seus Divinos Mandamentos, pondolhe sempre diante dos olhos a remuneração das boas obras, para o que he necessario inspirarlhe a noção da immortalidade da alma, de sorte, que lhe fique taõ indubitavel, como a da propria existencia.<sup>153</sup>

Especificamente sobre o trecho transcrito acima, Proença defende ao longo de seu texto que devemos valorizar e respeitar a capacidade de aprendizado das crianças a cada fase de seu crescimento. Essas capacidades também seriam relacionáveis com o entendimento de Deus, pois os conhecimentos transmitidos devem ser aprimorados conforme essa criança se desenvolva.

Mesmo não tendo nos ensinamentos religiosos o ponto mais importante da educação dos filhos, Proença ressalta a relevância de algum tipo de educação religiosa. Considerando o contexto social e religioso de Portugal, imagino que as obras a respeito de educação apresentassem sempre um ou outro aspecto religioso, para que o Tribunal do Santo Officio encontrasse utilidade na obra, e conseqüentemente aceitasse sua publicação.

### 3.2 Como e quando castigar

O uso de castigos físicos não deve ser, para Proença, algo corriqueiro e usual na educação de crianças. Ao longo de seu texto, Proença apresenta suas críticas<sup>154</sup> e ressalvas ao uso frequente da força física e da humilhação como mecanismos didáticos e, mais para o final do texto, apresenta os momentos que ele considera aceitável que se valha desse método educacional e como ele deve ser utilizado.

A construção da argumentação de Proença contra os castigos físicos passa pelas explicações que ele apresenta, como por exemplo que o castigo em excesso apenas confunde e ira as crianças, criando nelas um desejo de vingança contra aqueles que as machucaram. O autor aceita, em circunstâncias especiais, o uso de castigos como método de educação, mas discursa muito mais em favor da educação a partir da paciência, do respeito e da preservação

---

<sup>153</sup> Ibidem, pp. 98-100.

<sup>154</sup> Existem trechos na obra de Pina e Proença onde ele é veementemente contrário ao uso de força física como mecanismo de educação dos meninos. Ele se posiciona contra as humilhações sofridas por alguns alunos, contra as metodologias aplicadas onde a força física e o terror psicológico são parte do programa de ensino dos meninos.

da integridade e honra das crianças<sup>155</sup>. Valendo-se da Bíblia, Proença desenvolve sua argumentação de que pais e filhos precisam ter um bom relacionamento, e que isso deve partir dos pais para os filhos.

na Escritura Sagrada o Espirito Santo, aconselhando tantas vezes, que se tratem os filhos com rigor; porque como explica a doutrina dos Santos Padres o pio Author da Educaçãõ Christãa, este rigor se exercita, negando-lhe algumas vezes as naturaes demonstrações de carinho, e contrariandolhe sempre os appetites desordenados da soberba, ira, cobiça, e outras paixões, que produz a natureza. Saõ Paulo recommenda aos pays, que naõ provoquem seus filhos à ira; preceito, que deu aos Efesios, e repetio aos Colossenses.<sup>156</sup>

É importante ressaltar que, apesar de ser contra o uso cotidiano dos castigos físicos, Proença defende que a criação dos meninos seja feita de forma rigorosa, sem dar margem para que se estabeleçam os vícios na vida dessa criança. E como dito acima, esse rigor com que espera-se que os pais criem os filhos pode ser demonstrado na negação em ser carinhoso, em contrariar os apetites pecaminosos ou moldando-lhe o caráter, mas que isso deve ser feito de maneira que os pais não se indisponham com os filhos, como recomendado pelo Apóstolo Paulo nos livros de Efésios<sup>157</sup> e Colossenses<sup>158</sup>.

Proença reforça frequentemente que, para desenvolver uma boa criação nos meninos, é primordial que não se deixe que os vícios se estabeleçam, o que por sua vez, evitaria ser necessário o uso dos castigos físicos.

huma applicaçãõ regular, e seguida [dos castigos físicos][, não somente he damnosa à saude das crianças, mas produzindo contrarios effeitos, em lugar de prudentes, e mais agudos, os faz melancolicos, pezados, e grosseiros; [...] Basta nesta primeira idade ter cuidado em naõ deixar raizes de habitos viciosos, e ajudar lentamente as primeiras luzes da razaõ, respondendo muito a proposito ao que perguntaõ, e procurando ratificar, e aclarar as idéas da

<sup>155</sup> Evidentemente, daquelas que obedecem aos comandos de seus pais e mestres, e procuram manter-se dentro de um padrão mínimo de postura. Para as crianças consideradas quase que incorrigíveis, Proença aponta quais caminhos tomar e como castigá-las, desde com a privação de suas coisas favoritas, até o castigo físico, que seria o último estágio.

<sup>156</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, Introdução, pp. 13-14.

<sup>157</sup> “Filhos, obedeei aos vossos pais, no Senhor, pois isto é justo. Honra a teu pai e a tua mãe - é o primeiro mandamento com promessa - para seres feliz e teres longa vida sobre a terra. E vós, pais, não deis a vossos filhos motivo de revolta contra vós, mas educai-os com correções e advertências que se inspiram no Senhor.” (BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: PAULUS, 1ª ed. 2002, 11ª reimpressão, 2016, Efésios 6: 1-2, p. 2046.)

<sup>158</sup> “Filhos, obedeei aos vossos pais em tudo, pois isso é agradável ao Senhor. Pais, não irriteis vossos filhos, para que eles não desanimem.” (BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: PAULUS, 1ª ed. 2002, 11ª reimpressão, 2016, Colossenses 3: 20-21, p. 2058.)

primeira idade, que sempre são confusas, e incompletas, e muitas vezes enganosas.<sup>159</sup>

O desafio desse modelo de educação proposto por Proença é ter, a todo momento, um adulto atento aos comportamentos da criança a educar, e disposto a corrigi-los sempre com paciência e zelo, buscando antes construir uma criança autônoma, que amadurece seus pensamentos e conhecimentos conforme convive com seus adultos-modelo, do que castigar a criança por aquilo que ela fez errado, que muitas vezes fora permitido pelo próprio adulto desatento à sua educação.

Outro vício que Proença defende que seja combatido desde a mais tenra idade é o da manha e manipulação, advindo para conquistar algo que fora recusado por um adulto a partir do choro. O autor é incisivo ao dizer que, uma vez recusada alguma coisa para uma criança, não deve-se voltar atrás em virtude do choro da mesma<sup>160</sup>. Partindo desse ponto, Proença afirma que

de pouco servem os preceitos, se se obedesse com repugnancia, e de nada o castigo, quando se recebe com rebeldia ficando vitoriosa a paixãõ, que com elle se intentava domar. [...] Este he hum dos motivos porque rarissimas vezes se devem castigar, porém sempre de sorte, que os castigo triunfe da inclinaçãõ, e que se conheça pela sobmissãõ, e paciencia, que cessou toda a rebeldia da vontade, e sem esta circumstancia o castigo he mais crueldade, que correccãõ, e serve mais de molestar o corpo, que de emendar, e aperfeiçoar o animo.<sup>161</sup>

É notável nesse trecho acima, que o autor considera contraproducente o uso de castigos nos momentos que as crianças estão tomadas pela ira que as levou a se comportarem mal, pois com isso apenas se somaria mais motivos para ira, e a criança passaria a associar o castigo com aqueles acessos violentos de demonstrações de seus sentimentos. Para Proença, é necessário que a “submissão e paciência, que cessou toda a rebeldia da vontade” seja aquilo que guia a criança para a compreensão do ato que tomou, e porquê ela estava errado. Inclusive, é interessante notar que o autor relaciona o castigo que não gera reflexão com crueldade, pois o adulto que o impõe a criança compreende os motivos que o levaram a fazer aquilo, mas não foi apto a transmitir esse saber à criança.

De maneira a finalizar essa parte combativa aos castigos por Proença, o autor afirma que “nunca se devem castigar as crianças, nem ainda reprehender com frequencia, para que a

<sup>159</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, pp. 30-31.

<sup>160</sup> *Ibidem*, pp. 40-41.

<sup>161</sup> *Ibidem*, pp. 41-42.

repetição não diminua o rigor, familiarizando-se o pejo com a reprehensão, e o sofrimento com o castigo”<sup>162</sup>. Aqui, o autor associa a repetição por parte do adulto em castigar, com a diminuição do valor para o castigo por parte da criança, pois essa, com o tempo, acostumaria-se as dores e vergonha sentida, o que diminui o impacto daquilo que se propunha originalmente. Proença demonstra preocupar-se muito com a interpretação feita pela criança para os eventos educacionais ocorridos ao seu redor, evidenciando que as crianças são capazes de fazer suas próprias leituras do mundo que as cerca e as interpretar de acordo com aquilo que lhes é oferecido por aqueles que as criam e educam.

Apesar de sua opinião geral ser contrária aos castigos físicos como mecanismos de educação, Proença reconhece que existem algumas circunstâncias em que seu uso seja necessário. Para tanto, a defesa do uso de castigos vem sempre acompanhada de explicações de como proceder e justificativas para assim o fazer. Segundo o autor, apenas em crianças muito teimosas e de má índole, que por meio de conversas e punições mais brandas não mudaram suas posturas, é que o castigo físico deve ser implantado.

Já se terá percebido, que reprovamos o uso de castigos servis, e que só em caso de extrema necessidade permitiremos os açoites, ou palmotoadas, se as crianças estão costumadas a obedecer prontamente, e a não usar da vontade própria, sem que se possam lembrar de quando se lhe impoz este jugo, lhe parecerá natural, nem lhe virá ao pensamento opporse ao que lhe mandaõ; o ponto está em costumallos desde as mantilhas, obstinando-se constantemente a lhe não fazer nunca a vontade, quando não tem razaõ.<sup>163</sup>

Mesmo quando há de explicar o uso dos castigos, Proença prefere antes expor as condições para tal ato, e reforçar que em crianças de bom comportamento e boa índole, ele deve ser evitado. Ao usar o exemplo de uma criança que atende prontamente aos pedidos e direcionamentos dos adultos, o autor aparenta querer conduzir o olhar daquele que cria para os momentos de bom comportamento, ressaltando o aspecto positivo da criança em detrimento do mau comportamento. Apesar disto, Proença não evita falar dos casos que ele considera merecedores de castigos.

Nem isto he deixar os meninos à redea solta, e sem castigo; porque o recomendamos muy severo em todas as ocasiones de rebeldia, contumacia; ou desobediencia deliberada; e que nestes casos se continue, e repita até vencer a contumacia, e deixar fogueita a vontade, e que não consista só o castigo na dor, que causaõ os golpes; mas que se acompanhe de hum geral

---

<sup>162</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>163</sup> Ibidem, pp. 109-110.

desprezo de toda a familia, e outros discomodos proporcionados, cujo effeito será mais sensivel, e mais duravel.<sup>164</sup>

Vale destacar aqui que Proença exemplifica um tipo de caso que ele julga merecedor de castigo físico, mas expande o conceito da punição para além da dor física: ele conclama os adultos a castigarem as crianças rebeldes também com o desprezo da família. Por esse desprezo, pode-se entender a pouca atenção dada, o pouco carinho atribuído à criança, ignorar as coisas que esta fala quando está de castigo, entre outros comportamentos. Para que sejam efetivos, Proença defende que toda a família e empregados da casa devem manter uma postura única, para que a criança perceba seu erro, e para que não se apegue àqueles que lhes fazem as vontades mesmo quando deviam estar de castigo. Além de se manter a postura familiar de castigo para com a criança, é importante que, quando se faz uso da força física como punição, essa seja mantida até que o comportamento da criança seja alterado para aquilo que se espera dela, de acordo com a medida justa para cada punição.

Outro ponto acerca da consumação do castigo discutido por Proença tem a ver com o tempo a ser executado. Segundo ele,

Somos de parecer, que não seja tão tarde, que já lhe possa esquecer o motivo porque são castigados; nem tão imediatamente à falta, ou crime, que se castiga, que não haja tempo de reflectir, que fizeraõ mal, e que mereceraõ o castigo, ou que quem lho applica tenha tão viva a paixãõ, que esta mais que a razaõ, mova as mãos para executarem os golpes; defeito, em que cahem os mais prudentes sem o advertirem; tanto lifongeaõ as paixoes proprias, e tão intestino, e occulto he o damno, que nos fazem.<sup>165</sup>

Mesmo a figura da criança ser aquele que receberá penas sobre seus erros em seu corpo, Proença a coloca como uma figura ativa sobre o processo. É necessário que se dê tempo para a criança refletir sobre o que fez de errado, para que quando for castigada, compreenda porquê. Entretanto, é importante também que não se dê tempo demais para a criança antes de castigá-la, pois em caso de esquecer o que fez, a punição parecerá apenas violência e crueldade aos seus olhos.

O rigor com que se pune a criança que se desvia do comportamento padrão é então descrita por Proença, enfatizando que se deve ser firme com aqueles que reincidem no erro cometido.

porém aquellas, e outras inclinaçoens viciosas se devem estranhar, affear, e reprehender vivamente a primeira vez, que as mostraõ, e *castigar*

---

<sup>164</sup> Ibidem, pp. 158-159.

<sup>165</sup> Ibidem, pp. 162-163.

*severamente a reincidencia* [grifo meu], com demonstraçoens de desprezo em toda a familia, para lhe fazer que conheçaõ, e sintão o abatido estado a que os reduzio o vicio, porque assim se conseguira mais facilmente a emenda.<sup>166</sup>

Mesmo aqui, apesar de exigir uma punição severa para os reincidentes nos erros, Proença reforça que o castigo físico deve vir acompanhado do desprezo temporário da família, pois uma criança deve ansiar pela convivência com seus familiares, e essa ausência deve machucá-la mais que os castigos físicos utilizados.

Sobre os usos prático-didáticos dos castigos físicos, Proença também se posiciona de maneira contrária ao seu uso indiscriminado. O autor teme que o aluno, quando ensinado em meio a castigos, punições e dores frequentes, passe a associar o processo de aprendizado com a dor física e moral.

Porém tornando à materia do castigo; tendo já dito, que não devem ser castigados pelos descuidos, pela inquietação, e pelos mais defeitos, que a idade emenda, e que não influem costumes viciosos, e havendo de mostrar, que não devem tambem ser castigados por occasião de aprender a ler, escrever e Grammatica, ficaraõ raras as occasiones de ser necessaria a palmatoria. O verdadeiro modo de ensinar aos meninos, he fomentarlhe a natural curiosidade de aprender, e inspirarlhe amor, e inclinação ao que se lhes ensina, e a quem os ensina; e cuidado, que o methodo, que se observa vulgarmente, he só proprio a extinguirlhe a curiosidade, e motivarlhe hum grande horror aos livros.<sup>167</sup>

Como conclusão para suas reflexões e orientações sobre os castigos a serem aplicados nos meninos, Proença afirma que nos casos onde nem a dor e a humilhação sejam suficientes, que os pais, mestres e amos entreguem a vida destes meninos a Deus, pois apenas Ele, “com especial socorro poderá emendar o natural; que castigar, quando a experiencia mostra que não aproveita o castigo, he mais desafogo da ira, que remedio do mal, ou meyo para a emenda”<sup>168</sup>.

A noção de que as crianças são participantes ativos no processo de aprendizagem e que, portanto, devem ser consideradas e respeitadas em sua dignidade é um aspecto muito progressista na obra de Proença, pois mesmo nos dias atuais se discute sobre a questão dos castigos físicos como benéficos ou maléficos para as crianças.

---

<sup>166</sup> Ibidem, p. 165.

<sup>167</sup> Ibidem, pp. 144-145.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 175.

### 3.3 O modelo do bom mestre e a sua utilidade na educação dos meninos

A escolha do estabelecimento de ensino ou do mestre que educaria as crianças neste período é algo muito valorizado por Proença. O autor discorre em seu texto sobre a importância daqueles que estão ao redor da criança enquanto ela cresce, pois estes lhe servirão de exemplo e inspiração por toda a vida, logo, a figura do mestre também é fundamental no crescimento, amadurecimento e boa formação das crianças. Como não apenas o mestre, mas todo adulto que convive com a criança causa impacto em sua vida, Proença adverte para que estes sejam escolhidos atentamente e “finalmente diante das crianças se deve viver com particular atenção”<sup>169</sup>, para evitar que num descuido, a criança aprenda a partir do mau exemplo.

A figura do pai presente na educação do filho também é valorizada por Proença. Ele defende que os pais devem ter presença ativa na educação dos filhos. Ao explicar a importância da participação dos pais na educação dos filhos, Proença afirma que o melhor emprego que os pais podem se dedicar é isto, pois gerarão o caminho que os filhos poderão trilhar e alcançar os seus próprios méritos no futuro, como visto no trecho abaixo.

Se os pays se occupaõ toda a vida nos mais laboriosos, e arriscados empregos para alcançarem algum adiantamento a seus filhos; porque naõ applicaraõ algumas horas ao cuidado da tua educaçaõ, e ensino, que he o melhor meyo pelo qual os podem adiantar, e o morgado mais seguro, e facil de adquirir, isento dos inevitaveis successos da fortuna.<sup>170</sup>

O autor demonstra que os pais devem acompanhar de perto a educação dos filhos, mas para isso usa como exemplo aqueles que buscam de várias formas uma melhor posição para seus filhos. Explica também que isso deve se dar a partir do acompanhamento constante da educação dos meninos, pois assim eles próprios poderiam alcançar benefícios para si.

Apesar de seu posicionamento incisivo a respeito da presença dos pais na educação de seus filhos, sabe-se que Pina e Proença escreveu o citado texto em virtude de sua viagem à colônia portuguesa na América, onde exerceria diversas funções a mando da Coroa Portuguesa entre 1734 e 1738<sup>171</sup>. Segundo Cavalcanti, Pina e Proença esperava permanecer na colônia apenas por alguns meses, e não os quase 4 anos que ficou aqui<sup>172</sup>. Logo, é condizente

---

<sup>169</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>170</sup> Ibidem, pp. 30-31.

<sup>171</sup> CAVALCANTI, Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira. **O comissário real Martinho de Mendonça...** *op. cit.* pp. 366-367.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 367.



com sua trajetória esperada defender a ação dos pais na educação dos filhos, apesar de sua ausência prolongada.

Uma das formas encontradas por Proença para reforçar a necessidade de se buscar e valorizar um bom mestre, foi a partir da questão salarial dos mesmos.

quem achar sojeito com aquellas circunstancias, dê por bem empregada toda a despeza, que com elle fizer, e procure darlhe sallario competente, que faça gosto de continuar a sua occupaçaõ. [...] a despeza, que se fizer em procurar bom Mestre, brilhará sempre em quanto os discipulos viverem, e a boa doutrina, e educaçaõ, será o mais importante morgado, que se lhe póde adquirir.<sup>173</sup>

O autor vale-se novamente do exemplo do morgado<sup>174</sup> adquirido para demonstrar a importância da boa educação, dessa vez a partir da figura do bom mestre. Quando se encontra aquele que seja bom o suficiente para sua família e seu filho, é preciso que se pague o quanto for justo para que o mestre continue a desempenhar sua função com alegria e dedicação.

Sobre o modelo ideal de mestre, Proença discorre menos sobre as características pessoais que ele espera, e mais sobre a forma e os conteúdos que o mestre deve ser versado em trabalhar. O mestre deve ser capaz de “ensinar a seus filhos os exercicios necessarios de linguas, dança, espada, e montar a cavallo”<sup>175</sup>, habilidades estas necessárias para um rapaz nobre (e algumas apenas permitidas aos nobres).

O mestre também deve ensinar seu discípulo a saber obedecer regras e a reger uma casa – o que diz respeito à hierarquia social e ao bom funcionamento dela naquela sociedade - , como pode-se observar a seguir:

Saõ infinitos os que querem ensinar a arte de mandar, e quasi nenhuns os que daõ documentos para obedecer; sendo innumeraveis os que necessitaõ desta instrucçaõ, e naõ menos necessario juizo, methodo, e arte para ser bom subdito, e vassalo. Grande serviço faziaõ ao publico tantos Escritores de politicas, se abatendo hum pouco o assumpto, ensinassem a governar a pequena Republica de huma casa particular. [...] e assim he necessario fazer o pay de familia algum extracto para instrucção de seu filho, e repetir o Mestre que o motivo generoso, porque se devem evitar despezas inuteis, he para accrescentar aquellas, que pede a charidade, o decoro, e a generosidade;

<sup>173</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, pp. 187-189.

<sup>174</sup> Raphael Bluteau define morgado como: “bens avinculados de sorte, que sem se poderem ahenar, nem dividir, o successor justamente os possua na mesma forma & ordem, que o Instituidor tem declarado.” (BLUTEAU, RAPHAEL. **Vocabulario Portuguez e latino** (Volume 05: Letras K-N), Lisboa : Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716, p. 580. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/morgado> Acesso: 12/01/2018.

<sup>175</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, p. 136.

e que só o desejo de ter meios para exercitar estas virtudes pôde desculpar, e fazer louvavel o cuidado de augmentar o capital.<sup>176</sup>

A respeito da “arte de obedecer”, o autor a associa ao papel de súdito e vassalo, e reforça que mesmo um rapaz nobre precisa aprendê-la, na condição de inferior ao rei e aos nobres que tiverem uma posição melhor do que a sua. E aprender essa arte resulta em se distinguir diante do Rei e da Corte justamente pela humildade e modéstia adequada à sua posição social.

A boa administração doméstica é importante para que uma família nobre se destaque por alguns motivos: demonstra sabedoria no gasto do dinheiro, denota prosperidade quando se pode ser generoso com o dinheiro que sobra, denota um cristianismo ativo e piedoso quando os funcionários são bem tratados e respeitados pelos seus superiores, além de distinguir socialmente aqueles que podem realizar obras de caridade, piedade e benevolência daqueles que são os receptores dessas obras, pois dependem desses bons sentimentos daqueles que lhes são superiores.

Proença argumenta também sobre a *verdadeira instrução* que deve-se procurar em um mestre. Para ele, o aluno decorar determinados conteúdos não é satisfatório para a função do mestre, que deve ser mais complexa. Este cargo deve vir acompanhado do ensinamento de outras noções cotidianas mais necessárias à vida dos discípulos. Em suas palavras,

A verdadeira instrução, que deve procurar hum Mestre, não consiste, em fazer a memoria do seu discipulo, hum escuro, e confuso almazem de factos, e de vozes; mas sim em lhe ordenar, e aclarar as noçoens, que correspondem aos mais vulgares termos; costumallo a distinguillas bem, e a conhecer nellas attentamente as proporções, e respeitos, que humas dizem a outras; ensinallo a vencer os seus proprios appetites, inspirarlhe hum amor à razão, e boa ordem, ensinarlhe os fundamentos da sociedade civil, de que nasce a obrigação de obedecer ao Soberano, e expor a vida, quando convem, à Republica.<sup>177</sup>

No trecho acima, pode-se destacar ao menos cinco lições para a vida que Proença considera fundamentais que o mestre passe para seu discípulo, para que este tenha uma boa postura perante a sociedade, sendo essencial que o discípulo: 1) aprenda a ordenar e aclarar noções, 2) a distinguir as noções e as relações de umas com as outras; 3) a vencer seus próprios apetites; 4) que desenvolva amor à razão e à boa ordem; 5) aprenda os fundamentos da sociedade civil, obedecer ao Soberano e dar-se pela República. Entre os pontos aqui

---

<sup>176</sup> Ibidem, pp. 216-217.

<sup>177</sup> Ibidem, pp. 183-184.

destacados, é possível dividi-los em dois grupos, onde os três primeiros pontos dizem respeito à vida pessoal do aprendiz e os dois últimos pontos o inserem num ambiente mais extenso, em sua relação com os demais.

Para que seja uma pessoa bem sucedida, é necessário que o aprendiz desenvolva suas habilidades de julgar as situações e pessoas que o cercam, bem como a controlar seus próprios instintos, que podem ser inconvenientes em diversos momentos da vida (além de pecados). Para relacionar-se bem com os demais membros dessa sociedade e externar as qualidades que carrega em si, é importante que o “amor à razão e à boa ordem” sejam manifestos, pois isso explicita uma pessoa adequada ao lugar social que ocupa, bem como o amor ao monarca e a disposição em bem servir a República, ações que dariam mostras da fidelidade e competência do súdito, podendo alçá-lo a lugares mais altos dentro da sua sociedade.

Outra habilidade que o mestre deve transmitir a seu discípulo é a questão do trato civil. Para Proença, de nada adianta o menino ser versado em muitas artes, se não souber se portar diante dos outros. O aprendizado sobre o trato civil é a matéria mais valorizada por Proença no que diz respeito à educação dos meninos nobres. Depois de ter aprendido as noções básicas de hierarquia social, o discípulo estaria pronto para saber distinguir as pessoas, e assim dispensar o tratamento adequado para cada grupo social. Ao saber tratar com respeito as pessoas de condição inferior, o mestre ensina a seu discípulo a humildade<sup>178</sup> e o valor de ser bem quisto por seus empregados. Ao saber tratar de maneira adequada as pessoas de condições igual ou superior, as chances de conquistar melhores posições dentro desta sociedade também aumentam, pois é importante ser bem relacionado.

Como se lhes inspire veneração, e respeito aos superiores, synceridade, e atenção aos iguaes, affabilidade, e bondade com os inferiores, o tempo, e a experiencia lhe mostraraõ quaes saõ as cerimoniaes, que os costume das Naçoens polidas destinou para declarar semelhantes affectos.<sup>179</sup>

Como demonstrado pelos exemplos dados acima, os mestres seriam essenciais na educação dos filhos, mesmo que o desempenho de suas funções não elimine a importância da participação dos pais na educação dos meninos. Proença afirma que os pais devem ser fazer queridos, respeitados e admirados pelos filhos, de maneira que as crianças prefiram a companhia dos pais às companhias dos mestres e criados. Assim, elas manteriam sua admiração e dedicação integralmente aos pais, o que lhes guiava também a seguir os

---

<sup>178</sup> Idem, p. 88.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 130.

exemplos e conselhos dos pais acima dos de qualquer outra pessoa.<sup>180</sup> Sem substituir os pais, eles seriam o complemento no todo da educação dos meninos, responsáveis pela construção de alguns saberes científicos e outros morais e cotidianos.

### 3.4 A importância de educar e de como o fazer

Partindo da visão de que o texto de Proença fora escrito, a priori, para guiar a educação de seu próprio filho, e posteriormente publicado como guia para a educação de meninos nobres, é nítido o recorte social que estabelece o seu texto como direcionado à nobreza. Devido ao propósito de seu texto, Proença é um tanto quanto utilitarista em sua obra, valendo-se de direcionamentos mais pontuais sobre diversos assuntos, como por exemplo quais alimentos a criança deve ingerir<sup>181</sup>, quanta água deve beber<sup>182</sup>, onde deve dormir e por quantas horas<sup>183</sup>, entre outros pontos mais específicos. Apesar do recorte social feito pelo próprio Proença em seu título, estes primeiros temas poderiam ser adotados por um grande número de famílias, não exclusivamente as nobres.

Proença usa o fato de que seu filho possivelmente seguirá carreira militar quando adulto, para delimitar quais assuntos e como eles devem ser abordados na educação dos meninos nobres. Em diversos trechos que serão discutidos adiante, o autor afirma abertamente que este ou aquele determinado tipo de conduta na educação dos meninos é relacionável à futura condição de militar.

Proença, logo de início, demonstra que a boa educação deve ser valorizada, pois ela distingue as pessoas envolvidas, aflorando as qualidades de umas e exaltando os defeitos das outras. Logo no início do texto, explicita o que considera ser o principal fim da educação.

o principal fim da boa educação deve ser adornar de virtudes a alma, também deve atender a quanto pôde adquirir para o corpo, disposição perfeita, robusta, e capaz, não só do estudo, mas de todos os laboriosos exercicios da vida activa, e militar, e não sómente a saude, e vigor do corpo, he meyo para os adiantamentos no estudo das Sciencias, e nos empregos da Republica, mas também parte, ou condição da perfeita felicidade humana na vida.<sup>184</sup>

---

<sup>180</sup> Idem, p. 132.

<sup>181</sup> Ibidem, pp. 7-13.

<sup>182</sup> Ibidem, pp. 13-15.

<sup>183</sup> Ibidem, pp. 17-21

<sup>184</sup> Ibidem, p. 2.

“Adorno para a alma e para o corpo” é a boa educação, e esses enfeites trariam destaque às boas qualidades daqueles que os possuem. Além disso, Proença traz em diversos momentos a importância de uma boa disposição e condição para o corpo, já projetando a vida de militar que seu filho possivelmente terá no futuro.

O autor ressalta também que uma das primeiras finalidades da educação deve ser controlar os apetites<sup>185</sup> das crianças, de maneira que elas sejam moldadas para o bem viver em sociedade. Determinado a deixar claro as etapas que a educação de seu filho deve cumprir, bem como quais objetivos ele espera que sejam atingidos, Proença passar a propor os caminhos que ele espera para o desenvolvimento da educação de seu filho.

O início do texto do Proença é voltado para a parte prática da educação de um menino, onde o autor discorre sobre alimentação, vestimentas e postura que ele esperava que seu filho recebesse. O autor aponta em seu texto que falará sobre estes assuntos em virtude dos tratados médicos a que ele teve acesso, onde pôde observar a importância do estímulo do vigor físico de um menino para que tenha boa compleição quando adulto. Usando a ideia de princípios médicos, Proença discute em primeiro lugar as roupas a serem usadas pelas crianças. Para o autor, as roupas devem ser adequadas ao clima, mas não exageradas, tanto no inverno como no verão<sup>186</sup>. Ele incentiva o uso de roupas mais largas, soltas no corpo,

os vestidos das crianças mais accommodados são aquelles, que se podem vestir sem violentar os braços, como são ordinariamente o que se usaõ abertos pelas costas, os vestidos aoertados, e com espartilhos para aperfeiçoar o talhe do corpo, causaõ muitas vezes nesta idade grande damno à saude.<sup>187</sup>

Mary Del Priore em seu capítulo “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”<sup>188</sup>, demonstra como as mães portuguesas vestiam com exagero e roupas apertadas demais as crianças na colônia americana, causando assim doenças e mal estar entre os pequenos. Segundo a autora, “os lusos recém-chegados traziam consigo rígidas noções de resguardo e de agasalho. Tinham horror aos banhos e ao ar livre.”<sup>189</sup> Além disso, segundo a autora, as observações feitas pelo médico Guilherme Piso em Recife o fizeram concluir que os costumes indígenas nos quais “a criança era livre de panos grossos e agasalhos pesados como

---

<sup>185</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>188</sup> PRIORE, Mary Del. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”... *op. cit.*

<sup>189</sup> Ibidem, p. 91.

os que enfaixavam a criança europeia a fim de dar firmeza aos seus membros”<sup>190</sup> era muito mais saudável às crianças. Assim, vê-se a partir da historiografia que Proença tinha um pensamento um tanto quanto progressista para a época, pois já questionava antigas tradições portuguesas na criação dos meninos.

A questão do vigor físico também era realmente valorizado por Proença. Para o autor, os pais e mestres deviam sempre incentivar as crianças a ficarem ao ar livre, mesmo em climas adversos, como chuva e neve. O autor apenas adverte que não se deve deixar que “passem de hum extremo a outro, como do fogo ao frio, ou chuva, e da calma à frescura”<sup>191</sup>. Ainda a respeito de vigor físico dos meninos, Proença afirma que “depois que já andaõ desembaraçadamente costumallos a correr por algum espaço, naõ só pelo que fortifica o exercicio, mas pelo que serve para a vida militar servindo na infantaria poder aturar huma marcha accelerada”<sup>192</sup>. Apesar de costumeiramente usar a questão militar como finalidade para a boa compleição física desejada em seu filho, Proença estimula em seu texto que o menino possa desenvolver-se de forma livre no que diz respeito às brincadeiras do corpo, pois elas fariam bem à sua saúde.

Na sequência de seu texto, Proença disserta sobre como alimentar e o que dar de beber aos meninos. Para o autor, é necessário ter um cuidado quando as crianças são desmamadas, para que não sejam dados alimentos pesados demais, que o sistema digestivo da criança ainda não é capaz de ingerir<sup>193</sup>. Proença valoriza a alimentação com alimentos frescos, pouca gordura e nenhum açúcar. A respeito deste na alimentação das crianças, afirma que

He grande abuso consentir, que as crianças comaõ doce, porque o assucar inclue particulas assidas, corrosivas, e capazes de corromper a massa do sangue, e linfa, a que se segue obstruiremse as glandulas, e formarse hum temperamento scorbutico, e fermento para varios achaques, e tambem porque naõ he razaõ constumar as fibras tenras da lingua, e paladar a comidas muito saborosas, e picantes, e quem continua estas, acha depois insipidos os ordinarios naturaes alimentos.<sup>194</sup>

A respeito das bebidas que se deviam incentivar as crianças a ingerirem, Proença é ainda mais duro, limitando à água o consumo adequado às crianças, sendo as bebidas alcoólicas terminantemente proibidas de serem consumidas pelas crianças, pois não oferecem

---

<sup>190</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>193</sup> Ibidem, pp. 7-8.

<sup>194</sup> Ibidem, pp. 9-10.

nenhum bem à saúde<sup>195</sup>. A respeito do consumo por crianças de bebidas alcóolicas, não encontrei bibliografia que falasse a respeito, mas sobre o consumo de açúcar, é imaginável que, com a produção em larga escala de açúcar de cana na América, a disponibilidade do produto tenha crescido exponencialmente na Europa, o que alterou os hábitos alimentares daquelas populações. Proença aqui mostra-se relutante em aceitar essas mudanças nocivas na alimentação de sua família. Além do açúcar, as especiarias em excesso também são criticadas pelo autor, o que possivelmente passou a ser consumido gradativamente mais entre as elites portuguesas desde o século XV.

Em relação ao sono das crianças, o autor defende que os responsáveis deixem as crianças dormirem pelas horas que sentirem necessidade enquanto forem pequenas, e que os adultos elaborem e mudem estes hábitos com o passar dos anos.

De tudo o que parece regalo, nada se deve permittir com mais largueza aos meninos, que o sono, pois nada he mais proprio ao seu temperamento, nem contribue mais para a sua boa nutriçaõ, e na primeira idade, não sómente se lhe deve permittir, mas ainda procurar, que o sono seja largo. He verdade, que he muito conveniente costumar, pouco a pouco, os meninos a madrugarem, e a não perder a melhor parte do dia dormindo, o que se consegue, costumando-os a deitar mais cedo.<sup>196</sup>

Ainda sobre o desenvolvimento do sono dos meninos, Proença irá novamente por um caminho disciplinar muito ligado à sua condição de nobre - e conseqüentemente de seu filho - ao descrever em que condições se devem dar os períodos de descanso dos meninos. Para o autor,

he muito util costumar a dormir as crianças em cama dura, e pouco delicada, sendo muito melhor, que tenhaõ no leito hum enxergaõ de palha, que hum colchaõ de penna viva, não sómente para evitar o damno, que faz à saude o calor demasiado, mas tambem para que depois nas jornadas, ou Campanhas não estranhem a falta de boa cama.<sup>197</sup>

O descanso realizado de forma proveitosa é importante na vida das crianças, mas é essencial que os adultos moldem a forma como esses meninos o fazem. Tanto a questão dos horários regrados utilizados para o descanso, quanto o tipo de colchão utilizado por esses meninos alude novamente à possível ocupação militar futura. É importante que um soldado saiba respeitar horários e ter uma vida regrada, pois esse hábito ajuda a compreender melhor

---

<sup>195</sup> Ibidem, pp. 13-14.

<sup>196</sup> Ibidem, pp. 17-18.

<sup>197</sup> Ibidem, p. 19.



as noções de uma sociedade hierarquizada, onde é essencial se obedecer quem está acima. Além disso, em campanhas militares, há pouco luxo a ser usufruído, portanto é fundamental que mesmo sendo nobre, esse menino saiba viver sem tanto luxo e mordomia ao seu redor, para o caso disso vir a ser necessário em sua vida um dia.

Para o bem viver em sociedade, Proença acredita que é necessário que os meninos aprendam a ser boas pessoas, o que incluiria nos itens necessários à sua educação nunca roubar objetos de outras pessoas<sup>198</sup>, evitar a maldade<sup>199</sup> e sempre falar a verdade e guardar os segredos compartilhados com elas<sup>200</sup>, assuntos estes que tratam sobre questões morais básicas.

Na sequência do texto, o autor discorre sobre outras matérias a serem trabalhadas, como o ensino das línguas antigas e modernas, noções básicas de matemática, entre outros. Sobre o ensino das línguas Latina e Grega, por exemplo, o autor defende que elas sejam ensinadas de maneira que a criança possa lê-las, depois falá-las e só depois escrever nestas línguas<sup>201</sup>. Para ele, saber toda a gramática dessas línguas, mas não possuir o conhecimento prático delas de nada adianta, pois como eu disse acima, interpreto os escritos de Proença muito mais voltados à utilidade ampla da educação, do que o conhecimento por si só.

A partir de sua visão mais utilitária do conhecimento de outras línguas, Proença tece duras críticas ao modelo de ensino onde a gramática é a base e o norte do ensino, a partir da qual os meninos precisariam decorar longas regras, ao invés de aprender a ler e conversação nas ditas línguas. Apesar de não se referir especificamente à uma escola específica que tenha essa prática como método, pode-se associar suas críticas ao modelo jesuíta também. Sobre as críticas de Proença a esses modelos de educação, discorrerei a seguir.

Ao se olhar de maneira mais fria e profunda, muitos dos aspectos propostos por Proença para a execução da educação destes meninos poderia ser usada por famílias em diferentes estratos sociais. A questão do sono, da alimentação, bebidas e roupas não são exclusividades das famílias nobres. Tirando-se os aspectos que ele indica serem adequados a seu filho por ser uma criança nobre, que possivelmente seguirá a carreira militar, vários dos outros aspectos dizem respeito a um posicionamento passível de ser visto como geral dentro da educação.

---

<sup>198</sup> Ibidem, pp. 64-65.

<sup>199</sup> Ibidem, pp. 86-87.

<sup>200</sup> Ibidem, pp. 93-97.

<sup>201</sup> Ibidem, “Introdução”, p. 17.

### 3.4.1 As críticas a outros modelos educacionais

Ao estabelecer o padrão de educação que espera para seu filho, Pina e Proença acaba por deixar claro quais são os modelos que ele considera inapropriados a meninos nobres. As duas principais críticas estabelecidas por Proença dizem respeito à qualidade do ensino nas escolas públicas<sup>202</sup> e sobre o uso de castigos físicos na educação de quaisquer matérias para os meninos.

Partindo de sua visão de educação voltada para meninos nobres, Proença apresenta a escala de qualidade nos modelos educacionais para esse público. Na sua visão, é preferível que os meninos nobres sejam educados na casa de seus pais, com o auxílio de mestres<sup>203</sup>. Em havendo colégios exclusivos para nobres, como era o caso do Real Colégio de Madri, os pais podem considerar esta como uma boa opção para a educação de seus filhos. Como última opção - e nem mesmo recomendável, segundo Proença - estavam as escolas públicas, onde esse menino teria o contato com meninos de diversos estratos sociais e padrões de moralidade. Uma das maiores preocupações de Proença a respeito desse ambiente educacional é com as influências negativas que os meninos poderiam ter, como pode-se ver abaixo.

que lhe evitem na primeira idade o frequentarem as Escolas publicas: não por duvidar da grande capacidade, e zelo dos Mestres; mas por conhecer o inevitavel danmo, que podem causar alguns condiscipulos. Por mais, que os Mestres trabalhem por influir os bons costumes nos discipulos, he impossivel, que naquelle geral concurso de meninos de differentes condiçoens, e idade, se não achem alguns, a quem já os vicios tenham estragado, e cujo exemplo, e sugestaõ poderá com pestifero contagio arruinar os primeiros fundamentos virtuosos, de quem os frequenta; sendo impossivel, que a mais exacta vigilancia do pay, ou ayo possa prevenir os inconvenientes da liberdade de sahir de casa todos os dias, e de tratar com camaradas, que lhe offerecer sem escolha a casualidade.<sup>204</sup>

Ao questionar a escolha da escola pública para meninos nobres, Proença não coloca em xeque a qualidade dos profissionais que nela trabalham, entretanto aponta o perigo das más companhias que a vida fora de casa passa a oferecer ao jovem estudante. Ao estar exposto ao mundo, sem a supervisão do pai ou ayo, o menino pode entrar em contato com pessoas que não são adequadas a seu status social e padrão moral de sua família. Portanto,

---

<sup>202</sup> Termo utilizado pelo autor para descrever as escolas onde pessoas de variados estratos e condições sociais podiam estudar, muitas vezes juntas, inclusive.

<sup>203</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, p. 134.

<sup>204</sup> *Ibidem*, pp. 138-139.

Proença demonstra que considera a escola pública mais maléfica que benéfica para os meninos nobres.

Em relação ao uso de castigos no processo educacional, Proença faz severas críticas e elas não se restringem a este uso nas escolas, mas também por mestres e tutores. Para o autor, como há diversas matérias que se aprendem sem o uso da violência, é passível que todas assim o sejam. Sua crítica foca-se principalmente na violência utilizada no ensino do Latim, e em como esse método parece surtir pouco efeito, pois os alunos passavam vários anos para aprender a língua, e mesmo assim, segundo ele, saiam da escola sem a dominar plenamente.<sup>205</sup>

Além de a criança sair da escola sem dominar o latim de maneira adequada, Proença vê nos anos dedicados quase que exclusivamente ao aprendizado da língua um desperdício de tempo e de potencial.

O erro não consiste em estudar, está em estudar só para ter estudado; em estudar para pompa, e para vaidade, e não para viver melhor, e para melhor satisfazer às obrigações do estado, que a Providencia destina a cada hum. Quem não estranhará ver, que passa hum menino laboriosa, e desagradavelmente, cinco, ou seis annos só para aprender todas as muidezas grammaticaes de huma língua, que talvez nunca ha de usar, e não applicar algum tempo ao que mais importa; ignorar os verdadeiros fundamentos do governo politico, e economico.<sup>206</sup>

Embora Proença reconheça a importância do latim para algumas profissões, o conhecimento aprofundado da língua não era imprescindível em todas as áreas, portanto não há porque todos os meninos dedicarem-se por tanto tempo ao aprendizado da mesma. Por outro lado, os assuntos de vida civil e prática são necessários para todo e qualquer menino, logo devem ser ensinados com especial atenção.

A fim de demonstrar qual é a sua visão sobre o ensino apropriado do latim, Proença discorre sobre o aprendizado da própria língua-mãe de cada país. O autor demonstra que as crianças aprendem a falá-las sem muito esforço, apenas de ouvir a conversação de adultos ao seu redor<sup>207</sup>. O caso contrário, do aprendizado a partir da repetição incessante da gramática e dos castigos físicos, Proença afirma ser preferível que a língua nem mesmo seja aprendida.<sup>208</sup>

Proença não cita especificamente nenhuma ordem religiosa com seus modelos educacionais, mas pode-se associar suas críticas, no mínimo, ao modelo jesuíta de ensino<sup>209</sup>

---

<sup>205</sup> Ibidem, pp. 146-148.

<sup>206</sup> Ibidem, pp. 228-229.

<sup>207</sup> Idem, pp. 267-269.

<sup>208</sup> Idem, p. 268.

<sup>209</sup> O autor Leonel Franca, na tradução comentada *O método pedagógico dos jesuítas*, faz na introdução da obra uma análise vasta do texto que foi o guia metodológico da Companhia de Jesus no que concerne à educação e

público, que fez uso de castigos físicos por muito tempo, como pode-se ser notado no capítulo anterior, inclusive. A escolha por não nomear aqueles que contesta, Proença coloca-se numa situação segura, pois não pode ser confrontado diretamente por Ordem alguma, sem que essa coloque-se na posição de executora dos pontos questionados pelo autor. Além disso, não criara dificuldades desnecessárias para aprovação de sua obra pelo Tribunal do Santo Ofício.

Vale ressaltar que, a partir dos temas discutidos neste trabalho, é possível inserir Proença numa discussão crescente a respeito de uma noção de indivíduo dentro da sociedade portuguesa, criada ou talvez reforçada por sua obra, que posiciona seu filho como uma figura ativa dentro do processo de aprendizado. Além disso, há uma diminuição na importância do catolicismo na vida dessas pessoas, pois apesar de defender a fé cristã e a vida de piedade, não é a partir da religião que Proença estabelece a formação de seu filho, tendo na educação um meio prático de formação para o ofício que espera que seu filho venha a exercer quando adulto.

---

didática por dois séculos, pelo menos. Ao comentar sobre as mudanças propostas na *Ratio Studiorum* em relação às punições dos alunos, Franca mostra como foi importante a valorização da dignidade do aluno em detrimento das punições físicas e humilhações. O novo método proposto valorizava muito mais os acertos e conquistas dos alunos do que os erros, portanto os bons alunos eram premiados, e não mais os maus alunos eram punidos. Segundo nos mostra Franca, esta mudança teve grande impacto tanto na nobreza quanto na burguesia, e como estes dois grupos passaram a encarar a educação. (FRANCA, Leonel. “Introdução”. In: **O método pedagógico dos jesuítas: O “Ratio Studiorum”**. Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952, pp. 5-118.)

#### 4 AS PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS EM 50 ANOS: COMPARAÇÃO DAS OBRAS

A importância deste capítulo reside na observação das duas obras trabalhadas aqui, para que a partir dessa comparação, eu possa traçar algumas permanências no que concerne à educação portuguesa nos 50 anos que separam ambas as obras, bem como verificar possíveis mudanças a respeito concepção de educação entre os autores.

Como citado anteriormente, de imediato pode-se destacar a diferença entre os objetivos pretendidos para cada um dos textos. Padre Alexandre de Gusmão apresenta um texto que busca direcionar e moldar a sociedade a sua volta, e para tanto, o escreve com grande abrangência em suas proposições e orientações. E para que sua expectativa de alcançar um público amplo seja atingida, o conteúdo da obra em si precisava não ser específico demais, ou com muitas particularidades que dificultassem sua execução<sup>210</sup>. Por outro lado, Pina e Proença escreve sua obra, a priori, pensando exclusivamente na educação de seu filho. A partir disso, pôde conceber um texto voltado para a criação exclusiva de meninos nobres. Ao visar especificamente um grupo, Proença criou um texto mais pragmático, que contempla as singularidades da educação de nobres portugueses, e como esta deve ocorrer.

Além de suas intenções diversas, os autores também ocupavam lugares sociais diferentes dentro da sociedade portuguesa. Alexandre de Gusmão tinha em sua profissão - padre - algo que já o diferenciava do restante da sociedade. Ser ligado ao clero dava uma posição de prestígio naquela sociedade, bem como de grande influência na maioria das vezes. O fato de residir na colônia portuguesa na América também o destaca, pois pensava na educação não apenas presa ao âmbito doméstico português, mas também em sua aplicação na sociedade colonial. Pina e Proença, por outro lado, era um nobre a serviço do Rei de Portugal. Sua vasta carreira o capacitou aos olhos do Rei para cumprir a tarefa de organizar as finanças da região das minas gerais no século XVIII, como apresenta Irenilda Cavalcante em sua tese<sup>211</sup>. Trabalhar como homem de confiança do rei era uma posição notável neste período, e que dava credibilidade para quem o realizava. Com isso, o texto que Proença escreveu para ser um manual de como educar o próprio filho pode ter se tornado uma referência entre a nobreza portuguesa, o que possivelmente levou à sua publicação.

---

<sup>210</sup> Como por exemplo, proposições de atividades que fossem destinadas a um público apenas, como aquelas voltadas para a nobreza. Na construção de um projeto de sociedade, parte-se daquilo que todos compartilham, para depois notar e destacar as especificidades dos grupos.

<sup>211</sup> CAVALCANTI, I. R. B. R. M. **O comissário real Martinho de Mendonça...** *op. cit.*

A partir desses lugares sociais diversos ocupados pelos autores, a análise das divergências entre as obras torna-se mais clara e fácil de ser feita e compreendida, pois eles partem de lugares diferentes para discutir um mesmo tema: a educação de meninos.

Para facilitar a leitura deste capítulo, seguirei a ordem de análise que usei nos capítulos anteriores para trabalhar os assuntos que escolhi comparar. Os tópicos abordados aqui serão: 1) A influência da religião na educação proposta; 2) Os castigos físicos na educação de meninos; 3) A importância e características de um bom mestre; 4) A importância da boa educação. Não pretendo, neste capítulo, repetir trechos dos autores já citados nos capítulos anteriores para não tornar a leitura cansativa, mas o farei caso sinta necessidade.

#### 4.1 A influência da religião na educação proposta

As abordagens dos temas espirituais e religiosos se dá de maneiras diversas nas obras aqui trabalhadas. Padre Alexandre de Gusmão faz uso extensivo de passagens bíblicas, exemplos de homens e mulheres santos e experiências transcendentais para solidificar a importância do modelo educacional que está a propor. Atribuo este uso à sua profissão, e conseqüentemente a seu conhecimento vasto das narrativas bíblicas. Por outro lado, Pina e Proença apenas demonstra em alguns trechos a importância da fé cristã no dia-a-dia das pessoas, mas sem colocar a religião como fundamento da educação que ele propõe para seu filho.

Gusmão incentiva a vida dentro de uma religiosidade firme como, ao mesmo tempo, uma demonstração externa de uma boa educação e a base dessa educação. Como padre e homem que percorreu diversas localidades na América portuguesa, é de se esperar que Gusmão valorizasse que os membros daquela sociedade buscassem viver uma vida de acordo com os preceitos cristãos, pois os desvios da fé cristã não vinham apenas dos nativos catequizados, mas também dos colonos portugueses que sentiam-se livres para viver de acordo com suas regras aqui<sup>212</sup>.

---

<sup>212</sup> Pode-se ler mais sobre em: FREITAS, César Augusto Martins Miranda de. **Alexandre de Gusmão**: Da Literatura Jesuíta de Intervenção Social. (Tese de Doutorado). Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63190/2/TESEDOUTCSARFREITAS000161421.pdf> Acesso em: 02/01/2018; SABEH, Luiz Antonio. **Semeando um novo mundo**: a Companhia de Jesus e a administração Habsburgo no Brasil. (Tese de Doutorado). Curitiba, UFPR, 2014. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/09/LuizSabeh1.pdf> Acesso em: 07/02/2018.

Além da questão pública da importância de uma vida cristã exemplar, Gusmão aponta frequentemente as boas consequências para a família - especialmente para os pais - da boa educação dos filhos. Discorrendo sobre isso, o autor afirma

Nenhum pai até agora mais bem afortunado com seus filhos que Abraão; ele foi pai da mais ilustre e mais numerosa família que houve no mundo, porque, além do copioso número dos reis, patriarcas e profetas, que dele descenderam, dele descende o próprio Cristo, segundo a carne, que é Rei dos Reis e Senhor dos Senhores; e a causa disto deu o mesmo Deus, no capítulo dezoito do Gênesis, por estas palavras: porque sei que Abraão há de ensinar seus filhos e toda sua família a guardar meus mandamentos, a andar pelo caminho de Deus, a seguir a justiça, etc. Pois que maior glória pode esperar um pai da boa criação dos filhos, que vê-los todos santos e bem-aventurados da glória? Que pai haverá aí que não estime mais ver um filho virtuoso, que rico? Mais santo, do que rei?<sup>213</sup>

Neste trecho, muitos recursos são utilizados pelo Padre: uso da bíblia como exemplo didático, reforço das consequências da educação na vida dos pais e distinção de lugares sociais. Essa ideia pode passar de maneira despercebida, mas ao mostrar que qualquer pessoa, levando uma vida santa, pode ser mais distinta e valorosa que reis e imperadores, a conformação com o lugar social pode ser reforçada a partir da valorização da vida santa em detrimento da vida de poder. Assim, mais do que estimular a educação por si só e pelo testemunho cristão de vida, o estímulo poderia acontecer pela vontade do aluno (ou sua família) de se ver numa posição social melhor, que a vida santa de um de seus membros poderia gerar.

Pina e Proença, por sua vez, valoriza a fé no ambiente doméstico de sua família e incentiva que os preceitos e dogmas cristãos sejam ensinados a seu filho, mas encerra a discussão religiosa nisso. Em seu texto, o autor demonstra diversas vezes que espera que seu filho siga a carreira militar, então não haveria necessidade, segundo minha interpretação, de que o estímulo para a vida religiosa fosse além do básico.

Apesar de não usar a Bíblia de maneira intensa, isso não significa que os escritos de Proença não estavam de acordo com os preceitos católicos do momento, pois como já dito anteriormente, seu texto também passou pela análise dos censores do Santo Ofício. A questão é que sua obra perpassa valores cristãos em determinados momentos, mas não se pauta por isso. O autor reafirma sua fé e a importância dela ser passada para seu filho sem fazer dela tema central da educação.

---

<sup>213</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* pp. 33-34.



Devem os pays escolher o caminho mais conveniente para seus filhos adquirirem huma virtude solida, e livre de toda hepocresia, e que nasce, não do costume, e uso de ver aprovadas, sem saber porque certas maximas, e acçoens; mas de hum vivo conhecimento da perfeição incomprehensivel de Deos, da sua sabedoria, bondade, e justiça, e da nossa total dependencia, ou para melhor dizer, do nosso nada. Desta contemplação se tira o melhor dictame pratico da obrigação, que temos de adorar a Divindade, de obedecer aos preceitos, que nos impoem, e declara, ou com os claros dictames da razaõ, ou com as inevidentes vozes da fé, e de lhe pedir humilde, e ferforosamente, que nos conceda os bens, de que he unico Author, e origem.<sup>214</sup>

No trecho acima, Proença trabalha duas questões principais: a importância do conhecimento de Deus e a dependência total dele na vida cotidiana. Ao apontar que é preciso fazer com as crianças conheçam e compreendam a Deus para que o louvem e adorem, Proença demonstra a valorização que faz da capacidade de aprendizado das mesmas.

No que diz respeito ao uso direto da Bíblia, ambos os autores fazem uso do texto do Filho Pródigo para analisar a relação pai e filho, mas as interpretações são bem diversas. Enquanto Proença usa o exemplo do Filho Pródigo<sup>215</sup> para demonstrar todo o amor e compaixão do pai pelo filho, o Padre Gusmão usa a mesma passagem bíblica para repreender os pais que criam os filhos com excesso de liberdade. Atribuo essa variação tão grande nas interpretações pelos lugares familiares ocupados por cada um dos autores. Enquanto Gusmão era Padre e pensava coletiva e friamente, pois a aplicação seria feita a crianças que ele não conhecia ou convivia com frequência, Proença parte da sua visão de pai para analisar a questão, reforçando suas ideias de amor e respeito entre pais e filhos.

Segundo o Padre, o fato de um filho virar as costas à sua família e não ter cuidado no gastar os bens recebidos do pai tem a ver com a má educação que recebeu em vida, pois se o pai tivesse dado uma educação mais severa e tivesse imposto limites ao filho, este teria saído como o irmão, que honrava e obedecia ao pai, como podemos observar nos trechos abaixo.

<sup>214</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, pp. 143-144.

<sup>215</sup> A passagem do Filho Pródigo narra a história de um filho mais novo que decide sair de casa, e para isso, exige que seu pai lhe dê a parte da herança que caberia a ele no futuro. O rapaz passa um tempo ausente, onde gasta todo o seu dinheiro em “práticas viciosas”, como descrito. Ao encontrar-se pobre, passando fome e percebendo que os porcos que cria como empregado comem melhor do que ele, o rapaz decide voltar para casa e implorar para que seu pai o aceite como um de seus empregados. O pai o avista de longe e corre abraçar o filho, que pede perdão e um emprego. O pai, por sua vez, celebra o fato de seu filho outrora perdido ter retornado ao lar, e prepara uma grande festa para recebê-lo. O filho mais velho, que ficou ao lado do pai toda a vida, revolta-se com a festa feita para o irmão e recusa-se a tomar parte nela. O pai, mais uma vez apaziguador, vai atrás desse filho e diz que celebra a volta de seu caçula, pois ele estava morto para a família, e ao retornar, se fez vivo novamente. (BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: PAULUS, 1ª ed. 2002, 11ª reimpressão, 2016, Lucas 15: 11-32)

se o pai do pródigo não deixara ir o filho para onde o levava o apetite, e lhe cortara a vontade, como devera fazer, não o virá depois perdido, como viu, pobre, faminto e vicioso. [...] O pai que condescende com a vontade desordenada dos filhos, ou os deixa ir conforme seus apetites, que os fazer Ícaros ou Faetontes, que, na liberdade que lhes permite, lhes concede as ocasiões de suas ruínas.<sup>216</sup>

Para Gusmão, o pai é o responsável por evitar que o filho siga por um mau caminho. Se o filho assim o fizer, é consequência da educação libertina que o pai o tenha dado. Todo o desgosto e tristeza advindos da vida desonrada do filho seriam parte do castigo que os pais merecem por terem criado um filho com muita liberdade. Essa postura do Padre em relação ao castigo dos pais pela educação dos filhos é vista também na análise que ele faz dos casos do Rei Davi e do Profeta Elias, descritas e analisadas no primeiro capítulo desse trabalho.

O uso que Proença faz da mesma passagem bíblica é praticamente oposto, como podemos observar abaixo:

Christo Senhor nosso propoz no Euangelho o mais perfeito exemplar da moderação, e brandura de hum bom pay naquelle, que não só recebe festivamente em sua casa o Filho Prodigio; mas sahe della, e vay buscar para lhe dar satisfação outro filho, que se retirava como offendido daquelle excesso; e sem se irritar com as queixas, lhe responde não com severidade, fundada no pleno dominio, e autoridade de pay; mas com amorosas, e liberaes declarações de amor.<sup>217</sup>

Proença defende que o modelo proposto por Cristo baseava-se na brandura e moderação, pois não só permitiu que seu filho partisse com o que lhe seria de direito na herança, o aceitou de braços abertos quando este voltou, pobre e humilhado para casa, como também buscou apaziguar os sentimentos negativos do irmão mais velho, que se sentiu lesado quando seu irmão tomou sua parte na herança bem como quando ele fora recebido com festa por seu pai. A partir desta perspectiva, a base das relações entre os pais e seus filhos não está fundamentada no medo e no exercício despótico da autoridade paterna, mas sim nas relações afetivas entre os membros envolvidos, o que facilitaria o exercício da compreensão e do amor entre as partes.

<sup>216</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* pp. 205-206.

<sup>217</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, pp. 14-15.

## 4.2 Os castigos físicos na educação de meninos

Outro tema a respeito do qual os autores aqui trabalhados divergem muito é sobre o uso de castigos físicos na educação das crianças. Enquanto o Padre é um defensor ferrenho dos castigos físicos, temos Proença se colocando contrário a praticamente todos os castigos físicos impostos às crianças. Apesar de o foco trazido por mim nos capítulos anteriores ressaltar apenas a parte conflitante e contrária entre os autores, trabalharei aqui os pontos onde os seus posicionamentos também se encontram em concordância.

A autora Isabel dos Guimarães Sá discute no capítulo “As crianças e as idades da vida”<sup>218</sup> as mudanças de paradigma que o castigo físico passou a partir do século XVIII.

Os autores da segunda metade do século XVIII minaram a confiança nas virtudes dos castigos físicos rigorosos, aderindo ao princípio de que a criança era uma *tabula rasa* que podia ser moldada pelos adultos. O castigo nunca devia ser violento e devia ocorrer no momento certo. No entanto, alguma evidência põe em dúvida que as novas ideias filosóficas tenham sido seguidas antes do final do século. Os estatutos do Colégio Real dos Nobres, por exemplo, prescreviam castigos que incluíam o encarceramento prolongado de alunos.<sup>219</sup>

A discussão a respeito de como castigar as crianças, portanto, passava por mais autores e pensadores no período, sendo possivelmente um dos elementos-chave da construção de uma didática.

Como visto no primeiro capítulo, Padre Alexandre de Gusmão considera que o uso de castigos físicos é totalmente desejável para que seja realizada uma boa educação dos filhos. É emblemático o autor sustentar que os pais que não castigam seus filhos não os amam, porque estariam assim os condenando ao inferno. Ao atribuir tal peso a esta prática, o Padre pode inclusive ter alicerçado o comportamento abusivo de alguns pais, pois sua conduta estava respaldada pelo discurso de Gusmão, apesar de ele ter colocado limites às formas de castigar no capítulo intitulado “Que não devem ser demasiadamente severos os pais nos castigos dos meninos”<sup>220</sup>. Nesse capítulo, o autor apresenta os limites que ele considera para o castigar as crianças, como podemos observar no trecho abaixo:

---

<sup>218</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. “As crianças e as idades da vida” In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Coord.) **História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 72-95.

<sup>219</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>220</sup> GUSMÃO, Alexandre de. “Que não devem ser demasiadamente severos os pais nos castigos dos meninos.” In: GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos na idade...** *op. cit.* pp. 247-250.

Ainda que é de tanta importância o castigo dos meninos a seu tempo, não devem contudo ser os pais, nem os mestres, tão severos em os castigar que os exaspere e façam com isso piores. Na vida de Santo Anselmo se conta que, praticando com ele certo abade que tinha a seu cargo uma escola de meninos, lhe perguntara: dizei-me qual é a causa, por que andando sempre sobre estes rapazes com o açoite e com a repreensão, cada vez se fazem piores? Ao que respondeu Santo Anselmo: é porque dessa sorte os tratais como a bestas e não como a homens. Dizei-me Abade (acrescentou o Santo) se vós tivéreis em vossa horta uma planta nova e todo dia não cessáreis de a varejar, regar e atabafar [atabafar], seria de algum proveito essa planta? Pois, assim sois vós com os vossos meninos; não fazeis outra cousa com eles mais que açoitá-los e estrugi-los [gritar] com repreensões, sem lhe[s] dares alívio algum para respirar, que aproveitamento se pode deles esperar?<sup>221</sup>

É interessante notar que apesar de valorizar o uso de castigos físicos constantemente, Padre Gusmão busca ressaltar, no trecho acima, a humanidade daqueles que sofrem os castigos, e como em excesso, esses podem acabar por sufocar os meninos em meio à violência e desumanização do tratamento empregado a si mesmos. Neste ponto, a postura de Gusmão aproxima-se daquela vista em Proença, que reforça diversas vezes a humanidade daquele a quem se ensina, para que este seja tratado com dignidade. Para demonstrar que a responsabilidade de ser sensato na hora de aplicação dos castigos caía sobre os adultos (geralmente os pais), Gusmão cita dos textos bíblicos também usados por Proença<sup>222</sup>. Tais textos referem-se às cartas do apóstolo Paulo aos Colossenses e aos Efésios. Gusmão os cita assim:

o que disse o apóstolo Paulo aos Colossenses: Pais (diz), não provoqueis à indignação vossos filhos, para que se não façam de ânimo apoucado. E aos Efésios diz: E vós, pais, não queirais provocar à ira vossos filhos, mas criai-os em disciplina e correção. De sorte que criar os filhos com demasiada severidade mais é depravá-los que corrigi-los; porque tão longe está o menino de se emendar com aquela demasiada severidade que mais se exaspera do que se corrige; e, se por acaso deixa de obrar, então, mal, mais é pelo temor da pena que pelo amor da virtude, que monta [vale] tanto como nada.<sup>223</sup>

O que aproxima os dois autores em exemplos como este citado acima é a demonstração de que a moderação dos pais deve fazer parte da educação dos filhos. Os pais

<sup>221</sup> Ibidem, p. 247.

<sup>222</sup> Citados no capítulo anterior, mas que diz: “na Escritura Sagrada o Espírito Santo, aconselhando tantas vezes, que se tratem os filhos com rigor; porque como explica a doutrina dos Santos Padres o pio Author da Educação Christãa, este rigor se exercita, negando-lhe algumas vezes as naturaes demonstrações de carinho, e contrariandolhe sempre os appetites desordenados da soberba, ira, cobiça, e outras paixões, que produz a natureza. São Paulo recommenda aos pays, que não provoquem seus filhos à ira; preceito, que deu aos Efesios, e repetio aos Colossenses.” (PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, Introdução, pp. 13-14.)

<sup>223</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* p. 248.

são responsáveis por encontrar a medida correta em tudo aquilo que relaciona-se com a formação dos filhos, e por isso, mesmo o erro pelo excesso pode ser prejudicial tanto para a relação como ser humano do filho, bem como para a relação pai-filho, que segundo a visão dos autores, precisa ser boa e harmoniosa.

Nesse sentido, Gusmão demonstra que a moldagem do que os filhos virão a ser passa totalmente pela medida encontrada pelo pais na criação dos mesmos.

Há-se de haver o pai na correção dos filhos (diz Santo Ambrósio) como se há um ourives com uma lâmina de ouro. O ourives, para sair com uma lâmina de ouro, não basta purificar o ouro no fogo, nem somente o bater ao martelo, mas o pule, lavra ora com uns instrumentos, ora com outros, até que fica apto para lhe engastar a pedraria; assim se deve haver com os meninos o mestre, ou, com os filhos, os pais, que são uns pedaços de ouro em que se hão de engastar as pedras preciosas de todas as virtudes; não há de ser tudo martelar, nem tudo abrasar, é necessário também polir, ajuntando, com a força, a mansidão; usando ora o instrumento brando e ora o rigoroso, porque se tudo for martelar, tudo fogo, sairá uma peça tosca e menos apta para o fim que se pretende, de fazer um filho perfeito ou um menino virtuoso.<sup>224</sup>

Apesar de obviamente não ser a intenção do autor, Gusmão aproxima-se muito do que Proença escreveu quase 50 anos depois neste trecho. O papel de moldador dos filhos é dos pais, e esta função deve ser exercida com força e delicadeza ao mesmo tempo. O rigor estabelece os limites que não serão negociados entre pai e filho e a delicadeza apresenta o amor constante do pai na busca pela melhor formação do filho, seja ela de seu caráter, de sua formação profissional ou como pessoa. A combinação de diversos instrumentos na educação também a torna mais completa, e menos maçante, pontos que Proença reforça a todo tempo.

Outro ponto de convergência entre os autores reside no fato de que ambos defendem que se a criança fosse corrigida desde o primeiro momento que apresenta seus vícios, o uso de castigo físico seria quase que totalmente desnecessário na maioria dos casos. Para os autores, quanto mais cedo o comportamento correto fosse assimilado pelas crianças, mais fácil seria todo o seu processo educacional e melhor seria seu caráter e relacionamento com os outros a sua volta. Nos trechos abaixo, apresentarei a linha de pensamento do Padre Gusmão.

Donde se segue a importância de que a boa criação dos meninos comece logo dos primeiros anos; porque, ainda que naquela idade não haja capacidade, que há na crescida, para a razão, há facilidade para o costume; ainda que não há prudência para a discricção, há docilidade para a doutrina e correção<sup>225</sup>

---

<sup>224</sup> Ibidem, p. 248.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 120.

Se vós não encaminhastes vossos filhos, no princípio de suas vidas, pelos direitos caminhos da política cristã nem os formastes pelo debuxo dos filhos honrados, senão que os criastes com ditames torcidos e pestíferas doutrinas, que cidadãos ou que repúblicos esperais que saiam?<sup>226</sup>

Quando Deus, Nosso Senhor, mandou, no Levítico, lhe oferecessem dois pombinhos com o menino nascido de pouco, tomava o sacerdote o pombinho, retorcia-lhe o pescoço e cortava-lhe as asas, e com aquela cerimônia o oferecia em sacrifício a Deus; na qual cerimônia, diz Eusébio Emisseno, quis Deus ensinar que os pais deviam cortar as asas e torcer o pescoço; isto é, ter sujeitos e rendidos os filhos enquanto meninos; cortando-lhes o[s] desejos inúteis e os apetites nocivos, significados nas asas, procurando dobrar aos que são de natural duro[s], significado no pescoço retorcido; o que tudo era fácil de fazer, enquanto os filhos são meninos significados nos pombinhos.<sup>227</sup>

A partir desses trechos, é possível notar tanto a importância de corrigir a criança desde pequena quanto a questão de que, em criando os meninos nos princípios corretos, sem liberdade excessiva, eles não precisariam ser punidos, pois aprenderiam a obedecer e a andar seguidos os preceitos estabelecidos pelos pais.

Pina e Proença também defende que uma das principais finalidade da educação é evitar que os vícios estabeleçam-se em pequenos, pois seria mais difícil de os corrigir conforme os meninos e os vícios fossem crescendo.

Basta nesta primeira idade ter cuidado em não deixar raizes de habitos viciosos, e ajudar lentamente as primeiras luzes da razão, respondendo muito a proposito ao que perguntaõ, e procurando ratificar, e aclarar as idéas da primeira idade, que sempre são confusas, e incompletas, e muitas vezes enganosas.<sup>228</sup>

Se logo na primeira infancia se costumarem as crianças a vencerem os appetites, cada vez ficará mais superior a razão, e na idade adulta, se acharão com perfeita disposição para vencer as paixões mais fortes, e resistir aos combates dos vicios.<sup>229</sup>

Por appetites, Proença discorre sobre os impulsos de cada pessoa, que não necessariamente são bons para o coletivo - e às vezes são maléficos até mesmo individualmente, pois colocariam a pessoa que os segue à exposição de atitudes impensadas e equivocadas. A ideia de cultivar os bons hábitos e evitar que os maus se proliferem é realmente importante para os dois autores.

---

<sup>226</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>228</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, p. 31.

<sup>229</sup> Ibidem, p. 53.

Ao trabalhar separadamente a maneira como cada um dos autores trata a questão dos castigos físicos e neste capítulo mostrar o outro lado da análise, pretendo demonstrar que mesmo nas divergências aparentes, residem pontos de concordância entre os autores. No capítulo um, apresentei o entusiasmo de Gusmão ao descrever a importância dos castigos na educação básica dos meninos. Para o autor, o amor dos pais estava atrelado ao usar ou não este artifício na criação dos filhos. No capítulo dois, nota-se que Proença posicionava-se de maneira contrária aos castigos quase que em sua totalidade de aplicação, excetuando-se as crianças teimosas e reincidentes nos erros. No presente capítulo, por sua vez, trouxe a perspectiva de que a paciência e moderação devem ser os elementos primários na relação entre pais e filhos, para que haja um entendimento entre as partes e uma relação baseada no amor bíblico valorizado pelos autores.

### **4.3 A importância e características de um bom mestre**

A discussão proposta por ambos os autores a respeito da figura do mestre, sua importância na vida dos discípulos e suas qualificações são muito semelhantes em ambos os textos, variando apenas na forma e no grau de valorização de um ou outro aspecto esperado pelos autores. A proposta geral de cada um dos textos fica evidente na construção da figura do mestre que cada um dos autores faz. A escolha do estabelecimento de ensino ou do mestre que educaria as crianças neste período é algo muito valorizado em ambas as obras. Os autores discorrem em seus textos sobre a importância que os adultos que cercam as crianças têm na vida delas, logo, a figura do mestre também é fundamental no crescimento, amadurecimento e boa formação das crianças.

Embora cada um dos autores desenvolva o modelo de mestre à sua maneira, a educação pelo exemplo será ponto central na discussão de ambos, pois os dois autores reforçam que a convivência com os adultos é o que formatará o caráter de cada criança, passando pela maneira como se portam à mesa, como interagem com as pessoas e como valorizam a fé e a vida espiritual.

Em seu capítulo “Da obrigação dos tutores, aios e mestres de meninos”<sup>230</sup>, Padre Alexandre de Gusmão aponta, logo no início do mesmo, que a partir do momento que o mestre, aio ou tutor assume o compromisso de criar e educar uma criança, essa estaria

---

<sup>230</sup> GUSMÃO, Alexandre de. “Da obrigação dos tutores, aios e mestres de meninos”. In: GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos... op. cit.* pp. 71-77.



plenamente sob sua responsabilidade, pois ele tomou a criança para si a partir de uma escolha pessoal. Aliado a isso, reforça a questão de que os discípulos devem mais aos mestres serem quem o são do que aos pais<sup>231</sup>, como pode-se observar no trecho a seguir: “Alexandre Magno muitas vezes repetia que mais devia a Aristóteles, seu mestre, que a Felipe, seu pai; porque Felipe lhe dera o ser, e Aristóteles o ser bom.”<sup>232</sup>

Especificamente sobre a obrigação dos mestres em bem criar os discípulos, citarei abaixo um trecho longo, mas que merece ser lido em sua integridade para contemplar-se plenamente o pensamento de Gusmão.

Sendo logo os mestres e aios pais de seus discípulos, como também os tutores de seus pupilos, bem segue que, como os pais, estão obrigados a os criar como filhos. E se a obrigação dos pais para com os filhos é gravíssima, a mesma é a dos mestres para com os discípulos. Antes parece que maior é a obrigação do mestre que a do pai, porque o pai, fazendo boa escolha de mestre ou aio para o filho, descarrega neles sua consciência e se alivia desta obrigação; porém o mestre, e o aio, como se encarrega desse cuidado, não se pode livrar da obrigação. Da qual maior obrigação nasce, de ordinário, atribuírem-se as faltas e maus procedimentos dos discípulos antes aos mestres do que aos pais; porque supõem os homens que aos mestres será demandado já o cuidado de moderar e corrigir os procedimentos dos discípulos. Dos vícios de Alexandre Magno, toda a culpa lança Quintiliano a Leonides, e Plutarco a Lisímaco, seus aios, e não ao pai, Felipe. [...] Plutarco, que foi mestre do excelente imperador Trajano, quando soube que o discípulo era levantado ao trono real, escreveu-lhe uma carta encomendando-lhe se houvesse bem no governo do império, porque todos os erros que desse se lhe haviam de atribuir a ele, que fora seu mestre.<sup>233</sup>

A responsabilidade do mestre perante a vida do discípulo é enorme, tanto porque os erros do discípulo serão creditados na conta do mestre, quanto porque - como ressaltam Gusmão e Proença frequentemente - é na infância que se corrigem, e portanto evitam, os erros, vícios e pecados de cada ser humano, o que também é responsabilidade do mestre.

Partindo dessa sua visão, Gusmão destaca as qualidades morais e religiosas que o candidato à vaga de mestre deve ter para ser considerado digno, como apresentado no capítulo um. Sua visão é centralizada - e até romanceada - nas qualidades do sujeito mestre, não necessariamente em seus conhecimentos. Como citado anteriormente, ele defende que, em tendo de escolher entre inteligência e caráter, que se escolha o mestre com caráter digno, mas menos inteligente.

---

<sup>231</sup> Ponto já discutido no capítulo um deste trabalho.

<sup>232</sup> GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos...** *op. cit.* p. 71.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 72.

Para Pina e Proença, a questão do bom exemplo também é fundamental na figura do mestre, mas o conhecimento do mestre e os conteúdos por ele trabalhados são o ponto principal. O saber prático que Proença espera que se filho receba de forma satisfatória reflète-se nas qualidades esperadas daquele que o ensinará, numa postura bem pragmática. As habilidades sociais do discípulo, que o tornariam uma pessoa agradável, estão elencadas entre as que ele deve aprender, mas compõem um todo maior entre as matérias que o mestre deve ser perfeitamente capaz de ensinar. Como resumo daquilo que esperava do mestre de seu filho, Proença afirma:

Basta que o Mestre tenha bons costumes, sem a menor sombra de hypocresia, zelo, e suavidade de genio, que tudo o mais póde adquirir com o tempo, e estudo se tiver curiosidade, e livros. [...] Bondade, zelo, applicaçãõ, paciencia, e suavidade, são as qualidades de que mais se necessita, ou para melhor dizer, basta bondade; porque esta costuma participar sofrimento, ternura, e affabilidade.<sup>234</sup>

Pode parecer contraditório o trecho acima com o que afirmei anteriormente sobre o conhecimento ser mais valorizado que a figura do mestre em Proença. O ponto que vale ser destacado aqui é que o autor importava-se muito com quem educaria seu filho e como seria a relação entre os dois, pois para Proença, do bom relacionamento do mestre com o discípulo advinha o bom aprendizado do discípulo, pois estar na presença do mestre e executar as tarefas por ele propostas seriam sempre como que brincar e se divertir.

#### **4.4 A importância da boa educação**

A partir das fontes aqui trabalhadas, é possível notar na construção do texto que as obras não se destinam aos mesmos grupos sociais - ou, pelo menos, que uma delas é totalmente voltada à educação de nobres, enquanto que a outra pode ser interpretada como um tratado mais generalista. A partir de seus objetivos, os autores variam também nas propostas de educação feitas em seus respectivos textos. Como descrito nos capítulos anteriores, Padre Alexandre de Gusmão encara a necessidade de educação como um benefício público e coletivo, defendendo o viés formador de caráter do ensino. Pina e Proença, como também descrito no capítulo dois, propõe-se a criar um modelo de educação para seu filho - um menino nobre - que posteriormente passa a circular entre seu grupo social a partir da

---

<sup>234</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, pp. 178-179.

publicação do mesmo. Em virtude disso, os temas abordados passam pelo ganho pessoal - e quando muito, familiar - de uma boa educação, gerando assim métodos e proposições muito mais utilitaristas e até mesmo individualistas a respeito da educação.

Assim como fiz com a questão dos castigos físicos, trarei neste capítulo uma perspectiva diferente a respeito da educação do que a abordada nos capítulos anteriores. Enquanto mostrei anteriormente a visão dos autores sobre porque educar, aqui tratarei sobre um aspecto específico que é abordado ambos os autores: a questão da possível ascensão ou mobilidade social a partir da boa educação.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, passei a conceber que as noções de distinção social e de hierarquia social rígida, apesar de soarem contraditórias, apresentam-se como faces desta mesma sociedade portuguesa. Dentro de uma sociedade na qual as chances de ascender socialmente são pequenas, qualquer pequena diferenciação entre uma pessoa (ou família) e outra tende a ser valorizada e desejada. Apesar de essa distinção não garantir uma ascensão no sentido de troca de grupo social, ela traz benefícios para aquele que a detém.

Entre os autores das fontes, nota-se o reforço da importância da distinção social, e que em alguns momentos, usam a educação como catalisadora para alcançá-la. Logo no início de sua obra, o Padre Gusmão compara um menino de *nascimento tosco e rude*, que a partir da educação atingiu melhor condição de convívio social, ao que o filho de um príncipe inculto, como observado no trecho abaixo.

Quantos filhos há que, de seu nascimento, são umas pérolas ou uns diamantes, que por falta de indústria e criação, são umas pedras toscas e sem lustre algum? Lástima é ver um mancebo nobre e de lustre nascimento, tosco, inurbano e intratável; enfim, uma pedra tosca sem formosura ou valor algum; e isso porque senão por falta de lapidário que o lavrasse ou por falta de mestre que o instruisse? [...] Tudo pode suceder nos filhos, ainda que sejam de seu nascimento toscos e rudes, se com eles houver cuidado em os criar. [...] Se comparares o filho de um oficial de humilde nascimento, porém bem disciplinado desde menino, com o filho de um príncipe de ilustre sangue, porém sem criação nem ensino, parecer-vos-á o filho do oficial diamante e o filho do príncipe vidro; porque, ainda que um seja ilustre e o outro não, um seja vidro e o outro diamante, o ilustre é diamante tosco e o vil é vidro lavrado.<sup>235</sup>

Neste trecho, além de o Padre reafirmar a importância do bem educar as crianças, não importando a sua condição social, o Padre reforça as noções de hierarquia social, pois demonstra que o filho do oficial humilde é vil, vidro, e nunca terá o mesmo valor que o diamante que equivale ao filho do príncipe. Apesar disto, a educação fez do menino simples

---

<sup>235</sup> GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos...* *op. cit.* pp. 21-22.

algo mais reluzente do que o menino nobre. Mesmo que reforçando a hierarquia social, Gusmão dá pinceladas de uma possível ascensão - ou destaque - para o menino de nascimento humilde, pois a educação o faria parecer melhor do que a condição dada a ele por seu nascimento e família.

O autor, sendo ainda mais direto sobre como a educação enaltece figuras comuns, apresenta algumas figuras de origem humilde que foram destacadas dentro de suas sociedades.

Eliano faz um largo catálogo de muitos insignes varões de que a fama publica grandes proezas, que, sendo nascidos de humildes pais, por suas ilustres obras, foram famosos no mundo, glória e nobreza de suas gerações, como Dario, rei dos persas, e Arquelaos, rei dos macedônios, que foram filhos de duas escravas. Perseu, Temístocles e Antígono, filhos de uns homens pobres, de baixa sorte, e outros infinitos que não relato, os quais, pela boa educação, vieram a ser famosos glória de seus pais.<sup>236</sup>

Padre Gusmão relaciona tanto a questão de a educação ter feito meninos de nascimento inferiores alcançarem altos lugares, como também reforça que eles foram “glória de seus pais”, ligando dois dos principais pontos pelos quais defende uma boa educação para todos os meninos, que é os fazer distintos e trazer glória, honra e salvação para os pais.

Valendo-se novamente da analogia dos meninos com metais a serem trabalhados, Gusmão coloca os meninos de nascimento bom e ruim lado a lado, esperando serem trabalhados.

São os naturais dos meninos como os metais das minas, que, assim como uns são de mais, outros de menos valor; uns mais rijos, outros mais brandos; uns que facilmente se lavram, outros que hão mister mais arte para se lavrarem [...] assim não há condição de menino tão ruim que não possa ser domada pela boa criação, e pode muito bem suceder que, assim como nos metais, pode uma peça de prata, bem lavrada, igualar o valor do ouro tosco, porque o artifício lhe deu o valor, que de si não tinha, assim o menino de inferior condição, bem ensinado, pode igualar ao que tem a condição de ouro, faltando-lhe a criação.<sup>237</sup>

Apesar de a vida e o nascimento fazer os meninos serem de “matérias diferentes”, todas essas matérias, se trabalhadas de maneira correta, podem oferecer e entregar o máximo e o melhor de si, como no caso da prata bem trabalhada que passa a ter o mesmo valor que o ouro tosco. Embora os trechos acima citados ressaltem positivamente a importância da educação para o crescimento de pessoas de estratos sociais não tão favorecidos por

---

<sup>236</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>237</sup> Ibidem, p. 113.

nascimento, o autor também discorre sobre as consequências da falta de uma boa educação em meninos de bom nascimento, o que o Padre considera “totalmente indecente”<sup>238</sup>

Proença, por sua vez, considera de vital importância que os meninos aprendam as noções de hierarquia social, para saberem se portar diante dos mais variados grupos de pessoas. O autor também defende que a educação é um “pré-reflexo” do futuro que é esperado para o menino em questão, como ele deixa claro em diversos exemplos sobre a educação de seu filho, que deve estar preparado para a vida militar, pois é o destino que o aguarda como menino nobre. Apesar disto, Proença coloca a educação muito mais como um meio de preparar a criança para a condição social que ela ocupa do que uma forma de alavancar este futuro adulto em meio aos demais membros de seu grupo social. Proença trabalha mais com a noção do reforço da distinção social, do que de maneira a incentivar a busca por ascensão social.

Tratar os lugares sociais como algo a se conformar, e não como uma escada a subir pode ser um reflexo de para quem Pina e Proença está a escrever. O seu texto, em virtude da matéria tratada, seria lido basicamente por homens nobres e pelos mestres por eles contratados para a educação de seus próprios filhos. Como dito anteriormente, a questão do lugar de fala e do auditório do autor são muito importantes na construção textual. Em virtude disso, é plausível concluir que o autor não quisesse causar mal-estar entre a nobreza portuguesa, ao escrever sobre formas de ascensão social a partir da educação.

Apesar disto, o autor discorre em vários pontos sobre as diferenciações entre os meninos nobres e não-nobres, sobre como a educação de ambos deve ser diferente e sobre como o comportamento de ambos também deve ser distinto. Para Proença, até mesmo determinadas virtudes devem essencialmente serem associadas às pessoas nobres, como no trecho a seguir: “he costumar as crianças à generosidade, e liberalidade, mostrandolhe quanto he propria das pessoas de distinção, e nascimento nobre”<sup>239</sup>.

Outra percepção importante de distinção social para Proença é o dominar as noções de trato social e civilidade. Em um trecho citado no capítulo anterior, aponto como o autor valoriza o fato de que os meninos aprendam a bem tratar as pessoas de condição social inferior, pois para Proença, as pessoas de nascimento nobre precisam demonstrar que são superiores até no seu trato diário com as de condição inferior. Ainda sobre este assunto, Proença aconselha os pais de meninos que forem contratar mestres para educá-los, que

---

<sup>238</sup> Ibidem, p. 264.

<sup>239</sup> PROENÇA, Martinho de M. P., **Apontamentos para a educação...** *op. cit.*, p. 63.

aproveitem a oportunidade para educar junto um ou mais meninos de origem humilde, pois a partir desta educação

alguns destes meninos, assim instruidos, poderaõ servir de Mestres, e de ayos. A grande falta (de que todos se queixaõ) que ha de sogeitos capazes desta occupaçaõ, nasce, de que raras vezes saõ bem instruidas as pessoas faltas de meyo; e as que os tem, se naõ querem sogeitar a hum officio muito laborioso, e pouco util. Se os cavalheiros criarem na companhia de seus filhos a alguns meninos pobres de pays limpos, e virtuosos, serviraõ estes de divertimento a seus filhos, que na competencia, e desejo de se avantajarem, encontraraõ fortes impulsos, e naturaes incentivos para a applicaçã, e estudo.<sup>240</sup>

A caridade cristã é um dos motivos apontados por Proença para o ato de educar meninos pobres em companhia dos filhos nobres, mas a noção utilitarista deste pensamento é realmente interessante, pois o investimento na instrução destes meninos não seria muito mais expressivo do que aquilo já gasto para educar um único menino, enquanto que o retorno na forma de profissionais mais capacitados para continuar a servir a casa e a família é de valor inestimável. Este ato inclusive acumula relações de reciprocidade entre as partes desiguais, gerando uma rede de servos leais ao senhor, em virtude dos benefícios recebidos.

De maneira a concluir a respeito de como Proença trata a questão da mobilidade e distinção social a partir da educação, o autor afirma categoricamente que pessoas de estratos sociais diferentes precisam receber educação diversa. Para ele, de nada adianta um vassalo receber a instrução acerca de política e economia como um suserano, pois ao vassalo cabe aprender a obedecer e governar sua própria casa, enquanto que ao suserano cabe governar toda a nação<sup>241</sup>.

Partindo de locais de fala diferentes, separados por 49 anos entre a publicação de cada uma das obras e visando objetivos diversos, seria de se esperar que as divergências entre os autores fossem predominantes em todos os assuntos trabalhados pelos autores, e apesar de sim, os autores valorizarem aspectos diferentes em cada um dos temas trabalhados, há convergências, como no caso trazido a respeito dos castigos físicos. A importância dos mestres também é apontada por ambos os autores, sendo valorizada a questão de que os adultos influenciam a formação de caráter das crianças que estão a sua volta.

---

<sup>240</sup> Ibidem, pp. 140-141.

<sup>241</sup> Ibidem, pp. 215-217.

## 5 CONCLUSÃO

A ideia de educar os meninos ainda não estava plenamente estabelecida entre os séculos XVII e XVIII, e as formas pela qual essa educação se dava também não eram homogêneas. Por isso, a circulação de manuais de educação pode ter estimulado a discussão acerca do assunto, como por exemplo através das obras tratadas aqui.

A partir da chave teórico-metodológica usada neste trabalho, a saber o livro *Tratado de argumentação: a nova retórica*<sup>242</sup> de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, fiz uso da análise da retórica, mesmo que em textos escritos, pois esta me possibilitou destacar assuntos e estratégias textuais usados por cada um dos autores, o que viabilizou minha análise comparativa. Apesar de as obras serem tão diversas em sua forma, conteúdo e origem de fala dos autores, foi possível compreender suas propostas de educação e compará-las em alguns níveis e assuntos relacionáveis, valendo-me da análise da retórica.

Embora os dois autores tenham partido de pontos diversos para escrever seus textos, ambos buscavam solidificar a importância de educação para meninos, mesmo que seus projetos fossem também diversos. Para convencer seus leitores, os autores se valeram de inúmeros mecanismos, como o apelo para a autoridade divina (principalmente através das narrativas bíblicas, mas também pelos tratados de padres e “homens santos” da tradição católica), as recompensas coletivas e comunitárias de membros bem educados, além das recompensas individuais ou familiares advindas de uma educação que pudesse gerar uma posição social mais vantajosa.

Como visto neste trabalho, Padre Alexandre de Gusmão encarava a educação como a formação moral e religiosa dos membros daquela sociedade, e portanto sua construção textual passa mais pelo que se espera que cada uma dessas pessoas seja na sociedade, do que por aquilo - em sua forma e conteúdo práticos - que se espera que seja ensinado a todos os meninos.<sup>243</sup> O modelo educacional proposto por Gusmão passa, também, por um projeto de sociedade esperado por ele, pois a educação modelaria seus membros ao bem-viver coletivo.

Por outro lado, Proença, ao escrever aquilo que esperava fosse um guia para a educação de seu próprio filho, compôs um texto mais pragmático e objetivo naquilo que era necessário ser ensinado, de que maneira e com que proveito e finalidade. Com uma visão bem menos ligada à sociedade de forma geral, e sim ligada aos proveitos individuais e familiares

---

<sup>242</sup> PERELMAN, Chaim, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação...* op. cit.

<sup>243</sup> Principalmente pois, mesmo o Padre falando de maneira sutil acerca do assunto, ele defende que pessoas de estratos sociais diferentes recebam educações diferentes, e, sendo seu trabalho um texto mais generalista, possivelmente alcançou pessoas de estratos sociais diferentes.



da educação dos meninos, Proença pôde apresentar o roteiro que o mestre deveria seguir, sem precisar prolongar-se em explicações e convencimentos de porquê aquelas escolhas eram adequadas e a quem elas seriam benéficas.

Outra questão abordada pelos autores – tanto direta quanto indiretamente – é a posição de tábula rasa das crianças. Ambos defendem que as crianças são capazes de aprender grandes coisas desde a mais nova idade, desde que se respeite a capacidade cognitiva de cada etapa. A partir dessa visão das crianças, os autores argumentam sobre a importância de bem educar desde muito novas as crianças, bem como de corrigir seus erros desde a primeira ocorrência, para evitar que estes se estabeleçam e cresçam com as crianças conforme elas cresçam também.

A partir das diferenças no teor das obras, é possível também conceber a ideia de que a sociedade de Antigo Regime Português comportava, de maneira até mesmo confortável, linhas de pensamento variáveis, desde que estas partissem das mesmas premissas, ou buscassem e alcançassem os mesmos objetivos, como neste caso, a formação moral, religiosa e educacional de membros católicos numa sociedade católica. Os caminhos propostos pelos dois autores podiam ser diversos, mas ambos valorizavam elementos-chave para a organização social daquela sociedade, como o catolicismo, inquestionável em Portugal no período, a ordenação social - mesmo que com aberturas para pequenos e controlados casos de mobilidade - e a utilidade daquela pessoa como membro no corpo que era a sociedade.

Enquanto Gusmão usava a força da repetição, dos exemplos bíblicos e o didatismo dos exemplos visto na natureza, Proença passava em seu texto sua própria autoridade, pois escrevia para aquele que o próprio contrataria para educar seu filho. Proença assume então uma posição de mando, de autoridade dentro de sua própria casa, e conseqüentemente, figura de autoridade em todas as famílias que adotassem seu livro como referência para o ensino de seus filhos. Gusmão, por outro lado, resigna-se a uma posição de humildade, invocando como autoridade máxima a respeito dos ditames da vida das pessoas, o próprio Deus, seja em qualquer uma das três figuras da Trindade, como foi possível notar no capítulo um, principalmente.

Embora a diferença de postura de ambos os autores na maneira como encaravam e propunham a educação possa ser atribuída aos lugares sociais ocupados por cada um deles, os 49 anos que separam as publicações também podem ser causa dessa mudança. Há, no texto de Pina e Proença, uma caracterização do indivíduo, noção não explorada no texto de Gusmão. Enquanto o Padre buscava integrar esses membros ao corpo total, Proença se esforça para que

seu filho se destaque, que encontre um lugar sim, mas diferenciado em relação aos demais, que não teriam recebido uma educação tão completa quanto a sua.

As rupturas propostas por Marquês de Pombal, a partir de suas reformas, geraram mudanças mais significativas na sociedade, mas analisando a obra de Proença a respeito da educação de meninos, há como se afirmar que um gérmen dessas mudanças já circulava entre os letrados portugueses.

## REFERÊNCIAS

### *Fontes*

BÍBLIA. Português. **Bíblia de estudo de Genebra**. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo e Barueri: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: PAULUS, 1ª ed. 2002, 11ª reimpressão, 2016.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e latino** (Volume 02: Letras B-C), Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1> Acesso: 21/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Vocabulario Portuguez e latino** (Volume 04: Letras F-J), Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1> Acesso: 21/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Vocabulario Portuguez e latino** (Volume 05: Letras K-N), Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1> Acesso: 21/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Vocabulario Portuguez e latino** (Volume 06: Letras O-P), Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1720. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1> Acesso: 21/03/2018.

**DICIONÁRIO HISTÓRICO DE PORTUGAL**. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/bluteau.html>, Acesso em 21/03/2018.

GUSMÃO, Pe. Alexandre de. **A arte de crear bem os filhos na idade da puericia: Dedicada ao Minino de Belem, JESV Nazareno**. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1685. Disponível em: <http://purl.pt/6369> Acesso em: 22/09/2017.

GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia**. Edição, apresentação e notas Renato Pinto Venâncio e Jânia Martins Ramos. - São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Coleção clássicos).

LOCKE, John. **Alguns pensamento sobre a educação**. Tradução: Madalena Requeira – Coimbra: Edições Almedina S. A., 2012, (Argumentos clássicos).

**ORDENAÇÕES FILIPINAS**. (1603). Edição de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870, livro V. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733> Acesso em 22/09/2017.

OROZCO, Sebastián de Covarrubias. **Tesoro de la Lengua Castellana, o Española, compuesto por el Licenciado Don Sebastian de Covarrubias Orozco, capellan de Su Magestad, Maestrescuela, y Canonigo de la Santa Iglesia de Cuenca, y Consultor del Santo Oficio de la Inquisicion. y añadido por el Padre Benito Remigio Noydens, Religioso de la Sagrada Religion los PP Clerigos Regulares Menores**. Madri: Melchor Sanchez, 1674. Disponível em:

<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/del-origen-y-principio-de-la-lengua-castellana-o-romance-que-oy-se-vsa-en-espana-compuesto-por-el--0/html/> Acesso em: 22/09/2017.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. **Apontamentos para a educação de hum menino nobre**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734. Disponível em: <http://purl.pt/129> Acesso em: 22/09/2017.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de Autoridades**. Madrid: Real Academia Espanola, 1726. Disponível em [www.rae.es](http://www.rae.es). Acesso em: 22/09/2017.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**: feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

### ***Bibliografia***

AGUAYO, Teófilo. “Las escuelas de primeras letras y de gramática en Álava: familias y estrategias educativas en la Edad Moderna. In: IMÍZCOZ, José Maria & CHAPARRO, Álvaro (Eds.). **Educación, redes y producción de élites en el siglo XVIII**. Madrid: Silex ediciones, 2013, pp. 39-62.

BERTRAND, Michel. **De la familia a la red de sociabilidad**. Revista Mexicana de Sociología, v. 61, n. 2, pp. 107–135, 1999.

BURGUIÈRE, André & LEBRUN, François. “As mil e uma famílias da Europa”. In: **História da família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa**. Vol. 3. Lisboa: Terramar, 1998, pp. 15-82.

CARVALHO, Joaquim Ramos de. “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna” In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História da vida privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 32-57.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, nº 1, 2000, pp. 123-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v1n1/2237-101X-topoi-1-01-00123.pdf> Acesso em: 21/03/2018.

CARVALHO, Rômulo. “O estabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal.” In: **História do ensino em Portugal: Desde a fundação na nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste -Gulbenkian. 2001, pp. 281-330.

\_\_\_\_\_. “A orientação pedagógica da Companhia de Jesus.” In: **História do ensino em Portugal: Desde a fundação na nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste -Gulbenkian. 2001, pp. 331-358.

\_\_\_\_\_. “A actividade pedagógica em Portugal no século XVII.” In: **História do ensino em Portugal**. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, pp. 359-383.

\_\_\_\_\_. “A actividade pedagógica portuguesa na primeira metade do século XVIII.” In: **História do ensino em Portugal**. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 384-421.

CAVALCANTI, Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira. **O comissário real Martinho de Mendonça**: práticas administrativas portuguesas na primeira metade do século XVIII. (Tese de doutorado). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1251.pdf> Acesso em 21/03/2018.

CHAMBOULEYROM, Rafael. “Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista”. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 55-83.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Parte I - Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1953-1963. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=reI8AQAIAAJ&pg=PP6&dq=CORTES%C3%83O,+Jaime.+Alexandre+de+Gusm%C3%A3o+e+o+Tratado+de+Madri.+Parte+I+-+Tomo+I&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjU-sn79JbbAhXCiJAKHdBXCE8Q6AEIKDAA#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 21/03/2018.

COSTA, Célio Juvenal. “Companhia de Jesus na América Portuguesa: organização, catequese e educação.” In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.) **Ilustração, cultura escrita e práticas culturais educativas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, (Série Referência), pp. 147-184.

CUNHA, Mafalda Soares da & MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “As grandes casas”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Coord.) **História da Vida Privada em Portugal**: A Idade Moderna. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 202-243.

FERNANDES, Rogério. **O pensamento pedagógico em Portugal**. Biblioteca Breve, Volume 20. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. “Educação na América Portuguesa: Sujeitos, dinâmicas, sociabilidades.” *História: Questões e Debates*, nº 60, jan./jun. 2014 p. 15-38. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/38277> Acesso em: 21/03/2018.

FRANCA, Leonel. “Introdução”. In: **O método pedagógico dos jesuítas**: O “Ratio Studiorum”. Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952, pp. 5-118.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. “Os colégios jesuítas no Brasil: Educação e civilização na Colônia.” In: *Brotéria* nº 155 (2002), pp. 69-91. Disponível em: [http://www.broteria.pt/?detail=1&books\\_id=271](http://www.broteria.pt/?detail=1&books_id=271) Acesso em: 21/03/2018.

FREITAS, César Augusto Martins Miranda de. **Alexandre de Gusmão**: Da Literatura Jesuíta de Intervenção Social. (Tese de Doutorado). Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63190/2/TESEDOUTCSARFREITAS000161421.pdf> Acesso em: 21/03/2018.

GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança.” In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada: Da Renascença ao Séculos das Luzes**. Tradutor: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 305-320.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da antiga sociedade portuguesa**. 3ª ed, Lisboa: Arcádia, 1977.

GOMES, Joaquim Ferreira. “A investigação em história da educação em Portugal.” In: GOMES, Joaquim Ferreira. **Para a história da educação em Portugal: seis estudos**. Porto: Porto Editora, 1995, pp. 11-23.

\_\_\_\_\_. “O ratio studiorum da Companhia de Jesus.” In: GOMES, Joaquim Ferreira. **Para a história da educação em Portugal: seis estudos**. Porto: Porto Editora, 1995. pp. 25-42.

\_\_\_\_\_. “O modus parisiensis como matriz da pedagogia dos jesuítas.” In: GOMES, Joaquim Ferreira. **Para a história da educação em Portugal: seis estudos**. Porto: Porto Editora, 1995. pp. 43-61.

GOUBERT, Pierre. **El Antiguo Régimen**: Vol. v.1 - La sociedad. Siglo Veinteuno, 1984.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relação e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c. 1763)**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro, UFRJ, 2002. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=18909](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=18909) Acesso em: 21/03/2018.

\_\_\_\_\_. “A Tensão das Tramas Familiares: a presença de pessoas de diferentes estratos sociais e diferentes condições jurídicas na composição de uma família no século XVIII.” In: 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013, Florianópolis. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional - Programação. 2013. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/marthadhameister.pdf> Acesso em: 21/07/2017.

\_\_\_\_\_. “Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado Brasil no século XVIII.” In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (Org). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2014. Vol. 2. Disponível em: <https://www.aacademica.org/jose.cardozo/12.pdf> Acesso em: 21/03/2018.

HESPAÑA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal**. (vol. 4). Lisboa: Estampa, 1998.

IMÍZCOZ, José Maria & CHAPARRO, Álvaro (Eds.). **Educación, redes y producción de élites en el siglo XVIII**. Madrid: Silex ediciones, 2013

IMÍZCOZ BEUNZA, José María. “Las bases sociales de la educación en la España alfabetizada. Demanda familiar, fundaciones de escuelas y despegue económico de la periferia norteña, 1650-1800”. In: IMÍZCOZ, José Maria & CHAPARRO, Álvaro (Eds.).

**Educación, redes y producción de élites en el siglo XVIII.** Madrid: Silex ediciones, 2013, pp. 63-87.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei:** Um estudo sobre teologia política medieval. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAGE, Ana Cristina Pereira. “Instituições educativas confessionais na América Portuguesa: para além dos jesuítas”. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, pp. 169-184.

LASPALAS, Javier. “Las escuelas de primeras letras en la sociedad española del siglo XVIII: balance y perspectivas de investigación”. In: IMÍZCOZ, José Maria & CHAPARRO, Álvaro (Eds.). **Educación, redes y producción de élites en el siglo XVIII.** Madrid: Silex ediciones, 2013, pp. 17-38.

LEBRUN, François. “O sacerdote, o príncipe e a família.” In: **História da família:** o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa. Vol. 3. Lisboa: Terramar, 1998, pp. 83-134.

LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, (Orgs.). **Exercícios de micro-história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pp. 51-86.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana.** Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759. Vol. 1. Disponível em: <https://archive.org/details/bibliothecalusit01barbuoft> Acesso em: 21/03/2018.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Monarquia, poderes locais e corpos intermediários no Portugal moderno (séculos XVII e XVIII). In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo.** 2ª ed, rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, pp. 19-36.

\_\_\_\_\_. “O *ethos* da aristocracia portuguesa sob a Dinastia de Bragança. Algumas notas sobre casa e serviço ao rei”. In: MONTEIRO, N. G. **Elites e poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo.** 2ª ed. rev. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2007, pp. 83-103.

\_\_\_\_\_. “A consolidação da Dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In: Tengarrinha, José (Org.). **História de Portugal.** 2ª ed., rev. e ampl. - Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001, pp. 205-226.

MULLETT, Michel. **A Contra Reforma e a Reforma Católica dos princípios da Idade Moderna Europeia.** Tradução (J. Santos Tavares). Gradiva, 1984.



PERELMAN, Chaim, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação**: a nova retórica; tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; [revisão da tradução Eduardo Brandão]. - 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2005. – (Justiça e direito).

PRIORE, Mary Del. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 84-106.)

RAMOS, Fábio Pestana. “A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI” In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das crianças no Brasil**. 7ª ed, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 19-54.

SÁ, Isabel dos Guimarães. “As crianças e as idades da vida” In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Coord.) **História da Vida Privada em Portugal**: A Idade Moderna. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 72-95.

SABEH, Luiz Antonio. “Introdução”. In: SABEH, Luiz Antonio. **Semeando um novo mundo**: a Companhia de Jesus e a administração Habsburgo no Brasil. (Tese de Doutorado). Curitiba, UFPR, 2014, pp. 2-21. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/09/LuizSabeh1.pdf> Acesso em: 21/03/2018.

\_\_\_\_\_. “Uma nova Ordem Religiosa em Portugal”. In: SABEH, Luiz Antonio. **Semeando um novo mundo**: a Companhia de Jesus e a administração Habsburgo no Brasil. (Tese de Doutorado). Curitiba, UFPR, 2014, pp. 24-42; Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/09/LuizSabeh1.pdf> Acesso em: 21/03/2018.

\_\_\_\_\_. “Missões condicionadas no Império Português”. In: SABEH, Luiz Antonio. **Semeando um novo mundo**: a Companhia de Jesus e a administração Habsburgo no Brasil. (Tese de Doutorado). Curitiba, UFPR, 2014, pp. 43-78. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/09/LuizSabeh1.pdf> Acesso em: 21/03/2018.

\_\_\_\_\_. “A peça-chave da mudança: a reorganização administrativa da Província Jesuítica do Brasil”. In: SABEH, Luiz Antonio. **Semeando um novo mundo**: a Companhia de Jesus e a administração Habsburgo no Brasil. (Tese de Doutorado). Curitiba, UFPR, 2014, pp. 131-180. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/09/LuizSabeh1.pdf> Acesso em: 21/03/2018.

SALVADOR, Pablo Guijarro. La educación de los hijos em una familia de la nobleza navarra: los marqueses de San Adrián. In: IMÍZCOZ, José María & CHAPARRO, Álvaro (orgs.). **Educación, Redes y Producción de elites em el siglo XVIII**. Madrid: Silex Universidad, 2013, pp. 133-156.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. “Instruções de governo e práticas ilustradas na América Portuguesa” In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, pp. 37-54.

SCARANO, Julita. “Criança esquecida das Minas Gerais.” In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 107-136.

SOUZA, Lais Viena de. **Educados nas letras e guardados nos bons costumes**. Os pueris da prédica do Padre Alexandre de Gusmão S. J. (séculos XVII e XVIII) (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA/FFCH/PPGH, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10868> Acesso em: 20/10/2017.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Antigo Regime e a Revolução**. J.-P. Mayer (Org.); tradução Rosemary Costhek Abílio. – 2 ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2016. Edição do Kindle.

VENÂNCIO, Renato Pinto & RAMOS, Jânia Martins. “Edição, apresentação e notas” GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia**. Edição, apresentação e notas Renato Pinto Venâncio e Jânia Martins Ramos. - São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Coleção clássicos). pp. IX-XXX.